



ITAÚNA
CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

**CPI instituída pela Portaria 42, de 19 de dezembro de
2025**

**Assunto: Denúncias de possíveis irregularidades na utilização
da estrutura de comunicação institucional da Câmara
Municipal de Itaúna MG**

Representante: Vereador Guilherme Rocha

Representados: Vereador Antônio de Miranda Silva
e André Messias Silva Lisboa (Chefe de Comunicação)

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5814

Data: 25/11/2025

Horário: 16:52

Secretaria Legislativa

Itaúna, Minas Gerais, 25 de novembro de 2025

REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DE 02

REQUERIMENTO Nº /2025

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itaúna/MG

Os Vereadores que o subscrevem, no exercício de suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais, vêm, com o devido respeito, requerer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, no art. 60, caput e §3º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos arts. 58; 64, I e II; 73 e 75 da Lei Orgânica do Município de Itaúna, e nos arts. 23, II; 24; 30, I; 31 e §§; 32; 34 e 35 do Regimento Interno, para apuração de fatos determinados que envolvem o Chefe de Comunicação da Câmara Municipal de Itaúna, senhor André Messias Silva Lisboa e a omissão do Presidente desta Casa Legislativa, senhor Antônio de Miranda Silva diante das irregularidades que chegaram ao seu conhecimento.

I – DOS FATOS DETERMINADOS E DA NECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO

Chegaram ao conhecimento dos parlamentares subscritores deste requerimento graves indícios de utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, prática que, em tese, viola diretamente os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal — especialmente os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, basilares para toda a Administração Pública municipal.

Os elementos que embasam o presente requerimento apontam que o Chefe de Comunicação desta Casa teria:

1. Utilizado a estrutura institucional para favorecer determinados vereadores, com impulsionamento, produção e edição de conteúdo orientado politicamente, em evidente violação ao dever de neutralidade que rege a comunicação pública;
2. Desvirtuado a finalidade das redes e canais oficiais da Câmara, utilizando-os para reforçar agendas pessoais de alguns parlamentares, ao mesmo tempo em que silenciava, minimizava ou suprimia atos e atividades de outros vereadores, configurando tratamento assimétrico e desequilibrado entre membros da Casa;
3. Atuado simultaneamente como gestor, colaborador, articulador ou responsável editorial em veículo privado de comunicação local — o que, em tese, constitui evidente conflito de interesses — utilizando esse espaço supostamente para criticar, satirizar, expor ou constranger vereadores, possivelmente valendo-se de informação privilegiada obtida por força de seu cargo;
4. Operado estratégia integrada entre a comunicação institucional e um portal privado, com possível retroalimentação mútua entre os conteúdos

produzidos dentro da Câmara e aqueles divulgados no referido veículo, em prejuízo direto da higidez, credibilidade e imparcialidade da instituição;

5. Comprometido a finalidade pública da comunicação oficial, transformando-a, em tese, em ferramenta de disputa política interna, o que jamais se coaduna com a natureza da função pública exercida.

Além das condutas atribuídas ao Chefe de Comunicação, o presente requerimento também se funda na omissão do Presidente da Câmara Municipal, que, mesmo devidamente informado dos fatos acima narrados — por vereadores, servidores, e por registros públicos e notórios — não adotou qualquer providência administrativa preliminar, tampouco instaurou apuração interna, não promoveu sindicância, não afastou preventivamente o servidor e tampouco aplicou qualquer medida de contenção ou esclarecimento.

Essa inércia — que ultrapassa o campo da mera discricionariedade administrativa e alcança o patamar de omissão incompatível com as responsabilidades do cargo — contribuiu para o agravamento das suspeitas, para a continuidade das supostas irregularidades e para a perpetuação de uma dinâmica de comunicação institucional que pode ter violado direitos dos vereadores e princípios estruturantes da Administração Pública.

O Presidente da Câmara, como autoridade máxima da Casa, tem o dever jurídico de zelar pela moralidade, impessoalidade e regularidade administrativa. Sua omissão em agir diante de tais fatos, portanto, é também objeto desta CPI, na forma do art. 73 e seguintes da Lei Orgânica, que atribuem à Câmara o dever de fiscalizar atos e omissões dos agentes públicos.

Portanto, todos os elementos descritos compõem o fato determinado devidamente delimitado, concreto e relacionado diretamente ao interesse público e ao regular funcionamento do Poder Legislativo municipal, atendendo integralmente aos requisitos do art. 31 do Regimento Interno.

II – DO AMPARO LEGAL E REGIMENTAL PARA A INSTAURAÇÃO DA CPI

A instauração da CPI constitui ato vinculado, em razão da redação expressa do art. 58, §3º, da Constituição Federal, que determina que, presentes os requisitos:

1. Requerimento de 1/3 dos membros da Casa;
2. Fato determinado;
3. Prazo certo;

— a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito não é facultativa, mas obrigatória.

O Regimento Interno da Câmara de Itaúna, em plena simetria com o texto constitucional, reitera essa natureza imperativa, dispondo em seu art. 31 que a CPI será instaurada para investigar fato determinado, mediante requerimento de um terço dos vereadores, com poderes específicos de instrução.

A Lei Orgânica do Município reforça o caráter fiscalizatório da Câmara (arts. 64, I e XVIII; 73; 75), impondo ao Poder Legislativo o dever de agir diante de indícios de irregularidade, especialmente quando envolvem servidores sob sua chefia e estrutura administrativa.

Em razão da possível aplicação de sanções administrativas, cíveis e até penais, conforme o que vier a ser apurado, cumpre à Câmara exercer seu dever constitucional de fiscalização.

III – DO PRAZO E DA COMPOSIÇÃO

A CPI funcionará pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, mediante deliberação do Plenário, conforme determina o art. 31 do Regimento Interno.

Será composta por até 5 (cinco) membros, nos termos dos arts. 23, 24 e 30 do Regimento Interno.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requerem:

- a) o recebimento do presente requerimento e o seu imediato processamento, dada a natureza vinculada da matéria;
- b) a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 31 do RI e do art. 58, §3º da CF;
- c) a publicação integral do requerimento no Diário Oficial e mural da Câmara;
- d) a imediata escolha dos membros da CPI;
- e) a instalação da Comissão em sessão própria, com eleição de Presidente e Relator;
- f) o afastamento cautelar do Chefe de Comunicação, até o encerramento das investigações, a fim de resguardar a lisura dos trabalhos;
- g) ao final, o encaminhamento do relatório conclusivo ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e aos órgãos competentes cabíveis, conforme art. 32 do RI.

Termos em que,

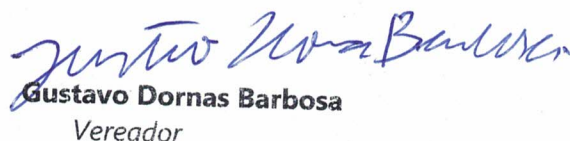
Pede deferimento.



Guilherme Rocha
Vereador



Antônio de Miranda Silva
Vereador



Gustavo Dornas Barbosa
Vereador



Márcia Cristina Silva Santos
Vereadora



Ana Carolina Silva Faria
Vereadora



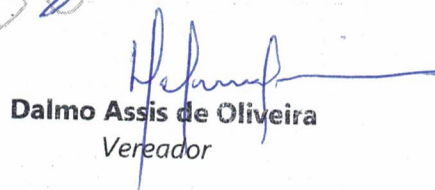
Antônio José de Faria Júnior
Vereador



Alexandre Magno M. Debique Campos
Vereador



Aristides Ribeiro de C. Filho
Vereador



Dalmo Assis de Oliveira
Vereador



Giordane Alberto Carvalho
Vereador



Israel Antônio Lúcio Neto
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna

Fl. 08

Visto


José Humberto Santiago Rodrigues
Vereador

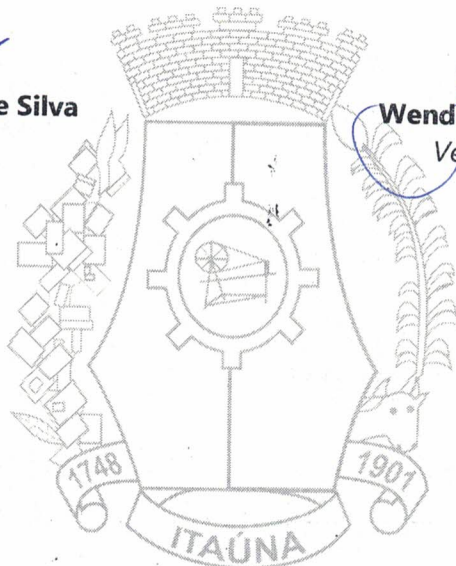

Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Vereador


Lacimar Cezário da Silva
Vereador

Leonardo Alves dos Santos
Vereador


Rosse Andrade Silva
Vereador


Wenderson Arlei da Silva
Vereador



ERRATA AO REQUERIMENTO DE ABERTURA DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



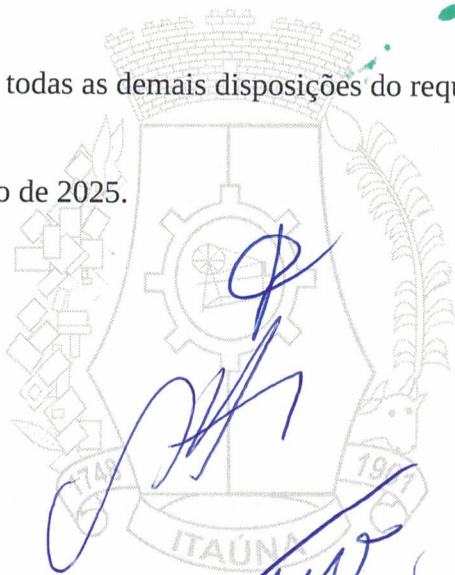
Em tempo, venho apresentar correção referente ao prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito indicado no Requerimento de Abertura protocolado.

Constou no texto a indicação de prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos da CPI. Contudo, conforme dispõe o § 4º do art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, o prazo regimentalmente previsto para funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável nos termos regimentais.

Assim, onde se lê: “prazo de 90 (noventa) dias prorrogáveis por igual período” deve-se ler:
“prazo de 120 (cento e vinte) dias prorrogável por até metade”.

Mantêm-se inalteradas todas as demais disposições do requerimento.

Itaúna, 25 de novembro de 2025.



Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5615

Data: 25/11/2025

Horário: 18:28

Secretaria Legislativa

Institui Comissão Parlamentar de Inquérito, designa seus membros e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, Sr. Antônio de Miranda Silva, no uso de suas atribuições, conforme previsto no artigo 20, inciso XII, artigo 30, inciso I, §1º, todos do Regimento Interno desta Casa de Leis, e:

Considerando o requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito formulado pelos vereadores Guilherme Rocha, Antônio de Miranda Silva, Antônio José de Faria Júnior, Gustavo Dornas Barbosa, Márcia Cristina Silva Santos, Alexandre Magno M. Debique Campos, Aristides Ribeiro de C. Filho, Dalmo Assis de Oliveira, Giordane Alberto Carvalho, Israel Antônio Lúcio Neto, José Humberto Santiago Rodrigues, Kaio Augusto Honório Alves Guimarães, Lacimar Cezario da Silva, Rosse Andrade Silva e Wenderson Arlei da Silva

Considerando que a Comissão tem por fim especial investigar fato determinado e apurar possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, conforme consta no requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito;

Considerando que o requerimento atende às prerrogativas regimentais e constando do requerimento a minoria assecuratória de um terço dos membros da Câmara para provocar a **automática** instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade especial e determinada de investigar, por prazo certo, fato determinado, qual seja, a apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional, que envolvem o chefe de Comunicação da Câmara Municipal de Itaúna e omissão do Presidente da Casa Legislativa senhor Antônio de Miranda Silva.

Art. 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos vereadores Guilherme Rocha, Giordane Alberto Carvalho, Márcia Cristina Silva Santos, Kaio Augusto Honório Alves Guimarães e Israel Antônio Lúcio Neto.

e o Relator.

Art. 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá o prazo de 120 (cento e vinte dias) dias para concluir seus trabalhos.

Parágrafo único. Havendo necessidade, a Comissão poderá requerer a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, por até metade do prazo inicial, mediante deliberação do Plenário.

Art. 4º A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos, além de outros poderes previstos em lei e no Regimento Interno da Câmara.

Art. 5º A Comissão fará uso de meios e recursos administrativos da Câmara Municipal e será assessorada no desempenho de suas atribuições pelos servidores **Dr Luis Fernando Moreira Mendes e ou Dra Santusa C. D. Parreiras de Queiroz e o Sr. Ramon de Almeida Pereira, Técnico Legislativo e ou Gisele de Oliveira Peixoto, Técnica Legislativa.**

Art. 6º A Mesa Diretora e a Administração da Câmara atenderão preferencialmente as providências solicitadas pela Comissão.

Art. 7º Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, o qual será publicado e encaminhado aos órgãos e autoridades competentes, de acordo com o artigo 32 do Regimento Interno da Casa.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2.025

ANTONIO DE
MIRANDA
SILVA:749985526
00

Assinado de forma digital
por ANTONIO DE
MIRANDA
SILVA:74998552600
Data: 2025.12.05
09:05:53 -03'00'

Antônio de Miranda Silva

Presidente da Câmara Municipal de Itaúna

Itaúna-MG, 10 de dezembro de 2025

De: Alexandre Campos
vereador

Para: Exmo Sr.

Antonio de Miranda Silva

D.D. Presidente da Câmara Municipal de Itaúna-MG

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5659

Data: 10 / 12 / 20 25

Horário: 16 : 50

Secretaria Legislativa

Apresento questão de ordem fundamentada, com máxima responsabilidade, em razão da gravidade do tema: a forma legal e vinculada de composição das CPIs desta Casa. Esta questão de ordem apoia-se nos artigos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Itaúna: arts. 23 e 24 (garantia, "tanto quanto possível", da representação proporcional nas comissões); art. 26, I (impeçoalidade na direção dos trabalhos); art. 30, caput e §§ 1º e 2º (natureza temporária das CPIs e disciplina de composição); art. 31, caput e §§ 1º a 5º (requisitos vinculados do art. 58, § 3º, da CF, poderes instrutórios, prazos, criação, dever de apoio administrativo e vedação a mais de uma CPI concomitante sem maioria absoluta); art. 75, caput e §§ 1º a 4º (questão de ordem como técnica de interpretação regimental sob prevalência constitucional, com simetria, analogia e praxe comparada) e ainda arts. 20, 21, 15, 35 e 16 (atribuições da Presidência sujeitas à legalidade, sem inovação, e submissão à soberania do Plenário). Registra-se desde logo que eventual tentativa de limitação de tempo para esta questão de ordem, com base apenas em regimento, configuraria interferência indevida no esclarecimento do rito legal da investigação.

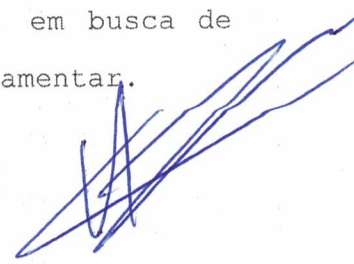
Observa-se também a Lei Orgânica do Município, arts. 21, 22 e 31, que amparam o controle contra desvio de finalidade e asseguram

a prerrogativa fiscalizatória da CPI como núcleo da função de controle, inclusive quando paira suspeita sobre a condução deste trabalho.

No plano doutrinário, a leitura sistemática e impessoal do processo administrativo explica que as formas servem à segurança jurídica e à impessoalidade, vedando expedientes personalistas, sobretudo de presidentes de Casas Legislativas. Celso Antônio Bandeira de Mello dá uma aula de legalidade estrita, impessoalidade, desvio de finalidade/abuso de poder [por parte de um presidente de Câmara Municipal] e, deixa claro: atos com fim diverso são nulos. Pedro Lenza parece observar esta Câmara de Itaúna, ao ensinar sobre "Comissão . Parlamentar de Inquérito", e explicar regras gerais, poderes e limites, simetria federativa e observância do art. 58, §3º da C.F. A professora Odete Medauar faz o mesmo ao falar sobre processo administrativo e princípios: formas servem à segurança e à impessoalidade, vedando expedientes personalistas. Sobretudo o de presidentes de Casa Parlamentares.

No plano jurisprudencial, invoca-se o precedente do STJ no HC nº 971480 (Min. Herman Benjamin), que, à luz da Súmula 691 do STF, confirmou decisões de afastamento do exercício das funções de Presidente da Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás e do mandato, por 90 dias, para resguardar a legalidade, a instrução e a regularidade dos trabalhos. O STJ reafirmou que a suspensão do exercício de função pública (art. 319, VI, CPP) pode incidir especificamente sobre a Presidência da Casa, sem necessidade de deliberação interna, quando houver relação direta entre o objeto investigado e o posto ocupado; entendimento harmonizado com o RHC nº 88.804/RN (Min. Reynaldo Soares da Fonseca).

A mando da corte constitucional brasileira, esta questão de ordem também impõem a observância ao famoso Mandado de Segurança 26.441/DF, de Sua Excelência o Ministro Celso de Mello, que determina a CPI como instrumento da minoria e ensina que os partidos com maioria de bancada ou a Mesa não frustram a instalação, sendo vedado deslocar decisão ao Plenário para esvaziá-la. Nas palavras do ministro: **"A ofensa ao direito das minorias parlamentares constitui, em essência, um desrespeito ao direito do próprio povo, que também é representado pelos grupos minoritários que atuam nas Casas Legislativas"**. Mais destaque ainda merece o Mandado de Segurança 32.885/DF, decidido pela Ministra Rosa Weber no dia 23 de abril de 2014, que determina (*cito ipsi literis*) **"têm eles [os partidos com minoria de bancada] direito líquido e certo à criação de CPI nos moldes requeridos"**. Na mesma linha, o eminente Ministro Luiz Fux impôs, por meio de decisão em Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.619/SP, o modelo federal às casas subnacionais, ensinou que instalação independe de votação e vedou etapas extras inovadoras. Neste sentido, é inescapável este plenário conhecer formalmente a Medida Cautelar no AC 4.070/DF, referente ao famoso caso do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, relatado pelo saudoso e eminente ministro Teori Zavascki, que determinou afastamento cautelar do Presidente, por embaraçar investigações, intimidar atores e comprometer lisura procedimental por meio do uso de mensagens privadas, em busca de preservar independência institucional e probidade parlamentar.



É exatamente esse o parâmetro que se aplica, por simetria, à presente composição e instalação das CPIs:

A Presidência interpreta o Regimento. Não o reinventa

Esta Presidência deve apenas cumprir o que a Constituição e o Supremo já selaram: indicação pelos representantes partidários, vedação a chapas avulsas (ou seja, não cabe a cada vereador se pronunciar, mas ao representante de cada partido) e máxima transparência, tal como fixado na ADPF 378.

Com esse lastro normativo, composto por regra local, Lei Orgânica, Lei 1.579 de 1952, Constituição, jurisprudência e doutrina consolidadas, ficam plenamente fixadas, de modo vinculante, as salvaguardas que regem a composição e a instalação das CPIs nesta Casa. São quatro pilares que a Câmara Municipal de Itaúna está hoje constitucionalmente obrigada a observar na composição de seus membros:

I Proporcionalidade;

II Pluralidade partidária;

III Direito da minoria,

IV Independência das investigações. Esta garantida, nesta fase, pela impessoalidade do procedimento de composição.

A impessoalidade impede que a Presidência, sobretudo quando figure no objeto da investigação, reinvente etapas, crie obstáculos

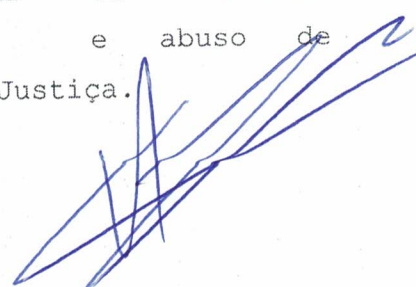
ou manipule cadeiras. Como ensinou Ulysses Guimarães na
Constituinte:

"A Mesa dirige, mas não tutela. Quem tutela é imperador."

Fica, pois, advertido, Senhor Presidente: qualquer tentativa de compor ou instalar CPIs fora das regras fixadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, seja distribuindo vagas por mensagens privadas, invertendo os sentidos de proporcionalidade ou pluralidade partidária, impondo votações inexistentes, retardando a instalação, inserindo chapas avulsas desconectadas da lógica partido a partido ou moldando o rito ao sabor da conveniência, é ato nulo de pleno direito. Nulo, porque viola a Constituição em seus princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, além da Lei 1.579 de 1952, da Lei Orgânica, do Regimento Interno e da jurisprudência vinculante citada. As consequências para Vossa Excelência e para qualquer outro agente público que apoiar isso são imediatas e claras:

I Anulação do que for praticado, com necessidade obrigatória de se refazer o procedimento sob as regras corretas;

II Responsabilização pessoal de quem ordenar ou executar a manobra por desvio de finalidade e abuso de poder, com comunicação ao Ministério Público e à Justiça.



A Mesa dirige os trabalhos. Não tutela destinos

Aqui não há espaço para criatividade presidencial, como bem disse Nelson Jobim no Parlamento ao defender situação análoga à que hoje vivemos no Legislativo itaunense.

Registre-se, ainda, que mensagens privadas do Presidente oferecendo seletivamente vagas de CPI, ao longo da última semana, a vereadores sem ciência dos demais, afrontam a impessoalidade do procedimento e contaminam a composição. A Presidência existe para garantir o procedimento impessoal. Fora disso, não há confiança possível. A reação jurisdicional conhecida é firme: criação, instalação e composição obedecem a parâmetros objetivos e não comportam manipulação pela direção da Casa, sob pena de nulidade e responsabilização. E, se Vossa Excelência contestar este episódio grave, fica o convite para irmos além do testemunho dos vereadores abordados e apelarmos à perícia criminal da autoridade policial para análise do celular de Vossa Excelência. Isso é grave. Se, por qualquer chance, isso interferir na composição das CPIs que hoje se deliberam em plenário, tal conduta será potencialmente alvo de investigação pela autoridade competente.

Como contraste pertinente, relembro que o Presidente faltou à sessão destinada à instalação das CPIs para participar de solenidade de medalhas, mas vem tentando determinar, por mensagens privadas, quem ocupará cadeiras. A lisura da instituição Câmara dos Vereadores está sob o esforço conjunto da maioria desta Casa, precisamente por meio de uma CPI. E Vossa Excelência é o centro da

investigação. A prioridade institucional da Presidência torna-se contraditória e desviada quando quem a ocupa demonstra tempo e energia para articular mensagens privadas, mas coloca uma solenidade de medalhas acima da urgência da instalação da mesma. Presidir não é proteger pessoas. Presidir é garantir que se apure rápido. A Mesa dirige os trabalhos. Não tutela destinos.

Sou sabedor da importância da Medalha Desembargador Hélio Costa. Sei que esta Casa participa do grupo para escolha dos homenageados. Mas vivemos um cenário muito sério. A gravidade desta investigação é sem precedentes. Além da lisura que devemos demonstrar, os ataques feitos pelo veículo de comunicação que está no objeto de investigação da CPI continuam, a todo vapor, a desrespeitar esta Casa e meus pares.

As regras do procedimento de composição que definirão os membros das CPIs clamam proteção e constitucionalidade absolutas. Mesmo antes da conclusão da CPI que investiga omissão do Presidente, o mero ato de interferir no rito e na composição já caracteriza motivo bastante para seu afastamento da condução dos trabalhos da Casa, CPI. O precedente nacional do afastamento do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, por embaraço a investigações, ilustra com nitidez o princípio NEMO IUDEX IN CAUSA SUA. Ninguém pode ser juiz em causa própria. Trata-se de princípio fundamental de justiça que exige imparcialidade e impede que alguém conduza caso no qual tenha interesse pessoal, sob pena de anular o julgamento e impor sua recusa ou afastamento para garantir a integridade do processo. Na Ação Cautelar 4070/DF, assinada pelo Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro Teori Zavascki, lemos: "há indícios de que o requerido tem meios e é capaz de

efetivamente obstruir a investigação". E também: "Nada absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas."

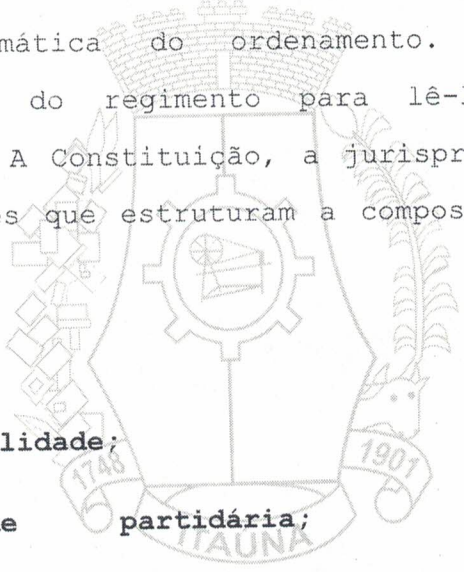
Requerimentos formalmente aptos devem ser lidos, publicados e encaminhados ao mesmo tempo, sem precedência artificial. É materialmente impossível instalar duas CPIs no mesmo minuto. O simples fato de uma ser instalada instantes antes não gera prioridade jurídica. A ordem cronológica não altera a proporcionalidade nem autoriza que a primeira CPI seja composta de modo a manipular ou prejudicar a segunda.

O artigo 31, parágrafo 5º, do Regimento Interno exige maioria absoluta para o consentimento de cada CPI quando houver simultaneidade. São duas deliberações distintas, uma para cada comissão. Ausente essa aprovação em qualquer delas, a que não superar o trâmite deve aguardar a conclusão da outra para iniciar seus trabalhos.

Convém esclarecer que não existe caridade de sua parte Presidente. Quando Vossa Excelência se coloca em posição de generosidade e anuncia que "deixará a CPI da Omissão ser composta primeiro, mesmo que a outra tenha sido protocolada e lida antes", apenas tenta hierarquizar CPIs por ato presidencial. Requerimentos formalmente aptos devem seguir o rito regular, sem privilégio de uma sobre a outra. A tentativa de impor precedência contraria o regramento objetivo e expõe a Casa a nulidades e conflitos evitáveis. Como é materialmente impossível instalar duas CPIs no mesmo minuto, a anterioridade de segundos não cria primazia

jurídica. Seguindo a Constituição e a jurisprudência composição, é indiferente qual se inicia primeiro. A ordem cronológica não altera a proporcionalidade nem autoriza que a primeira CPI instalada componha seus membros de forma a prejudicar a segunda. O Supremo Tribunal Federal, no MS 26.441, veda o uso da ordem procedimental para distorcer a proporcionalidade e ferir a pluralidade.

Em matéria de CPIs simultâneas, a leitura correta exige interpretação sistemática do ordenamento. Não se pesca um dispositivo isolado do regimento para lê-lo por conveniência político-partidária. A Constituição, a jurisprudência e a doutrina impõem quatro pilares que estruturam a composição dos membros das CPIs:

- 
- I - Proporcionalidade;
 - II - Pluralidade partidária;
 - III - Direito da minoria;
 - IV - independência das investigações.

A proporcionalidade está destacada na ADPF 378, relatada pelo Ministro Edson Fachin, que reafirma a representação proporcional dos partidos por regra pré-definida, não sujeita a preferências pessoais da Presidência. Esse desenho protege a pluralidade partidária e concretiza o que o MS 26.441, do Ministro Celso de Mello, estabelece: a maioria não pode frustrar o exercício

preferencial das minorias na composição da CPI. A função fiscalizatória é típica das minorias. A independência das investigações, por sua vez, reclama impessoalidade. A doutrina de Odete Medauar é taxativa ao vedar atuações guiadas por simpatias, antipatias (como a que Vossa Excelência tem expressado publicamente ao autor do requerimento da CPI, vereador Guilherme Rocha): não cabem retaliações ou favoritismos.

O procedimento deve refletir o interesse público e afastar razões pessoais.

No mesmo MS 26.441, o STF assentou que, em CPIs com poucos assentos, proporcionalidade não se confunde com aritmética cega. É necessário preservar pluralidade e assegurar o lugar da minoria. Proporcionalidade e pluralidade são comandos regimentais, não favores, e devem se materializar na composição de cada comissão temporária, que não pode exceder cinco membros. A cláusula "tanto quanto possível" impõe maximização real do espelhamento político. Em Casas com mosaico partidário relevante, colegiados de três membros raramente satisfazem o dever de representatividade. Em Itaúna, esse é o caso. A solução adequada é compor CPIs com cinco cadeiras.

Aplica-se então o quociente proporcional: cadeiras do partido dividido por 17, multiplicado por 5 vagas da CPI. Partidos com dois vereadores produzem quociente de 0,588. Partidos com um vereador produzem quociente de 0,294. Esses valores indicam tendência de proporcionalidade e servem para impedir manipulações, não para conferir hegemonia automática. Quando todos os quocientes empatam entre si, não há vantagem matemática real para nenhum partido dentro de cada bloco.

Nesse cenário de empate, incide o critério constitucional da pluralidade partidária. Pluralidade é a expressão da diversidade representativa da Casa dentro da CPI. Significa equilíbrio, vedação de hegemonia e prevenção de captura da investigação por grupo dominante. O MS 26.441 descreve a pluralidade como condição essencial de proteção das minorias. O MS 37.760 reforça que a atuação da Presidência é competência vinculada, sem margem para escolhas políticas que substituam proporcionalidade e pluralidade por critérios inventados.

A prática institucional confirma essa diretriz. Em situações de empate proporcional, o Senado Federal na CPI da Covid, a Câmara dos Deputados na CPI do MST, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais na CPI da Vale e a ALESP na CPI das OSS adotaram distribuição que maximiza pluralidade e veda concentração de poder. Quando a matemática não diferencia, a Constituição exige pluralidade.

Aplicando a mesma lógica à composição desta Câmara, como todos os partidos maiores empatam entre si em 0,588 e todos os partidos menores empatam em 0,294, a proporcionalidade não confere preferência a sigla específica. A única forma constitucionalmente válida de distribuir vagas é maximizar pluralidade, alocando assentos entre partidos distintos, impedindo concentração e preservando a independência investigativa.

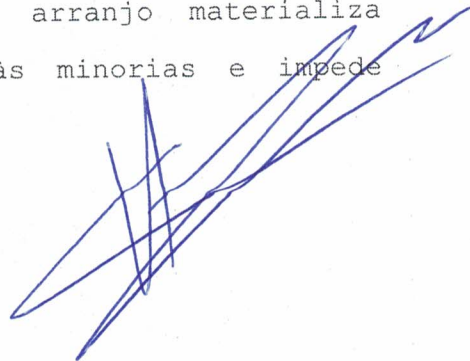
O STF também adverte, no MS 24.831, que a Presidência não pode deixar que conveniências políticas influenciem a composição, sob pena de desvio de finalidade. Em especial quando a CPI tem por objeto a própria conduta do dirigente da Casa, a prioridade é proteger minorias e impedir hegemonia. O MS 26.441 completa o

quadro: a proporcionalidade existe para conter abusos da maioria e resguardar o direito dos partidos em minoria. Qualquer solução que amplie a concentração de poder e reduza a pluralidade violará frontalmente esses precedentes.

Explicação detalhada das regras constitucionais de composição

Aplicando os critérios constitucionais e regimentais à sequência de instalação, a primeira CPI a ser composta deve conter, independentemente de qual seja: a cadeira do autor do requerimento, três cadeiras destinadas a partidos minoritários (bancada de um vereador) e uma cadeira destinada a partido majoritário (bancada de dois vereadores). Assim se assegura maioria investigadora. A segunda CPI observa exatamente o mesmo formato.

Para preservar a pluralidade, todo partido que já obteve assento em uma das CPIs deve aguardar que as demais legendas manifestem primeiro sua intenção de participar. Como NOVO e MOBILIZA já possuem assento na qualidade de proponentes dos requerimentos, nenhum deles pode indicar outro vereador de suas bancadas antes que todas as demais legendas tenham tido a oportunidade de compor. É o que resulta do conceito de pluralidade partidária afirmado pelo Supremo: preserva-se a diversidade e evitam-se hegemonias artificiais em comissões simultâneas. Esse arranjo materializa proporcionalidade e independência, dá voz às minorias e impede tutela presidencial do resultado.



Primeira CPI: distribuição das cadeiras

Vaga do proponente, autor do requerimento.

Um vereador de partido minoritário, com bancada de uma cadeira
[PSDB, PP, MDB, PSD ou Podemos].

Outro vereador de partido minoritário, distinto do anterior [PSDB, PP, MDB, PSD ou Podemos].

Outro vereador de partido minoritário, distinto dos dois anteriores
[PSDB, PP, MDB, PSD ou Podemos].

Um vereador de partido majoritário, com bancada de duas cadeiras, ressaltados Mobiliza e NOVO por já ocuparem vagas obrigatórias nas duas comissões [PRD, PL, Republicanos ou União].

Segunda CPI: distribuição das cadeiras

Vaga do proponente, autor do requerimento.

Um vereador de partido minoritário, com bancada de uma cadeira, excetuados os dois partidos minoritários já contemplados na outra CPI [PSDB, PP, MDB, PSD ou Podemos].

Outro vereador de partido minoritário, distinto do anterior e dos já contemplados na outra CPI [PSDB, PP, MDB, PSD ou Podemos].

Outro vereador de partido minoritário, distinto dos dois anteriores e dos já contemplados na outra CPI [PSDB, PP, MDB, PSD ou Podemos].

Um vereador de partido majoritário, com bancada de duas cadeiras, excetuados Mobiliza e NOVO, bem como o partido majoritário que já

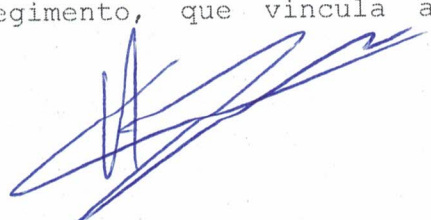
ocupou a vaga correspondente na outra CPI [PRD, PL, Republicanos ou União].

Critérios operacionais

Em caso de disputa pela mesma vaga, e somente nesse caso, utiliza-se sorteio entre os partidos habilitados. Exemplo: se três partidos minoritários indicarem nomes para duas vagas minoritárias em uma CPI, realiza-se sorteio para definir quais dois ocuparão as cadeiras.

Em caso de sobra de vagas, quando o perfil de partido inicialmente chamado não se interessar, a vaga é oferecida ao outro perfil. Se faltarem minoritários interessados, oferta-se aos majoritários que ainda não tenham representante em nenhuma CPI; se faltarem majoritários, procede-se de modo simétrico. Persistindo a falta de interessados, a vaga pode ser oferecida a partidos que já possuam representantes, sempre com motivação impessoal e respeito à pluralidade.

Quanto à técnica decisória, recursos contra decisões do Presidente que violem a forma legal de composição são julgados pelo Plenário, de imediato e sem discussão. Não é matéria de conveniência política. Trata-se de cumprimento do Regimento, que vincula a autoridade da Presidência.



Se o rito for moldado ao sabor do momento, deixa de ser procedimento e passa a ser capricho.

Aparelhamento, conflito de interesses e providências

O Mandado de Segurança 37.760, em decisão liminar referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, estabelece o dever da Casa de disponibilizar toda a assessoria administrativa necessária à CPI. Isso inclui, quando demandado, o suporte do setor de Comunicação. Se o Chefe da Comunicação da Mesa for figura central do objeto investigado, há conflito de interesses explícito. Nessa hipótese, a medida correta é o afastamento cautelar para garantir a eficácia da apuração.

Há precedentes. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, durante a Operação Drácon em 2016, foi determinado o afastamento do servidor da Mesa Alexandre Braga Cerqueira. O Ministério Público registrou que o afastamento permitiria a investigação sem interferências. Na sequência, houve também notícia de afastamentos cautelares de membros da Mesa Diretora por omissão e suspeita de envolvimento. Na Assembleia Legislativa do Amazonas, na CPI da Saúde em 2020, a própria CPI ajuizou medida pedindo o afastamento de servidores diretamente relacionados aos fatos, para preservar a instrução.

Diante desse quadro, o afastamento do Chefe da Comunicação desta Casa não é capricho. É providência urgente, moral e necessária. Fica registrado, à luz do MS 37.760, que a Mesa deve aparelhar integralmente as CPIs, adotando desde logo todas as medidas administrativas indispensáveis à sua criação e ao seu funcionamento regular.

Diante do exposto, requeiro, por questão de ordem:

a) interpretação vinculada do Regimento, da LOM e da Constituição Federal para que a composição de cada CPI observe, cumulativamente, o art. 58, § 1º, CF (representação proporcional) e o art. 58, § 3º, CF (criação e poderes), com maximização da pluralidade e proteção do direito de minoria, como afirmado pelo STF no MS 26.441; manutenção do entendimento de que a solução de cinco membros é a mais adequada ao mosaicopartidáriolocal, por espelhar melhor a pluralidade.

b) impedimento funcional do Presidente para atos de composição e instalação sempre que alcançado direta e pessoalmente pelo objeto investigado, com delegação dos atos ao Vice-Presidente; na alternativa mínima, abstenção do Presidente quanto a esses atos, para resguardar a impessoalidade e a independência das investigações. Apoio em precedentes que admitem medidas cautelares de restrição de exercício funcional para prevenir ingerência. Em hipóteses graves, e persistindo risco de ingerência, é cabível a suspensão cautelar da CPI ou mandato para resguardar a lisura da investigação, como já referendado pelo STF na AC 4.070

c) chamada nominal, com o uso transparente e moral do microfone, para consultar, à luz do dia, em Plenário, por partido, para manifestação de interesse nas vagas de cada CPI; que correspondem a seus perfis. Primeiramente, consultando a cada um dos partidos-minoria (que possuem apenas um vereador em suas bancadas: PP, Podemos, PSD, PSDB e MDB), se têm interesse em indicar membro para as três cadeiras que lhe são garantidas na CPI, que se compõem primeiro. Segundamente, consultando a cada um dos

partidos-maioria (que possuem dois vereadores e suas bancadas): REPUBLICANOS, UNIÃO, PRD, PL, excetuados os partidos dos dois vereadores proponentes: NOVO e MOBILIZA), se têm interesse em indicar membro para a cadeiras que lhe é garantida na CPI. Em caso de concorrência por uma mesma vaga entre legendas do mesmo perfil, e somente neste caso, realização de sorteio público imediato, com ata específica, publicação no site e comunicação aos representantes de cada partido.

d) vedação a designações privadas de vagas nas CPIs por mensagens do Presidente; publicidade imediata dos atos de composição; registro e preservação de prova de quaisquer comunicações relevantes que tenham ocorrido, inclusive com ofício ao Ministério Público em caso de resistência.

e) regra de distribuição entre CPIs: primeira CPI com a vaga do proponente e quatro vagas distribuídas a quatro partidos distintos que aumentem pluralidade – três de partidos minoritários (bancada de uma cadeira) e uma de partido-maioria (duas cadeiras); a segunda CPI segue a mesma estrutura, preferindo legendas diferentes daquelas já ocupantes da primeira, para evitar hegemonia dupla.

Detalhes operacionais:

- primeira CPI: Proponente; 3 vagas para PSDB/PP/ MDB/PSD/ Podemos(semrepetição entre si); 1 vaga para PRD/PL/ Republicanos/ União (excluídos Mobiliza e NOVO por já figurarem como proponentes).

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS



- segunda CPI: repetir formato, preferindo outras legendas para preservar pluralidade entre comissões.

- vagas remanescentes por ausência de interessados ou partidos do perfil a que a vaga exige devem migrar ao outro perfil de quociente; persistindo a falta, abre-se a vaga a partidos já representados.

f) aparelhamento integral das CPIs com todos os recursos administrativos da Casa, conforme o MS 37.760 (dever objetivo da Casa de prover meios). E para que isso ocorra sem interferência nas investigações e acesso dos investigados à estrutura da Câmara que será usada. É inadiável que se proceda à substituição/afastamento cautelar de servidores em conflito de interesse, especialmente o afastamento do Chefe da Comunicação, à luz dos precedentes práticos citados (Câmara Legislativa do DF e Assembleia Legislativa do AM).

g) rito decisório imediato dos recursos contra decisões presidenciais que contrariem a forma vinculada de composição: julgamento pelo Plenário, sem discussão, por se tratar de controle de legalidade regimental e constitucional.

h) determinar, com base no MS 37.760, a adoção imediata

das providências administrativas à composição e
instalação das CPIs.

"Se o procedimento for moldado ao sabor do momento, não é
procedimento, é capricho."

Questão de ordem não se acata por conveniência nem por deliberação
política. Acata-se porque todo ato contrário à Constituição, à Lei
Orgânica e ao Regimento é nulo e sujeita a autoridade responsável
às consequências institucionais e judiciais cabíveis. A decisão do
ministro Luiz Fux na ADI 3619 é taxativa: qualquer tentativa de
condicionar a instalação a parecer externo ou despacho adicional
incorre em nulidade, por violar a garantia da minoria e o caráter
vinculado do ato de instalação. O Plenário deve proteger isso com
sobriedade. A opinião pública deve confiar no rito. O Presidente
deve saber que cada movimento irregular será enquadrado.

**E a história desta Casa ficará com o registro inequívoco de
integridade e coragem republicana.**

Tendo em vista vossa atenção, de antemão já agradeço.

Atenciosamente,



Alexandre Campos
Vereador

Itaúna, Minas Gerais, 10 de dezembro de 2025.



**MANIFESTAÇÃO FORMAL SOBRE IRREGULARIDADES NA INSTALAÇÃO DA
CPI E REITERAÇÃO DE PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO**

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Itaúna/MG

Assunto: Registro de irregularidades na suposta instalação da Comissão
Parlamentar de Inquérito e requerimento de imediata regularização dos atos.

Senhor(a) Presidente,

Nós, vereadores desta Casa Legislativa e subscritores do Requerimento que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos determinados que envolvem o Chefe de Comunicação da Câmara Municipal de Itaúna, senhor André Messias Silva Lisboa e a omissão do Presidente desta Casa Legislativa, senhor Antônio de Miranda Silva diante das irregularidades que chegaram ao seu conhecimento, venho, respeitosamente, manifestar-me formalmente acerca das graves irregularidades constatadas no procedimento adotado pela Presidência quanto à instalação da referida CPI, bem como reiterar a necessidade de sua imediata regularização.

Conforme informado por Vossa Excelência durante a reunião plenária realizada em 09/12/2025, foi publicada, na sexta-feira anterior, portaria supostamente destinada à instalação da CPI.

Ocorre que referido ato não observou os requisitos legais e regimentais indispensáveis à válida constituição da Comissão, tendo sido indicados unilateralmente os membros que a compõem, sem a observância das normas que asseguram a representação proporcional das bancadas e, sobretudo, o

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5663
Data: 11 / 12 / 2025
Horário: 17 : 00
Secretaria Legislativa

direito da minoria parlamentar, elemento essencial da natureza jurídica das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A escolha dos membros da CPI não constitui prerrogativa discricionária da Presidência, devendo obedecer estritamente aos parâmetros legais, regimentais e constitucionais. A indicação arbitrária, "a seu bel prazer", compromete a imparcialidade, a legitimidade e a própria finalidade da Comissão, esvaziando seu caráter fiscalizatório e violando frontalmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e devido processo legislativo.

Ressalte-se, ainda, que a simples edição de portaria não supre as etapas regimentais obrigatórias, especialmente quando ausente a correta composição da Comissão, o que torna o ato formalmente inválido e materialmente nulo, incapaz de produzir efeitos jurídicos regulares.

Diante disso, requieiro:

1. O reconhecimento da nulidade da portaria publicada, por afronta às normas legais e regimentais aplicáveis à constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito;
2. A imediata regularização da instalação da CPI, com a observância estrita dos requisitos legais, regimentais e constitucionais, especialmente quanto à composição da Comissão e à garantia dos direitos da minoria parlamentar;
3. O registro integral desta manifestação nos anais da Casa Legislativa, para fins de resguardo institucional, histórico e jurídico;
4. A decisão imediata e expressa de todas as questões de ordem formuladas na sessão de 09/12/2025, sem postergação, consulta externa ou condicionamentos.

5. O registro integral, *ipsis litteris*, das falas proferidas na sessão de 09/12/2025:

- a) nos anais da Casa;
 - b) nos autos administrativos da CPI;
 - c) como elementos formais de prova da nulidade apontada.
6. Caso não sejam adotadas as providências cabíveis, seja apresentada fundamentação formal e escrita que sustente a validade do ato praticado, a fim de viabilizar a adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes para a preservação da legalidade e do regular exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Renovamos nossa confiança de que esta Presidência adotará as providências necessárias à correção das irregularidades apontadas, em respeito à legalidade, à transparência e à credibilidade institucional desta Casa.

ALEXANDRE MAGNO
MARTONI DEBIQUE
CAMPOS:115859876
97

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MAGNO
MARTONI DEBIQUE
CAMPOS:11585987697
Dados: 2025.12.11
15:32:15 -03'00'

Alexandre Magno Martoni Debiq
Vereador

GUILHERME
CAMPOS DA
ROCHA:07079
823676

Assinado de forma
digital por GUILHERME
CAMPOS DA
ROCHA:07079823676
Dados: 2025.12.11
15:46:55 -03'00'

Guilherme Campos da Rocha
Vereador

JOSE HUMBERTO SANTIAGO
RODRIGUES:51628988649

Assinado de forma digital por JOSE
HUMBERTO SANTIAGO
RODRIGUES:51628988649
Dados: 2025.12.11 15:53:12 -03'00'

José Humberto Santiago Rodrigues
Vereador

ROSSE
ANDRADE
SILVA:54908248
672

Assinado de forma
digital por ROSSE
ANDRADE
SILVA:54908248672
Dados: 2025.12.11
16:31:16 -03'00'

Rosse Andrade Silva
Vereador

ANTONIO JOSE
DE FARIA
JUNIOR:8212806
5615

Assinado de forma
digital por ANTONIO
JOSE DE FARIA
JUNIOR:82128065615
Dados: 2025.12.11
16:35:21 -03'00'

Antônio José de Faria Júnior
Vereador

LACIMAR CEZARIO
DA
SILVA:83563806691

Assinado de forma digital
por LACIMAR CEZARIO
DA SILVA:83563806691
Dados: 2025.12.11
15:21:27 -03'00'

Lacimar Cezário da Silva
Vereador

Documento assinado digitalmente
gov.br
WENDERSON ARLEI DA SILVA
Data: 11/12/2025 13:50:14 -0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Wenderson Arlei da Silva
Vereador

ANA CAROLINA
SILVA
FARIA:0834653
2652

Assinado de forma
digital por ANA
CAROLINA SILVA
FARIA:08346532652
Dados: 2025.12.11
16:11:24 -03'00'

QUESTÃO DE ORDEM, EM RESPOSTA, CASO O PRESIDENTE DIGA QUE AS REGRAS DEVERIAM TER SIDO PREVIAMENTE INFORMADAS OU PUBLICADAS



Questão de Ordem, Senhor Presidente, com fundamento nos artigos 72, inciso IV, e 75 do Regimento Interno desta Casa; no artigo 58, §3º da Constituição Federal; e nos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal (especialmente o MS 26.441, o MS 37.760 e a ADI 3.619) que regem a instalação, a composição e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Levanto esta Questão de Ordem porque Vossa Excelência sustentou que as regras constitucionais de composição das CPIs “precisariam ter sido previamente publicadas”, sugerindo que teriam sido “trazidas de surpresa”.

Essa alegação é juridicamente inexistente e regimentalmente improcedente.

O que está em discussão não são regras criadas por vereador algum.

São normas constitucionais autoaplicáveis e jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, que independentemente de publicação interna já integram o regime jurídico obrigatório desta Câmara e vinculam diretamente a Mesa Diretora.

O STF deixa isso cristalino:

- No MS 26.441, o Ministro Celso de Mello estabelece que a Presidência não pode impor formalidades internas ou exigências não previstas na Constituição para limitar ou dificultar o exercício do direito da minoria.
- Na ADI 3.619, o Ministro Luiz Fux afirma que é inconstitucional qualquer tentativa de criar requisitos adicionais, procedimentos prévios ou condicionantes que restrinjam a instalação ou a composição das CPIs.
- No MS 37.760, o Ministro Luís Roberto Barroso declara que a instalação da CPI e sua composição são matéria vinculada, sem margem para juízo discricionário da Mesa, e que a autoridade parlamentar tem o dever de proceder imediatamente à constituição da Comissão.

Por isso, Senhor Presidente, não existe surpresa quando se cumpre a Constituição. Surpresa haveria se esta Casa insistisse em descumpri-la.

A minoria não tem o dever de “publicar previamente” a Constituição ou os precedentes do Supremo para que Vossa Excelência os cumpra.

O dever é exatamente o contrário: a Presidência tem a obrigação institucional de conhecer, respeitar e aplicar de ofício as normas que regem esta Casa.

E, registrando em ata, nos termos do Art. 75 deste Regimento, indago objetivamente: Vossa Excelência está afirmando que só cumpre a Constituição se ela for previamente publicada por circular interna da Mesa?



Ou está afirmando que desconhecia os precedentes obrigatórios do STF sobre CPI?

Ou confirma que, mesmo conhecendo-os, opta por não aplicá-los?

Todas as alternativas são igualmente graves e contaminam de nulidade a condução dos trabalhos.

Diante do exposto, e em consonância direta com o que determinam o MS 37.760, o MS 26.441 e a ADI 3.619, REQUEIRO, como consequência jurídica inafastável desta.

Questão de Ordem, que:

- 1- Vossa Excelência determine, imediatamente, a composição da CPI, observando:
 - a cadeira obrigatória do primeiro signatário, nos termos do art. 31, §3º do Regimento;
 - a representação proporcional dos partidos, conforme art. 24 do Regimento e precedentes do STF (MS 26.441);
 - a pluralidade partidária e a proteção das minorias, reconhecidas como cláusulas constitucionais de proteção institucional (MS 37.760; ADI 3.619).
 2. Vossa Excelência proceda agora, em ato contínuo, à convocação dos representantes partidários para que indiquem seus membros, respeitando a ordem constitucional que veda a ocupação simultânea de assentos por partidos que já tenham sido contemplados (pluralidade).
 3. Seja declarada a nulidade de qualquer ato futuro que tente violar o regime constitucional e jurisprudencial aqui reafirmado, especialmente se fundado em alegação de “falta de publicação prévia”, exigência rejeitada pelo STF como inconstitucional em matéria de CPI.
 4. Seja registrada INTEGRALMENTE esta Questão de Ordem na ata, nos termos do art.75, §7º do Regimento Interno.
 5. E, finalmente, que Vossa Excelência dê cumprimento imediato à composição da CPI, uma vez que, segundo o STF:

“Instalação e composição de CPI constituem matéria vinculada, exigindo execução imediata pela autoridade parlamentar competente.” (MS 37.760, Barroso). Essa determinação não admite adiamento, postergação, consulta futura ou condicionamento a qualquer ato administrativo.
- É obrigação de cumprimento imediato.

PARECER JURÍDICO – PGL

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Itaúna/MG

Assunto: Análise conjunta das Questões de Ordem apresentadas pelos Vereadores Alexandre Campos e Wenderson Arlei da Silva e outros – Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 39/2025

I – RELATÓRIO

Chega a esta Procuradoria-Geral do Legislativo solicitação do Presidente da Câmara Municipal de Itaúna para emissão de parecer jurídico único e consolidado acerca de duas Questões de Ordem, ambas relacionadas à instauração e composição da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 39/2025, destinada a apurar possíveis irregularidades na utilização da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal.

A primeira Questão de Ordem foi apresentada pelo Vereador Alexandre Campos em 10/12/2025, sustentando, em síntese, suposta irregularidade na composição da CPI, alega afronta à representação proporcional das bancadas e limitação indevida da atuação parlamentar pela Presidência.

A segunda Questão de Ordem foi apresentada pelo Vereador Wenderson Arlei da Silva e outros em 11/12/2025, que alegam: inobservância dos requisitos legais e regimentais para instalação da CPI; indicação unilateral e arbitrária dos membros da Comissão; violação aos direitos da minoria parlamentar e comprometimento da imparcialidade da CPI.

Requerem, ao final, o reconhecimento da nulidade da Portaria nº 39/2025, a regularização imediata dos atos, o registro integral das manifestações nos anais da Casa e respostas formais às Questões de Ordem apresentadas.

É, em apertada síntese, o relatório.

Passa-se à análise conjunta.

II – PRELIMINARMENTE:

Ressalta-se que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5082
Data: 18 / 12 / 20 25
Horário: 15 : 45
Secretaria Legislativa

administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade, senão vejamos:

“O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.” (Acórdão TCU 1492/21).

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico.

Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

O presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não acolhê-lo ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Por último, cumpre registrar que o presente parecer não substitui ou vincula eventuais pareceres das Comissões Permanentes.

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – Da natureza jurídica da CPI e dos requisitos para sua instauração

A Comissão Parlamentar de Inquérito constitui instrumento constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, aplicado aos Municípios por simetria, bem como dos arts. 30 e 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna.

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

...

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

...

Para sua regular instauração, exige-se: requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos vereadores; indicação de fato determinado; e fixação de prazo certo.

Da análise dos documentos que instruem os autos, verifica-se que esses requisitos, em que pese as alegações foram atendidos nos requerimentos.

Após a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, portaria nº 39 publicada em 05 de dezembro de 2025, jornal oficial nº241, foram protocoladas as questões de ordem do Vereador Alexandre Campos e dos Vereadores Wenderson Arlei da Silva e outros.

III.2 – Da alegação de irregularidade quanto à composição da CPI

Ambas as Questões de Ordem convergem na alegação de que a composição da CPI teria violado o princípio da representação proporcional e os direitos da minoria parlamentar.

Todavia, o próprio Regimento Interno (art. 24), em consonância com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, adota o critério da proporcionalidade “*tanto quanto possível*”, não se tratando de regra absoluta ou de reprodução matemática exata.
In Verbis:

“Art. 24 - Na constituição das Comissões será assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos, assegurado ao Vereador que não seja membro da Comissão participar das discussões, sem direito a voto.”
(Grifos Nossos).

No caso concreto, não restou demonstrada exclusão deliberada de bancada, bloco ou vereador, tampouco afronta objetiva à proporcionalidade partidária. A composição

definida pela Portaria nº 39/2025 mostra-se compatível com a realidade parlamentar da Casa Legislativa.

A comissão foi composta com seguintes membros: vereadores **Guilherme Rocha (partido Novo), Giordane Alberto Carvalho (PR – Republicanos), Márcia Cristina Silva Santos (PP – Partido Progressista), Kaio Augusto Honório Alves Guimarães (PMN – Partido da Mobilização Nacional) e Israel Antônio Lúcio Neto (União Brasil).**

Importante destacar que o direito subjetivo da minoria parlamentar refere-se à instauração da CPI, e não à imposição de composição específica da Comissão.

III.3 – Da alegada indicação unilateral e da imparcialidade da CPI

A designação dos membros da CPI pela Presidência não configura ato unilateral ilegítimo, mas exercício regular de competência regimental.

A imparcialidade da Comissão decorre do seu funcionamento colegiado, da eleição interna de Presidente e Relator e do controle político e jurídico dos seus atos, não sendo presumida a parcialidade a partir da mera discordância quanto à composição definida.

III.4 – Da competência da Presidência da Câmara Municipal (eventual conflito de interesse)

O Regimento Interno confere ao Presidente da Câmara competência expressa para dar cumprimento aos requerimentos que atendam às exigências regimentais, formalizar a criação da CPI e designar seus membros, conforme disposto no art. 20, inciso XII, c/c art. 30, inciso I e §1º.

A edição da Portaria nº 39/2025 consistiu em mero ato administrativo de execução do Regimento Interno, não havendo que se falar em inovação normativa, extrapolação de competência ou afronta à soberania do Plenário.

Embora o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna não contenha previsão expressa acerca de impedimento ou suspeição do Presidente da Casa Legislativa em situações dessa natureza, recomenda-se a aplicação dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, notadamente os princípios da impessoalidade, moralidade administrativa, legalidade e publicidade.

Do mesmo modo, não houve, por parte dos autores do pedido de abertura da CPI, qualquer requerimento de afastamento do Presidente da Casa, nem solicitação de transferência de competência para os atos de instalação, composição ou nomeação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ainda assim, a análise jurídica insta a considerar a situação objetiva de possibilidade de conflito institucional, decorrente do fato de o Presidente figurar, ainda que indiretamente, no contexto fático a ser investigado, circunstância que, embora não caracterize acusação, culpa ou irregularidade, pode comprometer a percepção pública de neutralidade e imparcialidade dos atos iniciais da CPI.

Nessa linha, por isonomia de tratamento, prudência administrativa e em observância ao dever de cautela que rege a atuação dos órgãos públicos, recomenda-se a adoção de afastamento funcional pontual e restrito, exclusivamente para a prática dos atos formais relativos à nomeação e composição da CPI, sem qualquer prejuízo ao exercício regular das demais atribuições da Presidência.

Por fim, o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ao atribuir relevantes poderes investigatórios às Comissões Parlamentares de Inquérito, impõe que sua instalação e funcionamento se deem sob estrita observância da neutralidade institucional, assegurando não apenas a regularidade jurídica dos trabalhos, mas também a credibilidade da investigação e o pleno exercício do direito das minorias parlamentares.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral do Legislativo, embora não se verifique qualquer ilegalidade na formação e na nomeação dos membros da CPI, por cautela institucional e em observância aos princípios da moralidade administrativa, da impessoalidade e da segurança jurídica, opina pelo acatamento parcial das questões de ordem apresentadas e recomenda a revogação da Portaria nº 39/2025, com a consequente atribuição ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, no exercício regular da substituição, de competência estritamente excepcional e limitada unicamente à prática dos atos formais de nomeação e instalação da CPI, não se estendendo tal atribuição a quaisquer outros atos administrativos ou regimentais.

A medida tem por finalidade exclusiva prevenir eventual questionamento futuro quanto à existência de conflito de interesses, não implicando, em nenhuma hipótese, reconhecimento de impedimento, nulidade ou irregularidade na atuação do Presidente da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS



Por fim, reitera-se que a presente manifestação possui **natureza meramente opinativa**, não sendo vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaúna 18 de dezembro de 2025.

Luís Fernando Moreira Mendes
Procurador Geral do Legislativo



Atos do Legislativo

Portaria

9



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 40/2025

Revoga a Portaria nº 39/2025, que institui Comissão Parlamentar de Inquérito, designou seus membros e deu outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as previstas no artigo 20, inciso XII, e artigo 30, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, e

CONSIDERANDO que os atos administrativos podem ser revogados por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do princípio da autotutela da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica integralmente revogada a Portaria nº 39/2025, de 05 de dezembro de 2025, que instituiu Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades na utilização da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, bem como designou seus membros e estabeleceu demais providências.

Art. 2º Em razão da revogação de que trata o artigo anterior, ficam sem efeito todos os atos administrativos subsequentes praticados com fundamento na Portaria nº 39/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Itaúna (MG), em 16 de dezembro de 2025.

Antônio de Miranda Silva
Presidente da Câmara Municipal de Itaúna



Comentário



Realce



Desenhar



Texto



Preenche... Mais ferra...



Portaria nº42/2025

Institui Comissão Parlamentar de Inquérito, designa seus membros e dá outras providências.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, no exercício da Presidência, por delegação expressa de competência, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 20, inciso XV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, que confere ao Presidente da Casa a atribuição de delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria:

CONSIDERANDO o disposto no art. 20, inciso XII, e no art. 30, inciso I, § 1º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO o requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito formulado pelos Vereadores Guilherme Rocha, Antônio José de Faria Júnior, Gustavo Dornas Barbosa, Márcia Cristina Silva Santos, Alexandre Magno M. Debique Campos, Aristides Ribeiro de C. Filho, Dalmo Assis de Oliveira, Giordane Alberto Carvalho, Israel Antônio Lúcio Neto, José Humberto Santiago Rodrigues, Kaio Augusto Honório Alves Guimarães, Lacimar Cezário da Silva, Rosse Andrade Silva e Wenderson Arlei da Silva;

CONSIDERANDO que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por finalidade investigar fato determinado e apurar possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, conforme descrito no requerimento de sua instauração;

CONSIDERANDO que o requerimento atende às exigências regimentais, inclusive quanto ao apoio mínimo de um terço dos membros da Câmara Municipal, assegurando a automática instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Parlamentar de Inquérito, com finalidade especial e determinada, para investigar, por prazo certo, fato determinado consistente na apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna.

Art. 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos seguintes Vereadores:

I – Guilherme Rocha;

II – Giordane Alberto Carvalho;

Justo Honorário



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

III – Leonardo Alves dos Santos.

IV – Kaio Augusto Honório Alves Guimarães;

V – Márcia Cristina Silva Santos

Parágrafo único. Os membros da Comissão elegerão, dentre si, o Presidente e o Relator.

Art. 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá o prazo de **120 (cento e vinte) dias** para a conclusão de seus trabalhos.

Parágrafo único. Havendo necessidade, o prazo poderá ser prorrogado por até metade do prazo inicial, mediante deliberação do Plenário.

Art. 4º A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos, bem como exercer os demais poderes previstos em lei e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 5º A Comissão fará uso dos meios e recursos administrativos da Câmara Municipal, sendo assessorada no desempenho de suas atribuições pelos servidores **Pedro de Alcântara Teixeira Júnior**, Técnico Legislativo, **Sr. Ramon de Almeida Pereira**, Técnico Legislativo, e **Gisele de Oliveira Peixoto**, Técnica Legislativa.

Art. 6º A Mesa Diretora e a Administração da Câmara Municipal atenderão, com prioridade, às providências solicitadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 7º Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, o qual será publicado e encaminhado aos órgãos e autoridades competentes, nos termos do art. 32 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, em 19 de dezembro de 2025.


Gustavo Dornas Barbosa

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna
No exercício da Presidência

Encaminhamento de Ofício Urgente; Marcação de Reunião para Composição e Instalação de CPIs



De <vereadorguilhermerocha@cmitauna.mg.gov.br>
Para Secretaria Legislativa <secretarialegislativa@cmitauna.mg.gov.br>
Data 19/12/2025 17:07



📎 Ofício 1 - CPI Marcação de reunião para composição e instalação de CPIs assinado.pdf (~831 KB)

Prezados,

Em razão do encerramento antecipado do expediente da Secretaria da Câmara nesta data, encaminhamos, por meio eletrônico, para ciência imediata e adoção das providências cabíveis, o Ofício nº 1-CPI/2025, em anexo, dirigido ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, Vereador Gustavo Dornas Barbosa, na qualidade de Presidente em exercício para os atos de composição e instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O referido ofício trata da marcação urgente de reunião para composição e instalação das duas CPIs, cujos requerimentos foram regularmente publicados no Jornal Oficial da Câmara em 12 de dezembro de 2025 e cujas Questões de Ordem foram formal e integralmente acatadas em sessão plenária do dia 18 de dezembro de 2025, conforme registros oficiais.

Considerando a natureza institucional da matéria, o caráter imediato dos efeitos dos atos praticados em plenário e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal quanto à obrigatoriedade de instalação das CPIs, solicitamos a gentileza de que este encaminhamento seja considerado para todos os fins, inclusive para preservação da regularidade procedimental e da tempestividade das providências administrativas correspondentes.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,
Vereador Guilherme Rocha.

URGENTE

OFÍCIO Nº 1-CPI/2025



Assunto: Marcação de reunião para composição e instalação de CPIs

Ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna,

Gustavo Dornas Barbosa

Presidente em exercício para atos de composição e instalação dos dois requerimentos de CPIs publicados no Jornal Oficial da Câmara de Vereadores de Itaúna no dia 12/dez/2025 e objetos das **Questões de Ordem acatadas formal e integralmente** em sessão plenária do dia 18/dez/2025.

Senhor Vice-Presidente,

Considerando que os atos parlamentares praticados em plenário produzem efeitos jurídicos imediatos, sendo a posterior protocolização providência de natureza meramente declaratória e documental, não elemento constitutivo do ato. Observar jurisprudência sobre o assunto, em especial o Mandado de Segurança 32.885/DF – STF, no qual a Rel. Min. Rosa Weber determina que os direitos parlamentares não podem ser frustrados por expedientes formais ou por condutas omissivas da Mesa, sob pena de esvaziamento das prerrogativas institucionais asseguradas pela Constituição. Observar: Art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Observar o Princípio da instrumentalidade das formas, consagrado no administrativo, que estabelece: “A forma não prevalece sobre o conteúdo quando o ato atinge sua finalidade essencial”.

Considerando o ato jurídico perfeito, com consequências imediatas, exarado pelo Presidente desta Casa na reunião plenária do dia 18/dez/2025, por meio de sua declaração (cito *ipsi literis*): “As questões de ordem foram revistas e acatadas”, “Com isso, acato com tranquilidade e por escrito, as questões de ordem, ora formuladas”, “Nova portaria [e por consequência a revogação da portaria 39-2025]”.

Considerando que a omissão prolongada no dever de decidir configura negativa tácita de apreciação, não podendo o silêncio da autoridade impedir o exercício do direito de recorrer nem suspender o curso do procedimento regimental. No Direito Público, omissão deliberada diante de dever funcional equivale a decisão negativa tácita. Quando a autoridade, tem dever jurídico de decidir, e se mantém inerte, ela decide contra o exercício do direito. Princípio consolidado no controle administrativo e judicial. Não se está recorrendo do conteúdo da decisão. Está-se provocando o acionamento do rito regimental obrigatório.

Considerando que a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, por meio de medida liminar no Mandado de Segurança nº 37.760/DF, firmou orientação inequívoca, sintetizada pelo Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, em manifestação pública oficial, no sentido de que: "A INSTALAÇÃO DE CPI, DESDE QUE REQUERIDA PREENCHENDO OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS É AUTOMÁTICA, O QUE SIGNIFICA DIZER QUE NÃO PODE SER OBSTACULIZADA PELOS ORGÃOS DIRETIVOS DA CASA LEGISLATIVA SOB NENHUM PRETEXTO".

Requeiro a Vossa Excelência que se oficie os representantes dos partidos que compõem esta Casa, convidando-os para reunião de composição dessas duas CPIs, já para a próxima segunda-feira, dia 22/dezembro/2025, a fim de que se proceda ao rito descrito nas questões de ordem formal e integralmente acatadas pela Presidência e às demais providências igualmente reconhecidas nos mesmos documentos.

Por oportuno, destaco a seguir pontos relevantes e urgentes, JÁ FORMALMENTE APROVADOS E ACATADOS, sem prejuízo da integralidade das questões de ordem.

- 1) Aparelhamento integral das CPIs com todos os recursos administrativos da Casa, conforme o MS 37.760 (dever objetivo da Casa de prover meios). E para que isso ocorra sem interferência nas investigações e acesso dos investigados à estrutura da Câmara que será usada. É inadiável que se proceda à substituição/afastamento cautelar de servidores em conflito de interesse, especialmente o **afastamento do Chefe da Comunicação, à luz dos precedentes práticos citados** (Câmara Legislativa do DF e Assembleia Legislativa do AM).
- 2) Chamada nominal, com o uso transparente e moral do microfone, para consultar, à luz do dia, em Plenário, por partido, para manifestação de interesse nas vagas de cada CPI; que correspondem a seus perfis. Primeiramente, consultando a cada um dos partidos-minoria (que possuem apenas um vereador em suas bancadas: PP, Podemos, PSD, PSDB e MDB), se têm interesse em indicar membro para as três cadeiras que lhe são garantidas na CPI, que se compõem primeiro. Segundamente, consultando a cada um dos partidos-maioria (que possuem dois vereadores em suas bancadas): REPUBLICANOS, UNIÃO, PRD, PL, excetuados os partidos dos dois vereadores proponentes: NOVO e MOBILIZA), se têm interesse em indicar membro para a cadeiras que lhe é garantida na CPI. Em caso de concorrência por uma mesma vaga entre legendas do mesmo perfil, e somente neste caso, realização de sorteio público imediato,

com ata específica, publicação no site e comunicação aos representantes de cada partido.

Câmara Municipal de Itaúna
48
Visto

- 3) Regra de distribuição entre CPIs: primeira CPI com a vaga do proponente e quatro vagas distribuídas a quatro partidos distintos que aumentem pluralidade — três de partidos minoritários (bancada de uma cadeira) e uma de partido-maioria (duas cadeiras); a segunda CPI segue a mesma estrutura, preferindo legendas diferentes daquelas já ocupantes da primeira, para evitar hegemonia dupla. Detalhes operacionais:

- primeira CPI: Proponente; 3 vagas para PSDB/PP/MDB/PSD/Podemos (sem repetição entre si); 1 vaga para PRD/PL/Republicanos/União (excluídos Mobiliza e NOVO por já figurarem como proponentes).
- segunda CPI: repetir formato, preferindo outras legendas para preservar pluralidade entre comissões.
- vagas remanescentes por ausência de interessados ou partidos do perfil a que a vaga exige devem migrar ao outro perfil de quociente; persistindo a falta, abre-se a vaga a partidos já representados

- 4) Determinar, com base no MS 37.760, a adoção imediata das providências administrativas à composição e instalação das CPIs.

Amparado pela jurisprudência exaustivamente mencionada nas questões de ordem e neste ofício, confio na **resposta constitucional IMEDIATA de Vossa Excelência**.

Respeitosamente,

Guilherme Rocha

GUILHERME
CAMPOS DA
ROCHA:070798
23676

Assinado de forma
digital por GUILHERME
CAMPOS DA
ROCHA:07079823676
Dados: 2025.12.19
16:59:58 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS



DE: VEREADOR KAIO GUIMARÃES


PARA: SECRETARIA LEGISLATIVA

SOLICITO CÓPIA DO DOCUMENTO:

- ANÁLISE CONJUNTA DAS QUESTÕES DE ORDEM
APRESENTADAS PELOS VEREADORES ALEXANDRE E
WENDERSON E OUTROS - CPI instituída PELA PORTARIA

Nº 39/2025

22 de DEZEMBRO de 2025


KAIO GUIMARÃES

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5688
Data: 22 / 12 / 2025
Horário: 11 : 10


Secretaria Legislativa

Secretaria Legislativa

Nº _____
Data: _____ : _____
Horário: _____ : _____

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

DESTINATÁRIO: RH

RUA:

DISCRIMINAÇÃO

Ata da Comissão de
Avaliação (marcos caso)

Câmara Municipal de Itaipava
RECEBIDO
Nº 50
EM 18/12/25
Visto
ASSINATURA OU CARIMBO

REMETIDO EM DE DE

DESTINATÁRIO: CC5

RUA:

DISCRIMINAÇÃO

PLC 15/25 - PL 156/25

RECEBIDO

EM 18/12/25

REMETIDO EM 18 DE 12 DE 25

ASSINATURA OU CARIMBO
a. Gama

DESTINATÁRIO: Vereador Gustavo Romas

RUA:

DISCRIMINAÇÃO

PL 136/25 25

RECEBIDO

EM 18/12/25

REMETIDO EM DE DE

ASSINATURA OU CARIMBO
J. T. W.

DESTINATÁRIO: Vereador Faio

RUA:

DISCRIMINAÇÃO

Requerimento do PPS Documto
Análise Parecer P6L CPL 12/25

RECEBIDO

EM 22/12/25

REMETIDO EM 22 DE 12 DE 25

ASSINATURA OU CARIMBO

DESTINATÁRIO: Vereador Guilherme Rocha

RUA:

DISCRIMINAÇÃO

Parecer Juizado P6L
* Análise do Ordem

RECEBIDO

EM 23/12/25

REMETIDO EM 23 DE 12 DE 25

ASSINATURA OU CARIMBO
J. T. W.

OFÍCIO Nº 2-CPI/2025 – GAB/VR

URGENTE

Ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna,

Gustavo Dornas Barbosa

Presidente em exercício para atos de composição e instalação dos dois requerimentos de CPIs publicados no Jornal Oficial da Câmara de Vereadores de Itaúna no dia 12/dez/2025 e objetos das **Questões de Ordem acatadas formal e integralmente** em sessão plenária do dia 18/dez/2025.

Assunto: Reiteração de pedido, referência a ofício anterior e requerimento de anulação da Portaria nº 42/2025, que está irradiando efeitos administrativos temerários.

Senhor Vice-Presidente,

Sirvo-me do presente para, formalmente e de maneira presencial, reiterar e complementar o conteúdo do Ofício nº 1-CPI/2025, encaminhado por meio eletrônico à Secretaria Legislativa na última sexta-feira, em razão do encerramento antecipado do expediente da Câmara naquela data, circunstância alheia à vontade deste Vereador e imputável exclusivamente à Administração.

O referido ofício, cujo teor ora se ratifica integralmente, tratou da necessidade imediata de marcação de reunião para composição e instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito regularmente requeridas, publicadas no Jornal Oficial em 12 de dezembro de 2025 e cujas Questões de Ordem foram formal e integralmente acatadas pela Presidência da Casa em sessão plenária de 18 de dezembro de 2025, conforme registros oficiais.

Ocorre que, a despeito do acatamento expresso das Questões de Ordem, sobreveio a Portaria nº 42/2025, a qual não observa os parâmetros constitucionais, regimentais e jurisprudenciais reconhecidos, notadamente quanto à forma de composição, à transparência do procedimento e à proteção do direito das minorias parlamentares, razão pela qual não pode subsistir no ordenamento jurídico da Casa.

A portaria nº 42/2025, embora formalmente nova, reiterou materialmente a mesma composição viciada, com alteração meramente pontual, insuficiente para sanar o núcleo da nulidade já reconhecida. Pior: a portaria nº42/2025 IGNOROU o acatamento em plenário, FORMAL E INTEGRAL DAS QUESTÕES DE ORDEM, como o esvaziou deliberadamente, caracterizando descumprimento consciente de decisão válida e eficaz.

EM MÁXIMO ATENDIMENTO DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, ALERTO A VOSSA EXCELÊNCIA QUE ESTA PORTARIA Nº42 ESTÁ



PERMANENTEMENTE IRRADIANDO EFEITOS ADMINISTRATIVOS TEMERÁRIOS, A EXEMPLO DE
MARCAÇÃO DE REUNIÃO DA COMPOSIÇÃO VICIADA.



Isso, em especial, torna URGENTÍSSIMO que Vossa Excelência cumpra os apontamentos que venho lhe trazendo neste ofício e no anterior. Não há tempo possível para aguardar, sob pena de prejuízos ao erário público e à legalidade, em razão os efeitos que continuam sendo irradiados pela portaria nº42.

Diante disso, requer-se expressamente:

- I. o reconhecimento formal de que o Ofício nº 1-CPI/2025, encaminhado por e-mail, foi devidamente recebido pela secretaria legislativa;
- II. a anulação/revogação imediata da Portaria nº 42/2025, por desconformidade com as Questões de Ordem acatadas, com o Regimento Interno, com a Lei Orgânica Municipal e com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal;
- III. a adoção, sem delongas, das providências administrativas necessárias para refazer a composição e a instalação das CPIs, observando-se integralmente as questões de ordem acatadas, incluindo:
 - a representação proporcional e a proteção do direito de minoria;
 - a publicidade, a chamada nominal e a vedação a designações privadas;
 - o aparelhamento integral das Comissões;
 - e a condução dos atos por autoridade desimpedida, nos termos já reconhecidos.
- IV. o encaminhamento de cópia deste ofício e do ofício que protocolei por e-mail na última sexta-feira aos vereadores que foram listados na composição contida na Portaria nº42.

O presente ofício tem por finalidade viabilizar o cumprimento espontâneo e imediato do rito constitucional e regimental, preservando a regularidade institucional da Câmara Municipal em matéria cuja disciplina já se encontra claramente definida.

Confiante de que Vossa Excelência adotará as providências cabíveis com a urgência que o caso exige, renovo protestos de elevada consideração institucional.

Itaúna/MG, 22 de dezembro de 2025.


Guilherme Rocha

Vereador

09:54

100



< 8



COMISSÃO PROCESSANTE

Giordane Vereador, Kaio Vereador, Leo,...



+ Adicionar membros



Adicionar sua etiqueta de membro

Kaio Vereador entrou usando o link do grupo

Kaio Vereador

Bom dia 09:30

Amanhã às 10:30 na câmara 09:30

Para darmos início aos trabalhos 09:30



Bora ? 09:30



Giordane Vereador

Ok 09:32



Leo Alves da Radio

Bom diaa ok 09:34



Márcia Vereadora

Ok 09:36

Kaio Vereador

Blz 09:47

Já vou olhar com os servidores 09:47

Confirmado 09:53

Mensagem não lida: 1



Marcado amanhã às 10:30 09:53



09:30

Instagram

100



COMISSÃO PROCESSANTE

Editar



Criptografia

As mensagens e as ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para saber mais.

5 membros



Adicionar membros



Você

Adicionar etiqueta de membro

Não atendo ligações, se precisa de mim escreva e ag...



Márcia Vereadora

Caráter algo que nasce e não que se adqu...

Admin



Giordane Vereador



Kaio Vereador



Leo Alves da Radio

"Tudo posso naquele que me fortalece!"

Adicionar aos favoritos

Adicionar à lista

Exportar conversa

Limpar conversa

Sair do grupo

Denunciar grupo

Criado por Márcia Vereadora

Criado às 09:28.



URGENTE

OFÍCIO Nº 1-CPI/2025

Assunto: Marcação de reunião para composição e instalação de CPIs

Ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna,

Gustavo Dornas Barbosa

Presidente em exercício para atos de composição e instalação dos dois requerimentos de CPIs publicados no Jornal Oficial da Câmara de Vereadores de Itaúna no dia 12/dez/2025, e objetos das **Questões de Ordem acatadas formal e integralmente** em sessão plenária do dia 18/dez/2025.

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5690
Data: 22/12/2025
Horário: 12:05

Secretaria Legislativa



Senhor Vice-Presidente,

Considerando que os atos parlamentares praticados em plenário produzem efeitos jurídicos imediatos, sendo a posterior protocolização providência de natureza meramente declaratória e documental, não elemento constitutivo do ato. Observar jurisprudência sobre o assunto, em especial o Mandado de Segurança 32.885/DF – STF, no qual a Rel. Min. Rosa Weber determina que os direitos parlamentares não podem ser frustrados por expedientes formais ou por condutas omissivas da Mesa, sob pena de esvaziamento das prerrogativas institucionais asseguradas pela Constituição. Observar: Art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Observar o Princípio da instrumentalidade das formas, consagrado no administrativo, que estabelece: “A forma não prevalece sobre o conteúdo quando o ato atinge sua finalidade essencial”.

Considerando o ato jurídico perfeito, com consequências imediatas, exarado pelo Presidente desta Casa na reunião plenária do dia 18/dez/2025, por meio de sua declaração (cito *ipsi literis*): “As questões de ordem foram revistas e acatadas”, “Com isso, acato com tranquilidade e por escrito, as questões de ordem, ora formuladas”, “Nova portaria [e por consequência a revogação da portaria 39-2025]”.

Considerando que a omissão prolongada no dever de decidir configura negativa tácita de apreciação, não podendo o silêncio da autoridade impedir o exercício do direito de recorrer nem suspender o curso do procedimento regimental. No Direito Público, omissão deliberada diante de dever funcional equivale a decisão negativa tácita. Quando a autoridade, tem dever jurídico de decidir, e se mantém inerte, ela decide contra o exercício do direito. Princípio consolidado no controle administrativo e judicial. Não se está recorrendo do conteúdo da decisão. Está-se provocando o acionamento do rito regimental obrigatório.

Considerando que a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, por meio de medida liminar no Mandado de Segurança nº 37.760/DF, firmou orientação inequívoca sintetizada pelo Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, em manifestação pública oficial, no sentido de que: "A INSTALAÇÃO DE CPI, DESDE QUE REQUERIDA PREENCHENDO OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS É AUTOMÁTICA, O QUE SIGNIFICA DIZER QUE NÃO PODE SER OBSTACULIZADA PELOS ORGÃOS DIRETIVOS DA CASA LEGISLATIVA SOB NENHUM PRETEXTO".



Requeiro a Vossa Excelência que se oficie os representantes dos partidos que compõem esta Casa, convidando-os para reunião de composição dessas duas CPIs, já para a próxima segunda-feira, dia 22/dezembro/2025, a fim de que se proceda ao rito descrito nas questões de ordem formal e integralmente acatadas pela Presidência e às demais providências igualmente reconhecidas nos mesmos documentos.

Por oportuno, destaco a seguir pontos relevantes e urgentes, JÁ FORMALMENTE APROVADOS E ACATADOS, sem prejuízo da integralidade das questões de ordem.

- 1) Aparelhamento integral das CPIs com todos os recursos administrativos da Casa, conforme o MS 37.760 (dever objetivo da Casa de prover meios). E para que isso ocorra sem interferência nas investigações e acesso dos investigados à estrutura da Câmara que será usada. É inadiável que se proceda à substituição/afastamento cautelar de servidores em conflito de interesse, especialmente o afastamento do Chefe da Comunicação, à luz dos precedentes práticos citados (Câmara Legislativa do DF e Assembleia Legislativa do AM).
- 2) Chamada nominal, com o uso transparente e moral do microfone, para consultar, à luz do dia, em Plenário, por partido, para manifestação de interesse nas vagas de cada CPI; que correspondem a seus perfis. Primeiramente, consultando a cada um dos partidos-minoria (que possuem apenas um vereador em suas bancadas: PP, Podemos, PSD, PSDB e MDB), se têm interesse em indicar membro para as três cadeiras que lhe são garantidas na CPI, que se compõem primeiro. Segundamente, consultando a cada um dos partidos-maioria (que possuem dois vereadores em suas bancadas): REPUBLICANOS, UNIÃO, PRD, PL, excetuados os partidos dos dois vereadores proponentes: NOVO e MOBILIZA), se têm interesse em indicar membro para a cadeiras que lhe é garantida na CPI. Em caso de concorrência por uma mesma vaga entre legendas do mesmo perfil, e somente neste caso, realização de sorteio público imediato,

com ata específica, publicação no site e comunicação aos representantes de cada partido.



- 3) Regra de distribuição entre CPIs: primeira CPI com a vaga do proponente e quatro vagas distribuídas a quatro partidos distintos que aumentem pluralidade — três de partidos minoritários (bancada de uma cadeira) e uma de partido-maioria (duas cadeiras); a segunda CPI segue a mesma estrutura, preferindo legendas diferentes daquelas já ocupantes da primeira, para evitar hegemonia dupla. Detalhes operacionais:
- primeira CPI: Proponente; 3 vagas para PSDB/PP/MDB/PSD/Podemos (sem repetição entre si); 1 vaga para PRD/PL/Republicanos/União (excluídos Mobiliza e NOVO por já figurarem como proponentes).
 - segunda CPI: repetir formato, preferindo outras legendas para preservar pluralidade entre comissões.
 - vagas remanescentes por ausência de interessados ou partidos do perfil a que a vaga exige devem migrar ao outro perfil de quociente; persistindo a falta, abre-se a vaga a partidos já representados
- 4) Determinar, com base no MS 37.760, a adoção imediata das providências administrativas à composição e instalação das CPIs.

Amparado pela jurisprudência exaustivamente mencionada nas questões de ordem e neste ofício, confio na **resposta constitucional IMEDIATA de Vossa Excelência**.

Respeitosamente,

Guilherme Rocha

GUILHERME
CAMPOS DA
ROCHA:070798
23676

Assinado de forma
digital por GUILHERME
CAMPOS DA
ROCHA:07079823676
Dados: 2025.12.19
16:59:58 -03'00'

Itaúna/MG, 23 de dezembro de 2025



Aos Senhores Vereadores membros indicados na Portaria nº 42/2025;

Giornade Alberto Carvalho,
Leonardo Alves dos Santos,
Kaio Augusto Honório Alves Guimarães,
Márcia Cristina Silva Santos,
Câmara Municipal de Itaúna/MG

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5691
Data: 23/12/2025
Horário: 04:35
Secretaria Legislativa

Assunto: Pedido de adiamento de reunião e abstenção de atos de implementação da CPI constituída pela Portaria nº 42/2025, por cautela institucional e preservação de regularidade procedimental.

Senhores Vereadores,

Na qualidade de subscritor do requerimento de CPI e diante da publicação da Portaria nº 42/2025, já formalmente apontada como materialmente viciada em razão de desconformidade com o rito constitucional de composição e com o que foi acatado em Plenário por meio de questões de ordem, venho, por dever de cautela institucional, requerer a suspensão/adiamento de qualquer reunião destinada a “início de trabalhos” sob tal composição, inclusive a anunciada para esta data, evitando-se a prática de atos de implementação que possam consolidar situação de fato e produzir aparência de legitimidade.

Este ofício se soma às provocações administrativas formais já realizadas (Ofício nº 1-CPI/2025 e Ofício nº 2-CPI/2025), que reiteraram o dever de recomposição regular, requereram a revogação da Portaria nº 42/2025 e alertaram para a irradiação de efeitos administrativos do ato impugnado. A manutenção de atos preparatórios ou de instalação prática, apesar da ciência inequívoca do vício arguido e da pendência de reavaliação administrativa, agrava o risco institucional e amplia o potencial de nulidade subsequente.

É importante que atuemos em defesa da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, conforme mandamento de nossa Carta Constitucional, e que se aguarde

manifestação formal do Vice-Presidente Gustavo Dornas (no exercício excepcional para atos de composição e instalação) e a conclusão do encaminhamento administrativo, com a solução dos atos viciados da Portaria nº 42/2025, já reiteradamente suscitados em ofícios anteriores à Vice-Presidência.



Como é do conhecimento dos senhores, em precedente recentíssimo decidido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no Mandado de Segurança nº 5010144-90.2025.8.13.0338, em sede de liminar, reconheceu-se a probabilidade do direito invocado e o risco concreto de prática de atos nulos, determinando a suspensão dos efeitos do ato impugnado relacionado à composição e funcionamento de Comissão Processante da Comarca de Itaúna, foi deferida liminar para suspender procedimento de Comissão Processante em trâmite na Câmara, inclusive “a prática de quaisquer atos tendentes ao seu prosseguimento”, justamente para evitar que o iter procedimental avance sob controvérsia relevante, preservando equilíbrio entre autonomia do Legislativo e controle jurisdicional da legalidade.

O pedido ora formulado não é político, mas preventivo: visa resguardar os próprios vereadores indicados e a Casa Legislativa contra o incremento de um quadro de nulidades e de controvérsias evitáveis. A jurisprudência é clara ao reconhecer que, em mandado de segurança, a tutela de urgência busca impedir a ineficácia da medida caso deferida apenas ao final, preservando a utilidade do provimento e evitando que o decurso do tempo consolide situação incompatível com o direito invocado.

Por isso, requeiro:

- a) o adiamento imediato de reunião destinada ao “início dos trabalhos” da CPI baseada na Portaria nº 42/2025;
- b) a abstenção de atos de implementação, tais como eleição informal de presidente/relator, definição de cronograma, requisições de documentos/senhas/sistemas, comunicações oficiais e quaisquer medidas que criem aparência de regularidade;

c) que se aguarde manifestação formal do Vice-Presidente (no exercício excepcional para atos de composição e instalação) e a conclusão do encaminhamento administrativo, com a solução dos atos viciados da Portaria nº 42/2025, já reiteradamente suscitados em ofícios anteriores à Vice-Presidência.



Registra-se, por cautela, que eventual decisão administrativa ou judicial futura que reconheça a nulidade da composição poderá repercutir sobre a validade dos atos praticados e, havendo continuidade após ciência formal do vício e advertência expressa, poderá atrair apuração de responsabilidades em sede própria (inclusive quanto à boa-fé e ao dever de cautela), razão adicional para que se opte pela solução prudente e institucional: aguardar.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Guilherme Rocha

Vereador – Câmara Municipal de Itaúna/MG

C/c: Vice-Presidência da Câmara (no exercício excepcional para atos de composição/installação),
Secretaria Legislativa, Procuradoria Legislativa.

OFÍCIO Nº 03/2025 DO VEREADOR GUILHERME ROCHA AOS MEMBROS DA CPI PORTARIA DE Nº 42/2025



De Secretaria Legislativa <secretarialegislativa@cmitauna.mg.gov.br>

Para Vereador Giordane <vereadorgiordanealberto@cmitauna.mg.gov.br>, Vereador Leo Alves <vereadorleoalves@cmitauna.mg.gov.br>, Vereador Kaio <vereadorkaio@cmitauna.mg.gov.br>, Vereadora Márcia <vereadoramarciaacristina@cmitauna.mg.gov.br>

Data 23/12/2025 09:50

 20251223_OFÍCIO Nº 03-25 GUILHERME ROCHA AOS MEMBROS CPI_000035.pdf (~1,1 MB)

Bom dia !

Segue em anexo Ofício de nº 03/2025 á pedido do Vereador Guilherme Rocha aos membros da cpi conforme Portaria de Nº 42/2025.

att,

--
--

Secretaria Legislativa

Câmara Municipal de Itaúna/MG

(37) 3249-2083 - Pedro

(37) 3249-2084 - Gisele

(37) 3249-2087 - Jean ou Carlos



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO - INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E RELATOR

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2025, às 10 horas e 37 minutos, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna (sala de reunião do térreo), reuniram-se os Vereadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, regularmente nomeada pela Portaria nº 42/2025, de 19 de dezembro de 2025, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, da legislação aplicável e do Parecer com protocolo de número 5682 da Procuradoria Geral da Câmara Municipal, com objeto, finalidade especial e determinada, para investigar, por prazo certo, fato determinado consistente na apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna.

Estiveram presentes os seguintes Vereadores membros da Comissão: Giordane Alberto Carvalho; Guilherme Rocha; Kaio Augusto Honório Alves Guimarães; Leonardo Alves dos Santos e Márcia Cristina Silva Santos além do servidor Ramon de Almeida Pereira e assessores João Batista de Macedo Júnior, Thaís Ferreira de Andrade e Thiago Meneses Cruz.

O vereador mais votado para instalar e conduzir a eleição, Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães, assumiu a condução inicial dos trabalhos e declarou aberta a reunião, esclarecendo que a presente sessão destinava-se à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e à eleição, dentre seus membros, do Presidente e do Relator.

Procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente da CPI, sendo indicado o Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães, o qual foi eleito por maioria dos votos, com abstenção do vereador Guilherme Rocha.

Em seguida, realizou-se a eleição para o cargo de Relator da CPI, sendo indicado o Vereador Giordane Alberto Carvalho, eleito por maioria dos votos, com abstenção do vereador Guilherme Rocha.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS



A Comissão Parlamentar de Inquérito ficou assim constituída:

Presidente: Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães;

Relator: Vereador Giordane Alberto Carvalho;

Membros: Guilherme Rocha; Leonardo Alves dos Santos e Márcia Cristina Silva Santos.

Outras deliberações:

- 1) Deliberação votada e aprovada pela maioria dos membros da CPI para não autorização de gravação de áudio/vídeo das reuniões em face de se ter menor de idade possivelmente envolvido nos fatos, em razão do ECA (artigos 17 e 18) e Constituição Federal (artigo 227). O vereador Guilherme paralisou a gravação da reunião após deliberação e aprovação da maioria dos membros da CPI.
- 2) Sobre requerimento protocolado (protocolo 5691) pelo Vereador Guilherme Rocha na data de hoje 23/12/2025. O presidente leu parte do Parecer da Procuradoria (protocolo 5682) que rebate sobre o requerimento do vereador Guilherme Rocha e explicou ponto a ponto sobre os pedidos. Colocado em votação se acatam ou não o pedido do vereador Guilherme Rocha, os membros da Comissão Parlamentar rejeitaram o pedido, por maior de votos, por entenderem que os atos de instauração e criação da Comissão são legítimos e estão de acordo com a legislação.
- 3) Sobre o requerimento inicial do vereador Guilherme Rocha para abertura da CPI. O presidente fez a leitura do requerimento do vereador Guilherme Rocha que embasou a instalação desta CPI. O presidente perguntou se alguém gostaria de colocar alguma coisa ou falar alguma coisa sobre o requerimento para abertura da CPI. O presidente achou por bem pedir à Secretaria da Câmara os documentos da CPI para juntada nos autos da CPI, de documentos que contenham: quaisquer denúncias vinculadas ao fato determinado que trouxe a abertura da CPI, caso existam; qualquer documento que apresente prova de produção de vídeo e demais provas que foram citadas – conforme tópicos expressos no requerimento/denúncia dos fatos determinados que culminaram para a abertura da CPI a serem juntadas tanto pela Secretaria Legislativa quanto pelo vereador Guilherme Rocha – Primeiro Signatário; juntada da errata que trata do prazo de duração da CPI e juntada de todos os documentos que dizem respeito a esta CPI e que foram realizados antes do dia 23/12/2025. O prazo sugerido para estas juntadas foi até o dia 26/12/2025. Todas as deliberações deste item foram

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna
FI 64
Visto

- 4) aprovadas pela maioria dos membros. Questionado sobre seu voto, o vereador Guilherme Rocha não quis se manifestar.
- 5) Data e horário da próxima reunião. Ficou aprovada por maioria dos membros a próxima data e horário de reunião desta CPI para o dia 29/12/2025 às 10h30min.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

Sala de Reunião (térreo) da Câmara Municipal de Itaúna/MG, às 11 horas de 41 minutos de 23 de dezembro de 2025.


Presidente da CPI

Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães


Relator da CPI

Vereador Giordane Alberto Carvalho

Vereador Membro

Guilherme Rocha


Vereador Membro

Leonardo Alves dos Santos


Vereador Membro

Márcia Cristina Silva Santos

OFÍCIO Nº Nº 04-CPI/2025 – GAB/VR



Assunto: Registro de reunião realizada em 23/12/2025 e solicitação de certidões e documentos

À Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna

O Vereador Guilherme Rocha, no exercício regular de seu mandato, vem, respeitosamente, registrar fato institucional relevante ocorrido na data de hoje, 23 de dezembro de 2025, bem como requerer providências administrativas de caráter documental, para fins de preservação da regularidade procedimental e da segurança jurídica.

Do registro do fato

Na data de 23/12/2025, às 10h30, realizou-se, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna, reunião intitulada “início dos trabalhos” da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Portaria nº 42/2025, com a presença de vereadores indicados no referido ato administrativo.

O subscritor compareceu exclusivamente para consignar posição institucional, tendo, logo no início, procedido à leitura de pronunciamento formal, no qual registrou expressamente sua discordância quanto à legitimidade da composição da CPI, em razão do descumprimento de ato jurídico perfeito praticado em Plenário, consistente no acatamento das questões de ordem após parecer da Procuradoria Legislativa.

Tal pronunciamento foi registrado em gravação audiovisual, como medida de preservação da transparência e da publicidade mínima do ato.

Da interrupção do registro audiovisual

Após a leitura do pronunciamento inicial, os demais participantes da reunião manifestaram objeção à continuidade da gravação, sob o fundamento de que haveria menção a dados envolvendo pessoa menor de idade em documentação relacionada à CPI.

O subscritor ponderou que eventual conteúdo sensível poderia ser tratado sob regime de sigilo e proteção, sem prejuízo do registro institucional da reunião, mas a objeção foi mantida.

Diante disso, a gravação foi interrompida, ficando consignado, de forma clara e inequívoca, que a interrupção decorreu de solicitação dos demais participantes.

O subscritor, então, absteve-se de qualquer participação subsequente, mantendo postura silente, justamente para evitar qualquer interpretação de adesão, concordância ou participação nos encaminhamentos eventualmente adotados.

Do requerimento

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5692
Data: 23/12/2025
Horário: 12:37
Secretaria Legislativa

Diante do exposto, requer-se, para fins de preservação documental e controle institucional, o que segue:



a) Certidão administrativa informando:

- a realização da reunião em 23/12/2025;
- o horário de início;
- o local;
- a relação de vereadores presentes;
- a natureza da reunião (CPI instituída pela Portaria nº 42/2025);

b) Cópia integral da ata da reunião, caso tenha sido lavrada, ou, alternativamente, certidão negativa de inexistência de ata;

c) Informação acerca da existência de qualquer registro oficial, audiovisual ou escrito, produzido pela própria Câmara Municipal em relação à referida reunião, com indicação do setor responsável por sua guarda;

d) Juntada do presente ofício aos autos administrativos eventualmente existentes relativos à CPI instituída pela Portaria nº 42/2025.

Da finalidade do registro

O presente ofício tem finalidade exclusivamente institucional, visando:

- resguardar as prerrogativas parlamentares;
- preservar a fidelidade dos registros administrativos;
- evitar controvérsias futuras quanto à dinâmica e aos limites da reunião realizada;
- e assegurar a adequada instrução de procedimentos administrativos ou judiciais relacionados à matéria.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Itaúna/MG, 23 de dezembro de 2025.

Guilherme Rocha

Vereador – Câmara Municipal de Itaúna

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO

Em atendimento a solicitação do vereador Kaio Augusto Guimarães, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Portaria nº 42/2025 (com a finalidade de investigar fato determinado e apurar possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de Comunicação Institucional da Câmara de Itaúna), certifico que o primeiro requerimento referente ao assunto em análise pela CPI foi protocolado nesta Casa de Leis no dia 25 de novembro de 2025, às 16h52 (protocolo nº 5614), não havendo, portanto, qualquer registro de requerimento anterior a essa data sobre o assunto em tela no livro de protocolo da Secretaria Legislativa.

Itaúna, 23 de dezembro de 2025



Pedro de Alcântara Teixeira Júnior
Técnico Legislativo - CMI

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº

5643

Data:

23/12/2025

Horário:

14:40

Secretaria Legislativa

CERTIDÃO

Em atendimento a solicitação do vereador Guilherme Rocha, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Portaria nº 42/2025 (com a finalidade de investigar fato determinado e apurar possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de Comunicação Institucional da Câmara de Itaúna), certifico o que segue:

1 – que, no dia 23 de dezembro de 2025, às 10h37, foi realizada, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Itaúna MG, a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Portaria nº 42/2025, da qual participaram todos os membros da referida Comissão (vereadores Giordane Alberto Carvalho, Guilherme Rocha, Kaio Augusto Guimarães, Leonardo Alves dos Santos e Márcia Cristina Silva Santos), além dos servidores Ramon de Almeida Pereira, João Batista de Macedo Júnior, Thaís Ferreira de Andrade e Thiago Meneses Cruz;

2 – que a reunião acima referida teve como natureza/objetivo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e a eleição do Presidente e Relator da CPI, conforme Ata que foi lavrada e assinada pelos presentes (com exceção do vereador Guilherme Rocha);

3 – que não foi feito “registro oficial audiovisual” da reunião por meio de qualquer equipamento da Câmara, sendo que a Ata que consta nos autos é o único registro escrito da referida reunião.

Itaúna, 23 de dezembro de 2025


Pedro de Alcântara Teixeira Júnior
Técnico Legislativo - CMI

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5694
Data: 23/12/2025
Horário: 14:45
fls
Secretaria Legislativa

DESTINATÁRIO: Presidente Comissão EPI
RUA: Portaria 42/2025 Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: Certidão EPI 42/2025
RECEBIDO
EM 23/12/25
REMETIDO EM 23 DE 12 DE 25
ASSINATURA OU CARIMBO: [Assinatura]

DESTINATÁRIO: Vereador Guillermo Rocha
RUA: Membro Comissão EPI Portaria 42/25 Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: Certificado Entidade Sec Legislativa em Atendimento V. Guillermo e Opção 19 An EPI 42/2025
RECEBIDO
EM 23/12/25
REMETIDO EM 23 DE 12 DE 25
ASSINATURA OU CARIMBO: [Assinatura]

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: [Assinatura]

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

DESTINATÁRIO: _____
RUA: _____ Nº _____
DISCRIMINAÇÃO: _____
RECEBIDO
EM ____/____/____
REMETIDO EM ____ DE ____ DE ____
ASSINATURA OU CARIMBO: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna/MG

PROTOCOLO

Nº 5095

Data: 24/12/2025

Horário: 09:37

Resposta ao Ofício de número 2-CPI/2025 (protocolo 5689 de 22/12/2025) ~~Secretaria Legislativa~~
Guilherme Rocha

Este vereador, na estrita e excepcional competência para a nomeação de instalação da CPI, que visa apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, seguiu o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna e as normas que regem a matéria de CPI.

Desta forma fiz publicar a Portaria de número 42/2025, nomeando os membros da CPI, de acordo com o artigo 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna e das normas que regem a matéria de CPI.

Conforme parágrafo 2º do artigo 30 do Regimento Interno, “na constituição das Comissões Temporárias, será observada tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos” (grifo nosso). Foram nomeados cinco vereadores de partidos diferentes, sendo dois da minoria e dois da maioria, levando em consideração que o vereador Guilherme Rocha tem que integrar obrigatoriamente a Comissão, por se tratar do Requerente. Ressalta-se que o pedido da CPI menciona suspeição apenas ao Presidente da Câmara, Vereador Antônio de Miranda Silva, não imputando qualquer suspeição a nenhum outro vereador.

Ademais, a composição inicial dos vereadores foi alterada por mim como também dos servidores que irão dar o apoio técnico. Optei por indicar servidores efetivos da Câmara Municipal para maior isenção aos trabalhos.

Entendo, pois, que a legalidade foi estritamente observada em todos os atos de nomeação e instalação da CPI por mim praticados, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Itaúna – em substituição.

Itaúna, aos 24 de dezembro de 2025


Gustavo Dornas Barbosa

Vice Presidente da Câmara Municipal

Resposta ao Ofício de número 1-CPI/2025 do vereador Guilherme Rocha

De acordo com o Parecer 5682 da Procuradoria, de 18 de dezembro de 2025, protocolado na Secretaria Legislativa às 15h45min, assinado pelo Procurador Luís Fernando Moreira Mendes, fui autorizado substituir o Presidente da Câmara Municipal Antônio de Miranda em sua competência, estritamente e excepcionalmente, para a nomeação de instalação da CPI que visa apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, conforme Portaria 39/2025 (parecer jurídico em anexo).

Segue ainda em anexo a comunicação a mim enviada pelo Presidente da Câmara, Antônio de Miranda Silva, recebida em meu gabinete no dia 19/12/2025.

Itaúna, aos 24 de dezembro de 2025




Gustavo Dornas Barbosa

Vice Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5696
Data: 24/12 / 2025
Horário: 09:37


Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Itaúna/MG, 19 de dezembro de 2025.



Ao

Excelentíssimo Senhor Gustavo Dornas Barbosa

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna

Encaminhamento de parecer jurídico – ciência e cumprimento de atos formais relativos à CPI

Senhor Vice-Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia integral do Parecer Jurídico datado em 18 de dezembro de 2025, exarado pela Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa, que trata da instalação, composição e nomeação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada nos termos regimentais.

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, especialmente quanto à substituição excepcional da Presidência, dou-lhe ciência formal do referido parecer, a fim de que Vossa Excelência adote, exclusivamente, as providências necessárias à prática dos atos formais relacionados à:

Realizar a nomeação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, composição da CPI, observada a proporcionalidade partidária.

Ressalte-se que a atuação ora comunicada restringe-se unicamente aos atos formais indispensáveis à regular constituição da CPI, em estrita observância ao Regimento Interno e aos princípios da legalidade, impessoalidade e segurança jurídica.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO DE
MIRANDA
SILVA:749985
52600

Assinado de forma
digital por ANTONIO
DE MIRANDA
SILVA:74998552600
Dados: 2025.12.19
09:30:32 -03'00'

Antônio de Miranda Silva

Presidente da Câmara Municipal de Itaúna

PARECER JURÍDICO – PGL

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Itaúna/MG

Assunto: Análise conjunta das Questões de Ordem apresentadas pelos Vereadores Alexandre Campos e Wenderson Arlei da Silva e outros – Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 39/2025

I – RELATÓRIO

Chega a esta Procuradoria-Geral do Legislativo solicitação do Presidente da Câmara Municipal de Itaúna para emissão de parecer jurídico único e consolidado acerca de duas Questões de Ordem, ambas relacionadas à instauração e composição da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 39/2025, destinada a apurar possíveis irregularidades na utilização da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal.

A primeira Questão de Ordem foi apresentada pelo Vereador Alexandre Campos em 10/12/2025, sustentando, em síntese, suposta irregularidade na composição da CPI, alega afronta à representação proporcional das bancadas e limitação indevida da atuação parlamentar pela Presidência.

A segunda Questão de Ordem foi apresentada pelo Vereador Wenderson Arlei da Silva e outros em 11/12/2025, que alegam: inobservância dos requisitos legais e regimentais para instalação da CPI; indicação unilateral e arbitrária dos membros da Comissão; violação aos direitos da minoria parlamentar e comprometimento da imparcialidade da CPI.

Requerem, ao final, o reconhecimento da nulidade da Portaria nº 39/2025, a regularização imediata dos atos, o registro integral das manifestações nos anais da Casa e respostas formais às Questões de Ordem apresentadas.

É, em apertada síntese, o relatório.

Passa-se à análise conjunta.

II – PRELIMINARMENTE:

Ressalta-se que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5082
Data: 18/12/2025
Horário: 15:45
Secretaria Legislativa

administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade, senão vejamos:

“O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.” (Acórdão TCU 1492/21).

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico.

Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

O presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não acolhê-lo ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Por último, cumpre registrar que o presente parecer não substitui ou vincula eventuais pareceres das Comissões Permanentes.

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – Da natureza jurídica da CPI e dos requisitos para sua instauração

A Comissão Parlamentar de Inquérito constitui instrumento constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, aplicado aos Municípios por simetria, bem como dos arts. 30 e 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna.

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

...

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

...

Para sua regular instauração, exige-se: requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos vereadores; indicação de fato determinado; e fixação de prazo certo.

Da análise dos documentos que instruem os autos, verifica-se que esses requisitos, em que pese as alegações foram atendidos nos requerimentos.

Após a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, portaria nº 39 publicada em 05 de dezembro de 2025, jornal oficial nº241, foram protocoladas as questões de ordem do Vereador Alexandre Campos e dos Vereadores Wenderson Arlei da Silva e outros.

III.2 – Da alegação de irregularidade quanto à composição da CPI

Ambas as Questões de Ordem convergem na alegação de que a composição da CPI teria violado o princípio da representação proporcional e os direitos da minoria parlamentar.

Todavia, o próprio Regimento Interno (art. 24), em consonância com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, adota o critério da proporcionalidade “*tanto quanto possível*”, não se tratando de regra absoluta ou de reprodução matemática exata.
In Verbis:

“Art. 24 - Na constituição das Comissões será assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos, assegurado ao Vereador que não seja membro da Comissão participar das discussões, sem direito a voto.”
(Grifos Nossos).

No caso concreto, não restou demonstrada exclusão deliberada de bancada, bloco ou vereador, tampouco afronta objetiva à proporcionalidade partidária. A composição

definida pela Portaria nº 39/2025 mostra-se compatível com a realidade parlamentar da Casa Legislativa.

A comissão foi composta com seguintes membros: vereadores Guilherme Rocha (partido Novo), Giordane Alberto Carvalho (PR – Republicanos), Márcia Cristina Silva Santos (PP – Partido Progressista), Kaio Augusto Honório Alves Guimarães (PMN – Partido da Mobilização Nacional) e Israel Antônio Lúcio Neto (União Brasil).

Importante destacar que o direito subjetivo da minoria parlamentar refere-se à instauração da CPI, e não à imposição de composição específica da Comissão.

III.3 – Da alegada indicação unilateral e da imparcialidade da CPI

A designação dos membros da CPI pela Presidência não configura ato unilateral ilegítimo, mas exercício regular de competência regimental.

A imparcialidade da Comissão decorre do seu funcionamento colegiado, da eleição interna de Presidente e Relator e do controle político e jurídico dos seus atos, não sendo presumida a parcialidade a partir da mera discordância quanto à composição definida.

III.4 – Da competência da Presidência da Câmara Municipal (eventual conflito de interesse)

O Regimento Interno confere ao Presidente da Câmara competência expressa para dar cumprimento aos requerimentos que atendam às exigências regimentais, formalizar a criação da CPI e designar seus membros, conforme disposto no art. 20, inciso XII, c/c art. 30, inciso I e §1º.

A edição da Portaria nº 39/2025 consistiu em mero ato administrativo de execução do Regimento Interno, não havendo que se falar em inovação normativa, extrapolação de competência ou afronta à soberania do Plenário.

Embora o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna não contenha previsão expressa acerca de impedimento ou suspeição do Presidente da Casa Legislativa em situações dessa natureza, recomenda-se a aplicação dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, notadamente os princípios da impessoalidade, moralidade administrativa, legalidade e publicidade.

Do mesmo modo, não houve, por parte dos autores do pedido de abertura da CPI, qualquer requerimento de afastamento do Presidente da Casa, nem solicitação de transferência de competência para os atos de instalação, composição ou nomeação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ainda assim, a análise jurídica insta a considerar a situação objetiva de possibilidade de conflito institucional, decorrente do fato de o Presidente figurar, ainda que indiretamente, no contexto fático a ser investigado, circunstância que, embora não caracterize acusação, culpa ou irregularidade, pode comprometer a percepção pública de neutralidade e imparcialidade dos atos iniciais da CPI.

Nessa linha, por isonomia de tratamento, prudência administrativa e em observância ao dever de cautela que rege a atuação dos órgãos públicos, recomenda-se a adoção de afastamento funcional pontual e restrito, exclusivamente para a prática dos atos formais relativos à nomeação e composição da CPI, sem qualquer prejuízo ao exercício regular das demais atribuições da Presidência.

Por fim, o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ao atribuir relevantes poderes investigatórios às Comissões Parlamentares de Inquérito, impõe que sua instalação e funcionamento se deem sob estrita observância da neutralidade institucional, assegurando não apenas a regularidade jurídica dos trabalhos, mas também a credibilidade da investigação e o pleno exercício do direito das minorias parlamentares.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral do Legislativo, embora não se verifique qualquer ilegalidade na formação e na nomeação dos membros da CPI, por cautela institucional e em observância aos princípios da moralidade administrativa, da impessoalidade e da segurança jurídica, opina pelo acatamento parcial das questões de ordem apresentadas e recomenda a revogação da Portaria nº 39/2025, com a consequente atribuição ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, no exercício regular da substituição, de competência estritamente excepcional e limitada unicamente à prática dos atos formais de nomeação e instalação da CPI, não se estendendo tal atribuição a quaisquer outros atos administrativos ou regimentais.

A medida tem por finalidade exclusiva prevenir eventual questionamento futuro quanto à existência de conflito de interesses, não implicando, em nenhuma hipótese, reconhecimento de impedimento, nulidade ou irregularidade na atuação do Presidente da Câmara.



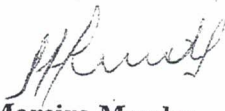
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS



Por fim, reitera-se que a presente manifestação possui natureza meramente **opinativa**, não sendo vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaúna 18 de dezembro de 2025.


Luís Fernando Moreira Mendes
Procurador Geral do Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA – MG
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI
PORTARIA Nº 42/2025



OFÍCIO Nº 01/2025 – CPI

Assunto: Comunicação de instalação e composição da CPI

À

Secretaria Legislativa

Câmara Municipal de Itaúna/MG

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, comunica a Vossa Senhoria que restou formalmente instalada, tendo sido eleitos, por maioria de votos, os seguintes membros para a condução dos trabalhos:

Presidente: Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães

Relator: Vereador Giordane Alberto Carvalho

Requer-se a devida autuação dos autos da CPI, com a juntada da ata da reunião de instalação e demais documentos pertinentes, bem como a adoção das providências administrativas necessárias ao regular funcionamento dos trabalhos da Comissão.

Itaúna/MG, 23 de dezembro de 2025.

KAIO AUGUSTO
HONORIO ALVES
GUIMARAES:083109226
20

Assinado de forma digital por
KAIO AUGUSTO HONORIO ALVES
GUIMARAES:08310922620
Dados: 2025.12.24 14:07:10 -03'00'

Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães

Presidente da CPI

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5697

Data: 24 / 12 / 2025

Horário: 14 : 20

pan
Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA – MG

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

PORTARIA Nº 42/2025



OFÍCIO Nº 02/2025 – CPI

Assunto: Deliberação sobre sigilo parcial e vedação de gravação das reuniões da CPI

À Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG

Comunica-se que, em deliberação aprovada pela maioria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, na reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, ficou decidido que não será autorizada a gravação de áudio e/ou vídeo das reuniões da CPI, bem como a divulgação, por qualquer meio, de imagens, sons ou registros dos trabalhos desenvolvidos.

A presente deliberação fundamenta-se na possibilidade de envolvimento de menor de idade nos fatos apurados, em observância aos artigos 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente e ao artigo 227 da Constituição Federal, assegurando a proteção integral, a dignidade e a preservação da imagem do menor.

Determina-se que se dê ciência a todas as unidades administrativas desta Casa Legislativa e vereadores para que observem e cumpram rigorosamente a presente deliberação, adotando-se as providências administrativas necessárias para sua efetiva implementação.

Itaúna/MG, 23 de dezembro de 2025.

KAIO AUGUSTO
HONORIO ALVES
GUIMARAES:08310922
620

Assinado de forma digital por
KAIO AUGUSTO HONORIO ALVES
GUIMARAES:08310922620
Dados: 2025.12.24 14:07:38 -03'00'

Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5698
Data: 24 / 12 / 20 25
Horário: 14 : 20
Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA – MG
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI
PORTARIA Nº 42/2025



OFÍCIO Nº 03/2025 – CPI

Assunto: Requisição de documentos – CPI Portaria nº 42/2025

À Secretaria Legislativa

Câmara Municipal de Itáúna/MG

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, por deliberação aprovada em reunião realizada no dia 23 de dezembro de 2025, REQUISITA a Vossa Senhoria a juntada aos autos da CPI, até o dia 26 de dezembro de 2025, dos seguintes documentos:

- a) eventuais denúncias vinculadas ao fato determinado que ensejou a instauração da CPI, se existentes;
- b) documentos que indiquem a produção de vídeos e demais provas mencionadas no requerimento inicial;
- c) errata referente ao prazo de duração da CPI;
- d) todos os documentos administrativos relacionados à CPI que tenham sido produzidos anteriormente ao dia 23/12/2025.

Solicita-se que as juntadas sejam devidamente certificadas nos autos, para fins de regular instrução dos trabalhos investigativos da Comissão.

Itáúna/MG, 23 de dezembro de 2025.

KAIO AUGUSTO HONORIO
ALVES
GUIMARAES:08310922620

Assinado de forma digital por
KAIO AUGUSTO HONORIO ALVES
GUIMARAES:08310922620
Dados: 2025.12.24 14:08:00
+03'00'

Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Câmara Municipal de Itáúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5099
Data: 24 / 12 / 20 25
Horário: 14 : 20

Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Itaúna, 26 de dezembro de 2025.

Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna -MG

Assunto: Requisição de documentos conforme ofício nº03/2025 da Comissão
Parlamentar de Inquérito -CPI



À Ouvidoria da Câmara Municipal de Itaúna


Responsável : Raquel Dornas de Andrade
Chefe da Escola do Legislativo e do CAC/Ouvidoria

Em atendimento à solicitação feita pela CPI, conforme ofício de nº 03/2025 protocolada na Secretaria no dia 24/12/2025 de nº 5699, que segue em anexo, REQUISITA até a data do dia 26/12/2025, as informações de que se houve algum protocolo na ouvidoria antes do dia 25/11/2025 dos seguintes documentos :

- a) eventuais denúncias vinculadas ao fato determinado que ensejou a instauração da CPI, se existentes;
- b) documentos que indiquem a produção de vídeos e demais provas mencionadas no requerimento inicial;

Aguardamos a manifestação para que seja juntada aos autos da CPI.

Atenciosamente,



Jean Carlos Teles
Gerente Legislativo
Câmara Municipal de Itaúna

Recebi 26/12/25
Raquel Dornas

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Itaúna, 26 de dezembro de 2025

Câmara Municipal de Itaúna
83
Visto

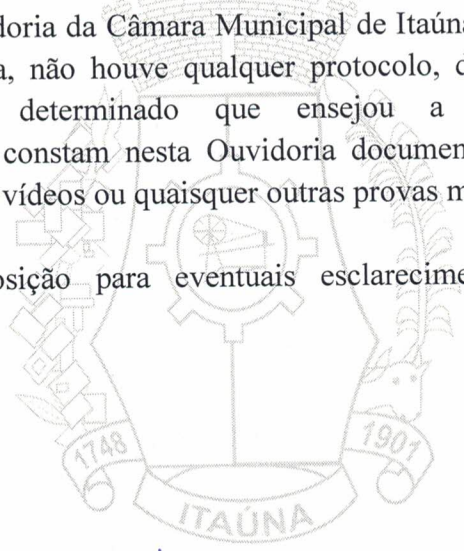
Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/ MG

Assunto: Resposta da Requisição de documentos conforme ofício nº03/2025 da
Comissão Parlamentar de Inquérito -CPI

À Secretaria Gerencia Legislativo da Câmara Municipal de Itaúna- MG
Gerente Legislativo: Jean Carlos Teles

Em atenção ao Ofício nº 03/2025 da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, protocolado sob o nº 5699 em 24/12/2025, que requisita informações acerca da existência de protocolos junto à Ouvidoria da Câmara Municipal de Itaúna antes do dia 25/11/2025, informo que, até a presente data, não houve qualquer protocolo, denúncia ou registro na Ouvidoria relacionado ao fato determinado que ensejou a instauração da referida CPI. Da mesma forma, não constam nesta Ouvidoria documentos, registros ou informações que indiquem a produção de vídeos ou quaisquer outras provas mencionadas no requerimento inicial da Comissão. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Raquel Dornas de Andrade
Raquel Dornas de Andrade
Chefe da Escola do Legislativo e do CAC
Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/ MG

DESTINATÁRIO: Presidente Comissão EPI		RUA: Portaria 42/2025		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
Certidão EPI 42/2025		EM 23/12/25			
REMETIDO EM 23 DE 12		DE 25		ASSINATURA OU CARIMBO	
DESTINATÁRIO: Vereador Guilherme Rocha		RUA: Membro Comissão EPI Portaria 42/25		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
Protocolo Emitido Sec Legislativa em Atendimento V. Guilherme e EPI 42/2025		EM 23/12/25			
REMETIDO EM 23 DE 12		DE 25		ASSINATURA OU CARIMBO	
DESTINATÁRIO: Ovaridgner Da Câmara Municipal		RUA: Cleo Haines (1 VPA Original)		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
Solicitação Documento Ofício 03/25 - EPI		EM 26/12/25			
REMETIDO EM 26 DE 12		DE 25		ASSINATURA OU CARIMBO	
DESTINATÁRIO: Vereador Guilherme Rocha		RUA: Cópia Reporta Procuradoria (Paralela)		Nº 961	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
Cópia Ofício Reporta (Ofício 102/25)		EM 26/12/25			
REMETIDO EM 26 DE 12		DE 25		ASSINATURA OU CARIMBO	
DESTINATÁRIO:		RUA:		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
		EM / /			
REMETIDO EM DE		DE		ASSINATURA OU CARIMBO	

DESTINATÁRIO:		RUA:		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
		EM / /			
REMETIDO EM		DE		ASSINATURA OU CARIMBO	
DESTINATÁRIO:		RUA:		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
		EM / /			
REMETIDO EM		DE		ASSINATURA OU CARIMBO	
DESTINATÁRIO:		RUA:		Nº	
DISCRIMINAÇÃO		RECEBIDO			
		EM / /			
REMETIDO EM		DE		ASSINATURA OU CARIMBO	

Itaúna, 26 de dezembro de 2025.



À Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna

Aos cuidados da Presidência da Comissão constituída pela Portaria nº 42/2025

Com cópia para: Presidência da Câmara Municipal de Itaúna e Vice-Presidência da Câmara Municipal de Itaúna

Assunto: Manifestação cautelar, sem reconhecimento de legitimidade, e juntada de documentos mínimos, em razão de deliberação consignada em ata sobre apresentação de documentos

Guilherme Campos da Rocha, Vereador da Câmara Municipal de Itaúna, no exercício regular de seu mandato, vem, com o devido respeito institucional, apresentar a presente MANIFESTAÇÃO CAUTELAR, exclusivamente para fins de registro formal, nos termos a seguir expostos.

1. Reserva expressa de legitimidade e não convalidação

O subscritor não reconhece a legitimidade da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Portaria nº 42/2025, por vício de composição já formalmente suscitado em plenário, objeto de acatamento expresso das questões de ordem, e posteriormente descumprido por ato administrativo superveniente, circunstância que se encontra submetida à apreciação judicial.

A presente manifestação é praticada por cautela, sem renúncia, sem preclusão, sem submissão ao rito impugnado e sem convalidação de quaisquer nulidades que recaem sobre a composição da referida Comissão e sobre os atos dela decorrentes, permanecendo íntegros todos os direitos, alegações e medidas já adotadas pelo subscritor em sede própria.

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5701
Data: 20/12/2025
Horário: 16:00
Secretaria Legislativa

2. Contexto objetivo e natureza sobre a juntada, aos autos administrativos da CPI, de documentos relativos ao requerimento inicial e às provas nele mencionadas, com prazo indicado até 26/12/2025



Conforme consignado na Ata da 1ª Reunião da Comissão realizada em 23/12/2025, item 3, deliberou-se pela juntada, aos autos administrativos da CPI, de documentos relativos ao requerimento inicial e às provas nele mencionadas, com prazo indicado até 26/12/2025, inclusive com solicitação de providências à Secretaria da Câmara para providenciar documentos existentes.

O subscritor registra que toma ciência do teor da Ata e, exclusivamente por cautela institucional, promove a presente juntada mínima, sem reconhecer legitimidade da Comissão constituída pela Portaria nº 42/2025 e sem convalidar seus atos, preservando a controvérsia já submetida à apreciação judicial.

3. Entrega mínima por cautela e preservação da integridade probatória

Quanto a elementos não publicizados, registros audiovisuais integrais, metadados, mídias originais e documentos que envolvam dados pessoais sensíveis, o subscritor, por dever de cautela e preservação da integridade probatória, apenas os identifica no rol anexo com referência de localização e cadeia de custódia, colocando-se à disposição para apresentação integral perante a Comissão regularmente recomposta ou perante a autoridade competente, mediante protocolo formal que assegure sigilo, preservação e rastreabilidade.

A saber:

Anexo 1. Cópia do Requerimento de instauração de CPI protocolado em 25/11/2025.

Anexo 2. Cópia do Ofício nº 1-CPI/2025 e comprovantes de encaminhamento.

Anexo 3. Cópia do Ofício nº 2-CPI/2025 e comprovantes de protocolo presencial.

DESNECESSÁRIO
AUTUAR ESTE
ANEXO, (PIS 05)
ORIGINAIS
JÁ CONSTAM
NOS AUTOS

Anexo 4. Cópia do Ofício nº 3-CPI/2025 e comprovantes de encaminhamento.

Anexo 5. Cópia do Ofício nº 4-CPI/2025 e comprovantes de encaminhamento.

Anexo 6. Rol objetivo dos documentos e mídias já indicados como relevantes, com referência de localização, incluindo portarias publicadas, jornais oficiais correspondentes, transcrições de sessões plenárias e registros de reuniões, os quais integram ou serão oportunamente juntados ao procedimento próprio perante a autoridade competente.

Registra-se, desde já, que a prova completa, bem como qualquer detalhamento probatório adicional, será apresentada à Comissão Parlamentar de Inquérito **regularmente recomposta e instalada nos termos do acatamento plenário e das questões de ordem formalmente acolhidas**, ou, conforme a competência constitucional e legal, à autoridade pública competente, de modo a preservar a integridade do procedimento, a finalidade institucional do instrumento e a segurança documental dos elementos.

4. Pedido de protocolo, juntada e certificação

Diante do exposto, requer-se:

- a) o protocolo formal da presente manifestação, com indicação de data, hora e número;
- b) a juntada deste expediente e de seus anexos aos autos administrativos relacionados à CPI referida;
- c) a certificação expressa do recebimento e da juntada, bem como a certificação específica acerca da inexistência de deliberação formal, registro em ata ou ato administrativo que tenha imposto prazo ou obrigação ao subscritor, caso inexistentes;
- d) que eventuais comunicações futuras dirigidas ao subscritor, especialmente aquelas que pretendam impor prazos ou obrigações, sejam realizadas



(ORIGINALS JÁ
CONSTATAM NOS
AUTOS)

O ANEXO
6 FOI
AUTUADO
NAS PAGINAS
SEGUINTE

exclusivamente por meio formal e documentado, com identificação clara do ato, data, fundamento e autoridade subscritora.



Por fim, reafirma-se o núcleo institucional da controvérsia já submetida à apreciação judicial: o núcleo do pedido é a execução de ato jurídico perfeito interno, regularmente acatado em plenário, e posteriormente descumprido por portaria superveniente.

O Judiciário, nesse contexto, não cria rito novo, limitando-se a impor o cumprimento do rito já acatado pela própria autoridade competente.

Itaúna, 26 de dezembro de 2025

Guilherme Campos da Rocha

Vereador da Câmara Municipal de Itaúna

Partido Novo

Anexo 6.**ROL SINTÉTICO DE DOCUMENTOS, MÍDIAS E REGISTROS**

Secretaria Legislativa

Índice de localização e referência de custódia

O presente rol limita-se à indicação de existência, localização e custódia de documentos, mídias e registros, sem juízo conclusivo quanto ao seu conteúdo, autoria ou alcance jurídico.

**BLOCO 1: Resolução e votação de 14/01/2025 (Chefia de Comunicação)**

Registro de tramitação e disponibilização do projeto (SAPL/sistema interno)

Referência: consulta no sistema legislativo da Câmara.

Localização: SAPL Itaúna (projeto inserido na manhã de 14/01/2025; votação no mesmo dia).

Vídeo oficial da sessão de 14/01/2025 (pedido de vista e votação)

Referência: YouTube, sessão plenária, trecho a partir de 22:20.

Localização: link informado no memorial.

Vídeo oficial da sessão de 14/12/2021 (posicionamento parlamentar sobre requisitos de qualificação)

Referência: YouTube, sessão plenária, trecho 2:14:12.

Localização: link informado no memorial.

Resolução vigente com quadro "antes e depois" da alteração

Referência: arquivo PDF "Resolução completa" (SAPL).

Localização: link SAPL informado no memorial.

Registro temporal da criação/início de publicações da página "O Itaunense"

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº _____
Data: ____/____/20____
Horário: ____:____:____
Secretaria Legislativa

Referência: histórico público da página (data de primeira publicação 10/01/2025).

Localização: captura de tela preservada sob custódia do noticiante.



BLOCO 2: Vínculos e elementos públicos de articulação

Registros públicos de atuação anterior ("O Betinense")

Referência: publicações e materiais audiovisuais de livre acesso.

Localização: links e capturas preservadas sob custódia.

Elementos públicos de vínculo partidário-eleitoral (Betim) e filiação/coligação

Referência: registros públicos eleitorais e postagens públicas (candidaturas).

Localização: consulta pública (TSE/DivulgaCand) e prints preservados.

Registros públicos de participação conjunta em eventos (congresso/atividades partidárias)

Referência: postagens públicas em redes sociais e registros audiovisuais.

Localização: capturas e links preservados; mídias originais sob custódia.

Registros audiovisuais de viagem/atividade em São Paulo com menção a "trabalho" e interação com liderança partidária

Referência: vídeos/postagens públicas.

Localização: mídias originais preservadas sob custódia (com metadados).

BLOCO 3: Conexão financeira objetiva ("O Itaunense Raiz" e PIX)

Postagens públicas da campanha "O Itaunense Raiz" (regras, anúncios e vencedores)

Referência: publicações na própria página.

Localização: capturas datadas sob custódia.



Comprovantes de transferências PIX relativas à campanha

Referência: comprovantes bancários/prints.

Localização: preservados sob custódia do noticiante (conteúdo sensível, não anexado integralmente nesta fase).

Elementos públicos de vinculação familiar do nome do favorecido no PIX

Referência: biografia/postagens públicas do perfil indicado.

Localização: capturas preservadas sob custódia.

BLOCO 4: Moderação seletiva, tentativa de acesso e uso da página por agente institucional

Capturas de tela demonstrando ocultação seletiva de comentários/interações

Referência: prints comparativos (antes/depois) e relatos de terceiros.

Localização: arquivos preservados sob custódia.

Registro de comunicação interna no grupo institucional (WhatsApp) em 26/09/2025

Referência: mensagem enviada no grupo de vereadores mencionando o fato.

Localização: exportação/capturas sob custódia.

Notificações de tentativa de acesso indevido a conta pessoal (Instagram), com horários

Referência: prints de notificações e registros de segurança.

Localização: preservados sob custódia (sensível).

Uso público da página pelo Presidente da Câmara para finalidade pessoal (anúncio de venda)

Referência: publicação pública na própria página.

Localização: captura datada sob custódia.

BLOCO 5: Padrão editorial (promoção seletiva e conteúdos críticos e desabonadores) e vídeo de membro da Mesa Diretora



Amostra de publicações de tratamento editorial recorrente a membros da Mesa (jul–nov/2025)

Referência: posts e vídeos da página.

Localização: links e capturas datadas sob custódia.

Amostra de publicações de conteúdos críticos e desabonadores a vereadores específicos

Referência: posts, caixas de perguntas e republicações.

Localização: capturas datadas sob custódia.

Vídeo publicado por integrante da Mesa Diretora em 22/01/2025 e referência à ata notarial

Referência: postagem pública do vídeo.

Localização: link/captura sob custódia; áudio integral preservado.

Indício perceptivo de locução em off (sem conclusão de identidade)

Referência: arquivo de áudio extraído do vídeo.

Localização: preservado sob custódia para eventual análise técnica.

BLOCO 6: Imagens internas, narrativa seletiva e intensificação após protocolo da CPI

Documento de solicitação de imagens internas da Câmara (com assinaturas)

Referência: requerimento/documento subscrito.

Localização: protocolo e cópia sob custódia.

Trechos exibidos em plenário com recorte seletivo (vídeo/registro oficial da sessão)



Referência: gravação oficial da sessão com timestamps.

Localização: link/arquivo oficial e capturas sob custódia.

Registros de comunicações aos órgãos internos (Presidência) sobre conteúdos críticos e desabonadores e omissões (23/07, 26/09, 18/11)

Referência: mensagens, e-mails e comunicações formais.

Localização: preservados sob custódia; protocolos quando existentes.

Conjunto de publicações com aumento de publicações críticas após protocolo da CPI

Referência: postagens na página e replicações por agentes políticos.

Localização: capturas datadas sob custódia.

Aparição de suposto responsável não identificado após exposição pública (vídeos curtos)

Referência: vídeos publicados pela página.

Localização: capturas e cópias preservadas sob custódia.

BLOCO 7: Repercussão externa e nota conjunta

Matérias jornalísticas locais/regionais sobre o caso (links e datas)

Referência: publicações em portais.

Localização: lista de links e PDFs/capturas sob custódia.

Nota conjunta de veículos de comunicação

Referência: texto publicado e subscrições.

Localização: captura/PDF sob custódia.

BLOCO 8: Análise jurídico-institucional

Memorial técnico-jurídico a ser apresentado em peça própria (quando houver autoridade competente)



Referência: documento em elaboração.

Localização: sob custódia; não anexado nesta etapa.

NOTA SOBRE ROL SINTÉTICO DE DOCUMENTOS, MÍDIAS E REGISTROS: Os documentos públicos são referenciados por links e fontes oficiais. As mídias originais, capturas datadas, exportações de conversas, comprovantes e registros de segurança digital permanecem preservados sob custódia do noticiante, com metadados, para apresentação integral mediante protocolo formal que assegure preservação, rastreabilidade e, quando necessário, tratamento de dados pessoais sensíveis.

Itaúna, 29 de dezembro de 2025.



OFÍCIO Nº 6-CPI/2025 – GAB/VR

À Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna Aos cuidados da Presidência da Comissão constituída pela Portaria nº 42/2025.

Coendereçoado ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna (autor do ato de composição)

Com cópia para: Presidência da Câmara Municipal de Itaúna e Procuradoria Legislativa

Assunto: Protesto formal, manifestação cautelar de não reconhecimento de legitimidade, impugnação de deliberação impertinente e juridicamente ineficaz que pretendeu “indeferir” requerimentos/ofícios dirigidos à autoridade competente sobre a própria legitimidade da Comissão. Protesto pela obrigatoriedade de registro audiovisual integral dos trabalhos, pedido de garantia de transparência procedimental, presença da imprensa, e requerimentos de protocolo, juntada, certificação e preservação de integridade procedimental.

GUILHERME CAMPOS DA ROCHA, Vereador da Câmara Municipal de Itaúna, no exercício regular de seu mandato, vem, com o devido respeito institucional, apresentar o presente **PROTESTO FORMAL E MANIFESTAÇÃO CAUTELAR**, para fins de registro e preservação de direitos, pelos fundamentos e requerimentos a seguir expostos.

1. Reserva expressa de legitimidade e não convalidação

Portaria não revoga ato jurídico perfeito em plenário.

O subscritor **não reconhece a legitimidade** da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída pela Portaria nº 42/2025, por vício insanável de composição, já suscitado. A irregularidade decorre do descumprimento de ato jurídico perfeito: o acatamento de questões de ordem que definiram os parâmetros para a formação da CPI, ocorrido na reunião plenária de 18 de dezembro de 2025, que foi posteriormente contrariado por ato administrativo superveniente, por meio da Portaria nº 42/2025, matéria já submetida a controle externo.

Deste modo, a presente manifestação é protocolada por **cautela institucional**, sem que isso implique renúncia a direitos, preclusão, submissão por parte da

Câmara Municipal de Itaúna
PROTOCOLO
Nº 5705
Data: 29/12/2025
Horário: 10:00

Secretaria Legislativa

impugnado ou convalidação das nulidades que recaem sobre a composição da Comissão e seus atos decorrentes.



2. Fato objetivo registrado em ata e seu alcance institucional

Pronunciamento não se vota.

Conforme a ata da reunião de 23/12/2025, a Comissão deliberou por "rejeitar o pedido do vereador Guilherme Rocha". Ocorre que a manifestação deste parlamentar consistiu em um **registro formal de posição institucional** sobre a ilegitimidade da CPI, e não um "requerimento" sujeito à deliberação do colegiado.

A indevida requalificação do ato foi induzida por sugestão verbal do servidor que assessorava os trabalhos, que orientou os membros a "*ele está fazendo um requerimento endereçado para todos os membros da CPI. Vocês têm que, sugestão minha, iniciar os trabalhos, e vocês devem deliberar sobre acatar ou não o que ele está requerendo*" – conforme consta do registro audiovisual e respectiva transcrição. Esse fato resultou na criação artificial de uma matéria inexistente, submetida à votação, o que vicia a deliberação e reforça a necessidade de máxima cautela com a fidelidade dos registros.

Essa ocorrência reforça a necessidade de cautela máxima quanto à fidelidade procedimental e à correta qualificação dos atos praticados, especialmente em um contexto no qual a própria composição da Comissão se encontra impugnada. A jurisprudência reconhece a possibilidade de anular atos de uma CPI quando há vícios procedimentais, como se observa em julgado do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG - Apelação Cível 5003169-42.2023.8.13.0073)**, que reconheceu a nulidade de uma comissão similar.

3. Impertinência jurídica da deliberação e impossibilidade de produzir "indeferimento" eficaz

CPI não julga a própria composição.

A deliberação que rejeitou a manifestação deste Vereador é juridicamente impertinente e ineficaz, pelos seguintes motivos:

i. **Conflito de interesses:** A Comissão não pode deliberar sobre a própria legitimidade, pois atuaria como parte interessada, em um ato de autoproteção, e não de autotutela.

ii. **Vício de competência:** Ofícios que questionam a formação da CPI e são dirigidos à Presidência da Casa não se inserem na competência deliberativa da Comissão investigadora.

iii. **Lesão ao direito da minoria:** A CPI é um instrumento de fiscalização com matriz constitucional, representando uma garantia das minorias parlamentares. A jurisprudência do **Supremo Tribunal Federal** é pacífica ao tratar as Comissões Parlamentares de Inquérito como um direito fundamental da oposição, cujo funcionamento não pode ser obstado por manobras da maioria. Conforme decidido no **STF – REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: MS 37760 DF 0049572-98.2021.1.00.0000**, a instauração de CPI, preenchidos os requisitos constitucionais, é um **direito público subjetivo das minorias**, não se sujeitando à vontade aquiescente do grupo majoritário. Portanto, qualquer deliberação que vise a esvaziar ou anular a efetividade deste instrumento é nula.

4. Publicidade dos trabalhos de CPI como regra constitucional

Investigação pública não acontece às escondidas.

A Constituição Federal consagra a publicidade como regra da atividade administrativa e parlamentar, inclusive no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 24.831/DF, assentou que:

“As Comissões Parlamentares de Inquérito submetem-se aos princípios da publicidade, moralidade e legalidade, sendo o sigilo medida excepcional e pontual, jamais regra geral de funcionamento.”

No mesmo sentido, o STF reafirmou, no MS 26.441/DF, que:



"A publicidade dos atos parlamentares constitui garantia institucional da sociedade e instrumento de controle democrático".



Portanto, não é juridicamente admissível a supressão global do registro audiovisual das reuniões da CPI, sob pena de violação direta aos princípios constitucionais da publicidade, da transparência e do controle social.

Sigilo de eventual depoimento de menor não autoriza sigilo do procedimento

Eventual menção à existência de menor relacionada aos fatos não autoriza, por si só, o sigilo integral dos trabalhos da CPI.

A jurisprudência do STF é clara ao distinguir:

- i. o sigilo pontual de depoimentos específicos, quando necessário à proteção da dignidade, intimidade ou desenvolvimento do menor;
- ii. da publicidade do procedimento investigativo como um todo.

No HC 82.354/SP, o Supremo Tribunal Federal assentou que:

"A proteção da criança e do adolescente não implica, automaticamente, a supressão da publicidade dos atos processuais ou administrativos, devendo o sigilo incidir apenas sobre os atos estritamente necessários".

O Superior Tribunal de Justiça segue a mesma linha, afirmando que:

"O sigilo deve ser interpretado restritivamente, incidindo apenas sobre o conteúdo sensível, e não sobre a integralidade do procedimento" (STJ, RMS 41.205/DF)".

Assim, o correto enquadramento jurídico é:

- i. publicidade do procedimento e dos trabalhos da CPI;
- ii. eventual sigilo específico e delimitado apenas sobre o momento e o conteúdo de depoimento que envolva menor, se e quando ocorrer.

5. Direito ao registro audiovisual e presença da imprensa

Menor não autoriza CPI às cegas



A presença da imprensa e o registro audiovisual dos trabalhos parlamentares decorrem diretamente da liberdade de informação e do direito fundamental à fiscalização democrática.

O STF, no julgamento da ADPF 130, consagrou que:

"A atividade jornalística constitui instrumento essencial de fiscalização do poder público, sendo incompatível com restrições genéricas e preventivas".

Ainda, no MS 28.279/DF, o Supremo reconheceu que:

"A atuação da imprensa em espaços institucionais de interesse público é manifestação legítima do direito à informação, não podendo ser afastada por deliberações administrativas desprovidas de fundamento constitucional idôneo".

Portanto, não apenas é possível, como é juridicamente exigível, que os trabalhos da CPI:

- i. sejam registrados integralmente por meios audiovisuais;
- ii. admitam a presença da imprensa, ressalvadas apenas hipóteses pontuais e devidamente fundamentadas de sigilo específico.

Conforme consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a publicidade dos atos das Comissões Parlamentares de Inquérito é a regra, decorrente dos princípios constitucionais da transparência e do controle social. O STF, no julgamento da MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS: HC 95037 SP, já assentou a necessidade de se garantir a ampla publicidade das sessões parlamentares. Mesmo em situações que demandem a proteção da intimidade, como as que envolvem menores, a restrição à publicidade deve se limitar estritamente aos atos necessários para a proteção do indivíduo, não se justificando a imposição de sigilo sobre a integralidade dos trabalhos. A supressão completa do registro audiovisual e do acesso da imprensa

às reuniões desta CPI é juridicamente inadmissível, por violar diretamente o direito fundamental à informação e à fiscalização democrática dos atos do poder público.



Registra-se, desde já, para fins de delimitação objetiva de legalidade, que o subscritor comparecerá às reuniões da CPI acompanhado de assessor técnico de sua confiança, realizando registro audiovisual independente e contínuo dos trabalhos desde o início da sessão. Eventual tentativa de impedimento, restrição, interrupção ou condicionamento desse registro, seja por membros da Comissão, seja por servidores ou terceiros, caracterizará violação direta aos princípios constitucionais da publicidade, da transparência e da fiscalização parlamentar, bem como ato administrativo ilegítimo imputável à autoridade ou agente que o praticar, circunstância que será imediatamente documentada e submetida ao controle externo competente.

A pretensão de registrar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em áudio e vídeo, de forma independente, encontra sólido amparo na ordem constitucional e na jurisprudência dos Tribunais Superiores. A litude da gravação realizada por um dos interlocutores, mesmo sem o consentimento dos demais, é matéria pacificada, conforme entendimento consolidado tanto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ – AgRg no RHC 183306 SP) quanto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que, no julgamento do Tema 237 da Repercussão Geral, firmou ser lícita a prova obtida por tal meio (STF – RHC 242551 DF). Essa prerrogativa instrumentaliza não apenas o direito de produzir prova para a defesa de direitos, mas também assegura a fidedignidade e a lisura do procedimento, alinhando-se ao princípio da publicidade (art. 37, CF/88). Eventual tensão entre a publicidade e a privacidade não se resolve com a censura prévia do registro, mas com a responsabilização por eventuais abusos na divulgação e com a adequada regulação de sua custódia, como aponta a tese do Tema 786 do STF. Ademais, a submissão dos atos da CPI ao controle de legalidade é inquestionável (STJ – AgRg no RMS 68517 MG), de modo que qualquer tentativa de impedir o registro configurará ato ilegítimo e passível de controle judicial, garantindo-se, assim, a integridade e a transparência do processo investigatório.

6. Contexto fático relevante: controle do registro audiovisual como objeto indireto da investigação

Investigado não pode controlar a câmara.



Registra-se circunstância institucionalmente grave: um dos núcleos fáticos sob investigação pela CPI diz respeito à atuação da Chefia de Comunicação da Câmara, setor responsável pela gestão e guarda dos registros audiovisuais oficiais.

Esta circunstância gera risco concreto de comprometimento da independência e da confiabilidade do registro oficial dos trabalhos, tornando o registro audiovisual independente uma medida de preservação institucional mínima, voltada à tutela da transparência, da memória administrativa e da segurança jurídica.

7. Protesto formal e requerimentos

Diante do exposto, o subscritor **PROTESTA FORMALMENTE** e requer:

- a) O protocolo e a juntada deste protesto aos autos da CPI, com data, hora e número, bem como a juntada dos ofícios anteriores.
- b) A certificação, pela Secretaria Legislativa, de que a deliberação registrada em ata não possui aptidão para produzir "indeferimento" de ofícios que impugnam a legitimidade da Comissão.
- c) A remessa imediata de cópia integral deste protesto ao Vice-Presidente da Câmara, à Presidência e à Procuradoria Legislativa.
- d) A preservação da integridade de todos os registros administrativos vinculados à CPI, para eventual controle externo.
- e) Que futuras comunicações sejam expedidas por ato formal identificado, com fundamento e certificação de recebimento.
- f) O reconhecimento expresso de que o registro audiovisual integral das reuniões da CPI constitui regra, vedada sua supressão genérica.

g) A garantia de que eventual sigilo recaia apenas sobre atos específicos, e não sobre todo o procedimento.

h) A autorização expressa para que o subscritor realize registro audiovisual independente das reuniões.

i) A garantia de acesso da imprensa aos trabalhos da CPI.

j) O registro integral desta manifestação nos autos administrativos da CPI, com certificação formal.

Reitera-se que o ponto central é institucional: não se pretende criar um rito novo, mas assegurar que o rito constitucional e o ato plenário sejam observados.

Por fim, reafirma-se que a presente manifestação não importa reconhecimento da legitimidade da Comissão, servindo exclusivamente à preservação da legalidade e da transparência, cuja controvérsia já se encontra submetida à apreciação judicial.

Respeitosamente,



GUILHERME CAMPOS DA ROCHA Vereador da Câmara Municipal de Itaúna
Partido NOVO



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA - MG

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

PORTARIA Nº 42/2025

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA CPI - ANÁLISE DE PROVAS E DELIBERAÇÕES

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h57min, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna, na sala de reuniões do térreo, reuniram-se os Vereadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instituída pela Portaria nº 42/2025.

Estiveram presentes os seguintes Vereadores membros da Comissão: Guilherme Rocha; Kaio Augusto Honório Alves Guimarães; Leonardo Alves dos Santos e Márcia Cristina Silva Santos, além do servidor Ramon de Almeida Pereira e assessores Maicon Moreira Chaves, Ariane Cássia Alves Miranda e Thaís Ferreira de Andrade. Presente também o vereador Rosse Andrade Silva. Ausente na primeira parte da reunião o vereador e membro da CPI, Giordane Alberto Carvalho.

O Presidente declarou aberta a reunião, justificando que atrasou um pouco o início, tendo em vista que o vereador Guilherme Rocha protocolou requerimento e passou cópia aos membros da CPI. O Presidente da CPI, Kaio Augusto Honório Alves Guimarães, justificou a ausência do vereador Giordane Alberto Carvalho, de que o mesmo estaria passando mal e iria procurar o Hospital. A seguir passou a palavra para o vereador Guilherme Rocha, que fez a leitura integral do seu requerimento, protocolado hoje (protocolo 5705 de 29/12/2025). Durante a leitura do requerimento, o jornalista Renilton se fez adentrar na reunião, com celular a sua frente, gravando a reunião a partir de meados da leitura do requerimento do Vereador Guilherme Rocha. O presidente cita que no requerimento protocolado hoje pelo vereador Guilherme Rocha, o vereador apresenta fundamentações de que "admitam a presença da imprensa, ressalvadas apenas hipóteses pontuais e devidamente fundamentadas de sigilo específico", documento este protocolado antes da chegada do referido jornalista.

O Presidente vereador Kaio, relatou que foi deliberado, na reunião anterior, que não poderia gravar as reuniões da CPI, em razão de menor, citada pelo Vereador Guilherme Rocha - enquanto Primeiro Signatário. Porém, a reunião continuou sendo gravada pelo vereador Guilherme Rocha, pelo jornalista Renilton e pelo assessor Maicon. O presidente relatou que todo ato da CPI será publicado, resguardada a menor citada pelo Vereador Guilherme. O presidente ressaltou que irá solicitar um parecer técnico à Procuradoria Geral do Legislativo sob a questão da gravação e divulgação das reuniões. Ressaltou, ainda, que o sigilo parcial foi estritamente para preservar a dignidade da menor e que as gravações desta reunião são de inteira responsabilidade de quem está gravando a reunião. O vereador Guilherme Rocha disse que assume a responsabilidade pela gravação e que acatou como sugestão e não ordem do presidente da CPI. O presidente asseverou que se trata de deliberação colegiada aprovada pela maioria dos membros da CPI. Guilherme

voltou a ressaltar que considera que deve continuar o registro para transparência dos atos e para a segurança da CPI. Foi pedida a sugestão do servidor Ramon e este disse que é totalmente imparcial e que foi designado para auxiliar nos trabalhos como a redator das atas das reuniões e questões técnicas, não entrando na seara do Procurador da Câmara, como órgão e assessoria jurídica. Após passou-se as deliberações:

- 1) Deliberação sobre parecer da Procuradoria sobre a questão da gravação de reuniões. Os membros presentes foram favoráveis, por unanimidade.
- 2) Deliberação sobre a continuidade dos trabalhos, sem gravação, até o parecer do Procuradoria. Deliberação aprovada pela maioria dos membros.

A reunião foi paralisada em 15 minutos (a partir de 12h) tendo em vista que foi pedido ao jornalista Renilton para paralisar a gravação e o mesmo não paralisou. O jornalista Renilton ressaltou que está ciente de qualquer questão jurídica e que assume a responsabilidade pela gravação, mas que não irá paralisar a gravação. O presidente ressaltou que o jornalista teria toda liberdade para participar da reunião, mas que não poderia gravar, até a emissão do Parecer pela Procuradoria.

O vereador Guilherme pediu para constar *ipsis literis* da fala do Presidente da seguinte maneira: "...e se Vossa Excelência achar que está sendo algo de maneira equivocada, vossa Excelência tem toda liberdade, mais uma vez, assim como foi feito, sem êxito, de impetrar um mandado de segurança para que possa vir a fazer". O Presidente da CPI ressaltou que mediante o que o vereador Guilherme apontou que se houver alguma decisão ou liminar judicial que será acatada, até mesmo seria importante para se ter maior respaldo jurídico. O vereador Guilherme pediu consignação de fato ocorrido, por meio de *ipsi literis* e deixou claro que suas manifestações não importam, em nenhuma hipótese, reconhecimento, concordância ou convalidação dos atos desta Comissão.

Vencido os 15 minutos de paralisação dos trabalhos, o presidente voltou a suspender a reunião por mais 15 minutos (a partir de 12h15min). Vencido novamente os 15 minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos, em até uma hora, para almoço.

Foi retomado os trabalhos da CPI às 13h20min. O vereador Giordane se fez presente a partir da segunda parte da reunião, após o almoço. O vereador Leonardo Alves, não se fez presente após o almoço. O vereador Guilherme Rocha se fez presente no momento da leitura da ata, ao passo que a leitura foi reiniciada. O presidente iniciou falando da juntada de documentos com as provas dos fatos, solicitadas à Secretaria e ao vereador Guilherme Rocha.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

ESTADO DE MINAS GERAIS



- 3) Deliberação sobre a juntada dos documentos com provas sobre os fatos e sua admissibilidade. Foram certificadas como juntadas aos autos, certidões que relatam que nem na Ouvidoria, nem na Secretaria Legislativa, foram protocoladas quaisquer provas, nem denúncias referentes ao objeto da presente CPI. No que tange aos documentos/provas do vereador Guilherme Rocha, o mesmo protocolou documento indicando "rol sintético de documentos, mídias e registros" que, conforme próprio documento protocolado reza que "o presente rol limita-se à indicação de existência, localização e custódia de documentos, mídias e registros, sem juízo conclusivo quanto ao seu conteúdo". O vereador Giordane cita ausência de áudios, vídeos, fotos, gravações, pendrives, cds, dvds, arquivos eletrônicos, dentre outros que, em sua opinião, deveriam ser apresentados. A Comissão, deliberou pela juntada dos documentos, em que pese considerarem que não houve apresentação de provas contundentes e referentes ao objeto da CPI, qual seja, fatos determinados consistentes na apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, citados no requerimento do Primeiro-Signatário, o vereador Guilherme Rocha.
- 4) Deliberação sobre convocação da oitava do proprietário da página "O Itaunense", do servidor André Messias e do Presidente da Câmara, Antônio de Miranda Silva, com aprovação pela maioria dos membros. Ficou aprovada, pela maioria dos membros, que o vereador Giordane ficará responsável pela convocação do proprietário da página "O Itaunense", por meio do direct da página do Instragram. Ficou deliberado que a Secretaria Legislativa irá convocar o servidor André Messias e o Presidente da Câmara, Antônio de Miranda Silva. Ficou definida a oitava do proprietário da página "O Itaunense" para dia 30/12/2025 às 15h e do servidor André Messias para as 15h30min. Quanto à oitava do Presidente da Câmara, Antônio de Miranda Silva, ficou definida para o dia 31/12/2025 às 10h30min.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão presentes.

Sala de Reunião (térreo) da Câmara Municipal de Itaúna/MG, às 14 horas e 21 minutos, de 29 de dezembro de 2025.



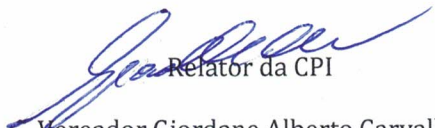
Presidente da CPI

Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

ESTADO DE MINAS GERAIS



Relator da CPI

Vereador Giordane Alberto Carvalho



Câmara Municipal de Itaúna
FI 106
pan
Visto

Vereador Membro

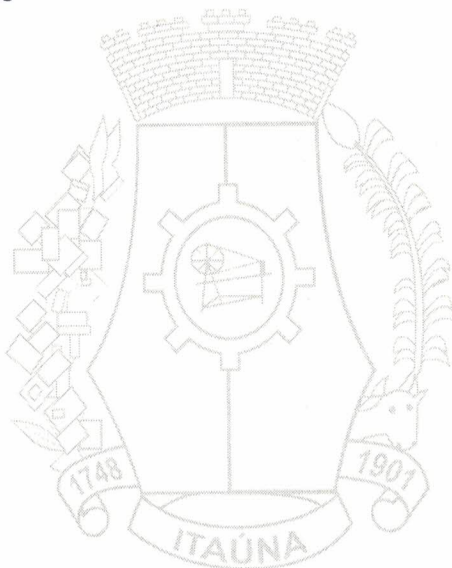
Guilherme Rocha

Vereador Membro

Leonardo Alves dos Santos

Vereadora Membro

Márcia Cristina Silva Santos



OFÍCIO - CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA

Servidor André Messias

Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

Destinatário: André Messias

Fica Vossa Senhoria CONVOCADO a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos na condição de servidor convocado, em oitiva designada para o dia 30 de dezembro de 2025, às 15h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.



Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI

OFÍCIO - CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA

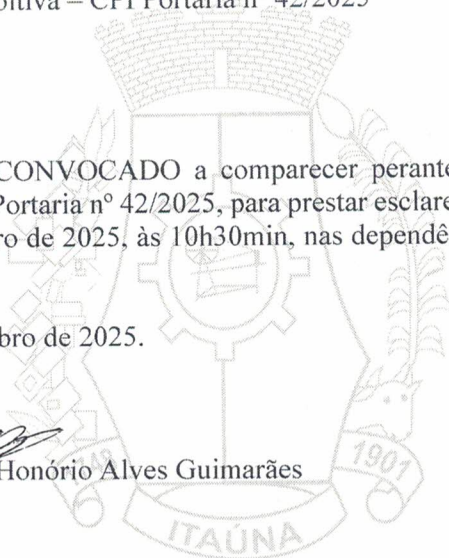
Presidente da Câmara – Antônio de Miranda Silva

Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

Fica Vossa Excelência CONVOCADO a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos, em oitiva designada para o dia 31 de dezembro de 2025, às 10h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.


Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI



OFÍCIO - CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA

Proprietário da página “O Itaunense”

Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

Fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos na condição de convocado, em oitiva designada para o dia 30 de dezembro de 2025, às 15h, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

A convocação decorre de deliberação aprovada pela maioria dos membros da CPI em reunião realizada em 29 de dezembro de 2025.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.



Vereador Giordane Alberto Carvalho
Relator da CPI

OFÍCIO - CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA

Proprietário da página “O Itaunense”

Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

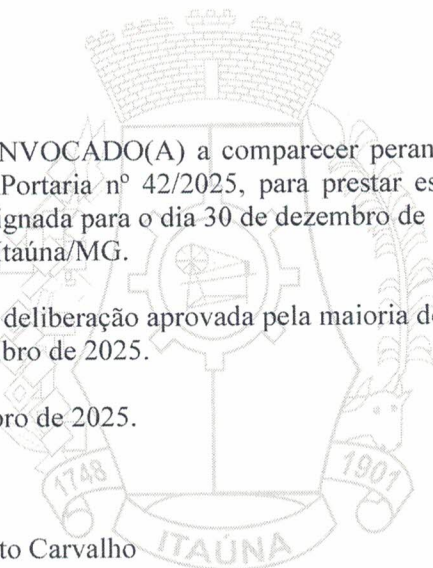
Fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos na condição de convocado, em oitiva designada para o dia 30 de dezembro de 2025, às 15h, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

A convocação decorre de deliberação aprovada pela maioria dos membros da CPI em reunião realizada em 29 de dezembro de 2025.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.



Vereador Giordane Alberto Carvalho
Relator da CPI



OFÍCIO - CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA

Presidente da Câmara – Antônio de Miranda Silva

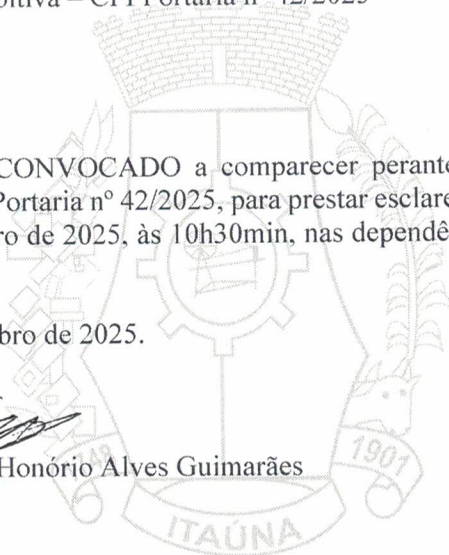
Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

Fica Vossa Excelência CONVOCADO a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos, em oitiva designada para o dia 31 de dezembro de 2025, às 10h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.



Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

OFÍCIO - CPI – SOLICITAÇÃO DE PARECER À PROCURADORIA GERAL




Assunto: Solicitação de parecer jurídico – gravação e divulgação das reuniões da CPI

Destinatário: Procuradoria Geral do Legislativo

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, por deliberação unânime de seus membros presentes na reunião realizada em 29 de dezembro de 2025, vem respeitosamente SOLICITAR a emissão de parecer jurídico acerca da legalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI, especialmente diante da deliberação colegiada que estabeleceu regime de sigilo parcial em razão da possível participação de menor de idade nos fatos apurados.

Solicita-se, ainda, que o parecer aborde os limites da publicidade dos atos da Comissão, a incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente e do artigo 227 da Constituição Federal, bem como eventuais consequências jurídicas decorrentes do descumprimento das deliberações colegiadas da CPI.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.


Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI

Recebi NESTA
DATA.
ITAÚNA - 29/12/25
15H19MIN



OFÍCIO - CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA

Servidor André Messias

Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

Destinatário: André Messias

Fica Vossa Senhoria CONVOCADO a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos na condição de servidor convocado, em oitiva designada para o dia 30 de dezembro de 2025, às 15h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.



Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI

OFÍCIO – CPI – CONVOCAÇÃO DE OITIVA




Para: Responsável pelo Jornal O Itaunense

Assunto: Convocação para oitiva – CPI Portaria nº 42/2025

Fica Vossa Senhoria **CONVOCADO** a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Portaria nº 42/2025, para prestar esclarecimentos nas condições de testemunha convocada, em oitiva designada **para dia 31 de dezembro de 2025, às 12:00h**, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Itaúna, 30 de dezembro de 2025.



Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI



Vereador Giordane Alberto
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

OFÍCIO - CPI – SOLICITAÇÃO DE PARECER À PROCURADORIA GERAL




Assunto: Solicitação de parecer jurídico – gravação e divulgação das reuniões da CPI


Destinatário: Procuradoria Geral do Legislativo

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, por deliberação unânime de seus membros presentes na reunião realizada em 29 de dezembro de 2025, vem respeitosamente SOLICITAR a emissão de parecer jurídico acerca da legalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI, especialmente diante da deliberação colegiada que estabeleceu regime de sigilo parcial em razão da possível participação de menor de idade nos fatos apurados.

Solicita-se, ainda, que o parecer aborde os limites da publicidade dos atos da Comissão, a incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente e do artigo 227 da Constituição Federal, bem como eventuais consequências jurídicas decorrentes do descumprimento das deliberações colegiadas da CPI.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.


Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI

RECEBI NESTA DATA.
29/12/25




CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº 5714
Data: 30/12 / 20
Horário: 08 : 30

PARECER JURÍDICO

Interessada: Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025.
Assunto: Legalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI. Limites da publicidade dos atos parlamentares. Sigilo parcial. Proteção integral da criança e do adolescente. Consequências jurídicas do descumprimento das deliberações colegiadas.

Secretaria Legislativa

I – RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação formulada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, a qual, por deliberação unânime de seus membros na reunião realizada em 29 de dezembro de 2025, requer a emissão de parecer jurídico acerca: a. Da legalidade ou ilegalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI; b. Dos limites da publicidade dos atos da Comissão, especialmente diante de deliberação colegiada que estabeleceu regime de sigilo parcial, em razão da possível participação de menor de idade nos fatos sob apuração; c. Da incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e do artigo 227 da Constituição Federal; d. Das eventuais consequências jurídicas decorrentes do descumprimento das deliberações colegiadas da CPI.

A solicitação vem acompanhada das atas da primeira e da segunda reuniões da CPI, bem como de protesto formal apresentado pelo Vereador Guilherme Rocha, no qual sustenta a obrigatoriedade de registro audiovisual dos trabalhos, o princípio da transparência procedimental e o acompanhamento da imprensa local.

É, em apertada síntese, o relatório.

II – PRELIMINARMENTE:

Ressalta-se que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

“O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.”
(Acórdão TCU 1492/21).

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico.

Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

O presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não acolhê-lo ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Por último, cumpre registrar que o presente parecer não substitui ou vincula eventuais pareceres das Comissões Permanentes.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

III.1 – Da natureza jurídica da CPI e do princípio da publicidade

As Comissões Parlamentares de Inquérito, inclusive no âmbito municipal, constituem instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo, dotadas de poderes investigatórios próprios, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, aplicável aos Municípios por simetria.

O princípio da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, rege a atuação da Administração Pública e, por extensão, os atos do Poder Legislativo no exercício de sua função administrativa e fiscalizatória. Tal princípio visa assegurar a transparência, o controle social e a legitimidade dos atos estatais.

Todavia, a publicidade não possui caráter absoluto, admitindo restrições quando houver fundamento constitucional ou legal idôneo, especialmente para a tutela de outros direitos fundamentais de igual ou superior relevo.

III.2 – Da possibilidade de gravação e divulgação das reuniões da CPI

Em regra, as reuniões das CPIs são públicas, sendo juridicamente possível o registro por meio de áudio e vídeo, bem como a divulgação dos trabalhos, inclusive com acompanhamento da imprensa, como expressão dos princípios da publicidade e da transparência.

Entretanto, a própria Constituição Federal e a legislação infraconstitucional autorizam a mitigação da publicidade quando necessária à proteção da intimidade, da honra, da imagem, da vida privada e, de modo ainda mais rigoroso, dos direitos de crianças e adolescentes.

Assim, a gravação e a divulgação irrestrita de áudio e vídeo das reuniões da CPI não configuram direito absoluto, devendo observar os limites impostos pelo ordenamento jurídico e pelas deliberações colegiadas regularmente aprovadas pela Comissão.

III.3 – Do sigilo parcial deliberado pela CPI e sua legalidade

No caso concreto, consta das atas que a CPI, por deliberação da maioria de seus membros, instituiu regime de sigilo parcial, motivado pela possível participação de menor de idade nos fatos investigados.

Tal deliberação encontra amparo jurídico expresso:

- No art. 227 da Constituição Federal, que consagra o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, impondo ao Estado, à família e à sociedade o dever de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- No Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), especialmente nos arts. 17 e 143, que asseguram o direito à preservação da imagem, da identidade e da dignidade da criança e do adolescente, vedando a divulgação de atos que permitam sua identificação em procedimentos investigatórios ou judiciais.

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que a proteção da criança e do adolescente prevalece sobre o princípio da publicidade, legitimando a decretação de sigilo, ainda que parcial, em procedimentos administrativos, investigatórios ou legislativos.

Desse modo, a deliberação da CPI que restringe a publicidade dos atos é legal, constitucional, razoável e proporcional, não configurando qualquer afronta aos princípios da transparência ou da liberdade de imprensa.

III.4 – Dos limites da publicidade e da compatibilização com a transparência

O sigilo parcial não implica supressão total da publicidade, mas sim sua adequação. É juridicamente possível – e recomendável – que a CPI:

- Realize reuniões reservadas ou com restrição de gravação audiovisual quando houver risco de exposição direta ou indireta de menor;
- Autorize a divulgação de informações gerais, relatórios, conclusões e atos formais que não permitam a identificação do menor;
- Mantenha registros oficiais internos (atas, termos, gravações sob custódia da Comissão), preservados para fins institucionais e probatórios.

Tal compatibilização atende simultaneamente ao interesse público na fiscalização parlamentar e ao dever constitucional de proteção integral.

III.5 – Do protesto do vereador e da obrigatoriedade (ou não) de registro audiovisual

O protesto formal apresentado pelo Vereador Guilherme Rocha, no sentido de que haveria obrigatoriedade de registro audiovisual integral e irrestrito dos trabalhos, não encontra respaldo jurídico absoluto.

Não há norma constitucional ou legal que imponha à CPI o dever de gravação e divulgação integral de suas reuniões, sobretudo quando tal medida colide com direitos fundamentais de terceiros, notadamente de crianças e adolescentes.

As deliberações colegiadas da CPI, tomadas de forma regular e motivada, vinculam seus membros, inclusive os que tenham registrado discordância, prevalecendo a decisão da maioria ou, no caso, da unanimidade.

III.6 – Das consequências jurídicas do descumprimento das deliberações colegiadas

O eventual descumprimento das deliberações da CPI, especialmente aquelas que instituem regime de sigilo parcial, pode ensejar consequências jurídicas relevantes, tais como:

- Responsabilização administrativa ou político-disciplinar do parlamentar ou servidor que violar deliberação formal da Comissão;
- Responsabilização civil, caso da divulgação indevida resulte dano moral ou material, especialmente à criança ou ao adolescente envolvido;
- Responsabilização penal, a depender do caso concreto, com fundamento, por exemplo, no art. 247 do ECA ou em outros tipos penais aplicáveis;
- Eventual caracterização de abuso de direito ou desvio de finalidade no exercício da função parlamentar.

Ressalte-se que a inviolabilidade parlamentar não protege atos manifestamente ilegais ou praticados em desconformidade com normas constitucionais de proteção integral.

IV – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral do Legislativo opina:

- a) Pela possibilidade jurídica da gravação e divulgação das reuniões da CPI apenas como regra geral abstrata, esclarecendo-se que tal hipótese não se aplica, de forma automática ao caso concreto, o qual se encontra legitimamente submetido a regime de sigilo parcial, nos termos das deliberações colegiadas regularmente aprovadas;
- b) Pela legalidade e constitucionalidade da deliberação colegiada que instituiu regime de sigilo parcial, em razão da possível participação de menor de idade nos fatos investigados;
- c) Pelo reconhecimento de que o princípio da publicidade não é absoluto, devendo ceder diante do art. 227 da Constituição Federal e das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- d) Pela inexistência de obrigatoriedade jurídica de registro audiovisual irrestrito dos trabalhos da CPI, especialmente quando houver risco de violação de direitos fundamentais;
- e) Pela advertência de que o descumprimento das deliberações colegiadas da CPI pode ensejar responsabilidades administrativas, civis e, conforme o caso, penais.

Reiteramos que a presente manifestação é meramente opinativa e não vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaúna 30 de dezembro de 2025. LUIS FERNANDO MOREIRA
MOREIRA
MENDES:74497774600

Luís Fernando Moreira Mendes
Procurador Geral do Legislativo

Assinado de forma digital por
LUIS FERNANDO MOREIRA
MENDES:74497774600
Dados: 2025.12.30 13:12:19
-03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna/MG

PROTOCOLO

Nº

5715

Data:

31 / 12 / 20 25

Horário:

08 : 30

Itaúna, 31 de dezembro de 2025



OFÍCIO Nº 7- CPI/2025

Secretaria Legislativa

À Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna. Aos cuidados da Presidência da Comissão constituída pela Portaria nº 42/2025.

Coendereço ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna (autor do ato de composição)

Com cópia para: Presidência da Câmara Municipal de Itaúna e Procuradoria Legislativa

Assunto: Protesto Formal, Manifestação Cautelar de Não Reconhecimento de Legitimidade da Comissão, Consignação de Fatos e Impugnação de Atos.

PROTESTO FORMAL E MANIFESTAÇÃO CAUTELAR

GUILHERME CAMPOS DA ROCHA, Vereador da Câmara Municipal de Itaúna, no exercício regular de seu mandato, vem, com o devido respeito institucional, protocolar o presente **PROTESTO FORMAL E MANIFESTAÇÃO CAUTELAR**, para fins de registro, preservação de direitos e integridade procedimental, pelos fundamentos a seguir expostos.

I. DO VÍCIO INSANÁVEL DE ORIGEM: NÃO RECONHECIMENTO DA LEGITIMIDADE

O Vereador signatário reitera, para todos os fins, que **não reconhece a legitimidade** da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Portaria nº 42/2025. A ilegitimidade decorre de **vício insanável de composição**, resultante do descumprimento de ato jurídico perfeito praticado em plenário, consistente no acatamento formal das questões de ordem relativas à formação da CPI, ocorrido em 18 de dezembro de 2025.

Salienta-se que este expediente não importa renúncia, preclusão, submissão ao rito impugnado ou convalidação de quaisquer atos, servindo exclusivamente à preservação institucional, documental e jurídica dos fatos.

II. DAS NULIDADES PROCEDIMENTAIS E FATOS OCORRIDOS

Para além do vício de origem, a condução dos trabalhos desta Comissão tem sido marcada por uma série de nulidades e fatos graves que comprometem sua validade e transparência, conforme se passa a consignar.

a) Cerceamento à Publicidade e à Liberdade de Imprensa

Na reunião anterior, foram impostas restrições e em contradição com a regra de publicidade à transparência dos trabalhos. Foi **vedado ao Vereador realizar gravação independente** e, de forma ainda mais grave, o mesmo impedimento foi imposto a um jornalista presente, sob a condição expressa de que a reunião não teria início caso a imprensa permanecesse filmando.

Tais atos, praticados sem qualquer decisão formal ou fundamento jurídico idôneo, violam diretamente o princípio da publicidade (art. 37, CF). Quando o objeto da investigação alcança o setor responsável pelo controle dos registros oficiais da própria Casa, a transparência deixa de ser uma faculdade política e se torna um dever institucional inafastável. A restrição à gravação e à imprensa, em tal contexto, compromete a confiança pública, a memória administrativa e a segurança jurídica.

A jurisprudência respalda a publicidade como regra, conforme decisão do **TJ-RS (Reexame Necessário: REEX 70061741153 RS — Publicado em 27/01/2015)**, que afirmou que "*todas as sessões do Parlamento devem ser públicas*" e que a publicidade legitima a atuação da autoridade investigante.

b) Insegurança Jurídica por Ausência de Suporte Técnico

A fragilidade jurídica dos trabalhos ficou textualmente confessada quando o servidor designado para secretariar a Comissão **afirmou não possuir competência para orientar juridicamente os trabalhos**. (*Ipsi Literis* da afirmação: "*Não estou aqui como procurador. Eu não sou procurador da Câmara. Estou aqui meramente para auxiliar nos trabalhos, auxiliar nos trabalhos, fazendo a ata, pedindo a ata e atendendo a todos os*



pedidos de todos os membros, presidente e membros"). Tal declaração, além de o
distanciar de responsabilidade jurídica de orientações anteriormente prestadas por ele e
que influenciaram o rito, evidencia que as orientações dadas pelo servidor não podem
ser tomadas como fundamento jurídico para restringir publicidade, qualificar
manifestações como requerimentos ou sustentar indeferimentos.

Faltou, nas reuniões ocorridas o devido aparelhamento técnico-jurídico.

Esta ausência de suporte agrava a situação de uma comissão já contestada por vício de composição e expõe todos os seus atos à nulidade.

A jurisprudência é clara ao anular procedimentos com vícios que comprometem a segurança jurídica. O **TJ-MG (Ap Cível 50053511520218130382)** já anulou uma CPI por tramitar em descompasso com o ordenamento jurídico, reconhecendo que vícios procedimentais anulam seus efeitos. Da mesma forma, o **TJ-SC (Apelação / Remessa Necessária 50021243520228240007)** anulou um processo por "*ilegalidades procedimentais*", lógica perfeitamente aplicável ao caso. O **TJ-RS (Remessa Necessária Cível 50006995720208210158 RS)** foi categórico ao decidir contra a exigência de parecer prévio para atos relacionados a CPI, o julgado reforça a importância da assessoria jurídica IMEDIATA e PERENE para garantir a legalidade dos atos *após* a instalação, que é exatamente o que falta no presente caso.

c) Abuso Procedimental e Esvaziamento do Direito da Minoria

Consigna-se que todas as manifestações, protestos e registros de fatos realizados por este Vereador vêm sendo sistematicamente submetidos à votação da maioria, ainda que não se tratem de requerimentos. Tal prática desvirtua o rito das CPIs, submete os direitos da minoria à hegemonia da maioria circunstancial e, por consequência, **esvazia a função constitucional da Comissão Parlamentar de Inquérito**, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como um instrumento de fiscalização das minorias.

A prática de submeter protestos da minoria ao crivo da maioria é um claro abuso procedimental. O **TJ-PR (Agravo de Instrumento: AI 744522820218160000)**, em caso análogo, declarou a inconstitucionalidade de norma que condicionava procedimento de CPI à aprovação da maioria, por violar o direito das minorias.

Câmara Municipal de Itaúna
FI 123
par
Voto

d) Conflito de Interesses e Condutas Institucionais Inapropriadas

O ambiente de trabalho da comissão tem sido marcado por condutas que acentuam a suspeição sobre sua imparcialidade:

Declaração em tom irônico que atribuiu resultado inexistente ao Mandado de Segurança, induzindo percepção pública diversa do conteúdo do despacho: O

Presidente da Comissão, Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães, fez referência irônica e desabonadora à busca por controle judicial, afirmando que o Mandado de Segurança impetrado teria sido "sem êxito", quando, na verdade, não houve qualquer análise de mérito, mas apenas um despacho de remessa ao juízo natural.

Conflito de Interesses: Foi convocado para a presente reunião o Chefe de Comunicação da Câmara, agente justamente integrante do núcleo fático investigado, o que acentua o conflito institucional. Ainda mais preocupante é o fato de que a função da área de Comunicação da Casa chefiada pelo investigado aquela que faz a gestão de relação com a imprensa e com a publicidade.

Silêncio Institucional: Registra-se o silêncio reiterado do Vice-Presidente da Câmara Municipal, autor da portaria de criação da CPI, diante de sucessivas manifestações formais sobre o descumprimento do ato plenário que deveria ter orientado a composição da comissão.

A isenção da comissão é requisito de validade. O **TJ-MG (Ap Cível 50036334320236130210)** já anulou a composição de uma CPI para evitar conflito de interesses, reforçando que a presença de parlamentares com interesse no resultado da investigação compromete a legitimidade dos trabalhos.



III. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, o Vereador **PROTESTA FORMALMENTE** e, para fins de preservação de direitos para eventual controle externo, **REQUER:**

- a) O protocolo e a juntada integral deste ofício aos autos administrativos da CPI, com certificação de data, hora e número;
- b) A consignação em ata de todos os fatos acima descritos, especialmente as restrições impostas à gravação independente e à presença da imprensa;
- c) A preservação integral de todos os registros administrativos, audiovisuais e documentais produzidos;
- d) Que nenhuma restrição à gravação independente ou à presença da imprensa seja imposta em contradição ao ordenamento jurídico;
- e) A remessa imediata de cópia deste protesto ao Vice-Presidente da Câmara, à Presidência e à Procuradoria Legislativa, para ciência e providências.

IV. FECHO INSTITUCIONAL

Reitera-se que não se pretende criar rito novo, mas impedir que um rito constitucional seja deformado por decisões informais, votações indevidas e restrições arbitrárias, preservando a dignidade institucional da Câmara Municipal de Itaúna.

Este protesto não implica reconhecimento da legitimidade da Comissão, servindo exclusivamente à defesa da legalidade, da transparência e da responsabilidade pública.

Nestes termos, pede deferimento.



GUILHERME CAMPOS DA ROCHA

Vereador da Câmara Municipal de Itaúna

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA – MG

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI – PORTARIA 42/2025

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO – OITIVA DE DEPOIMENTOS

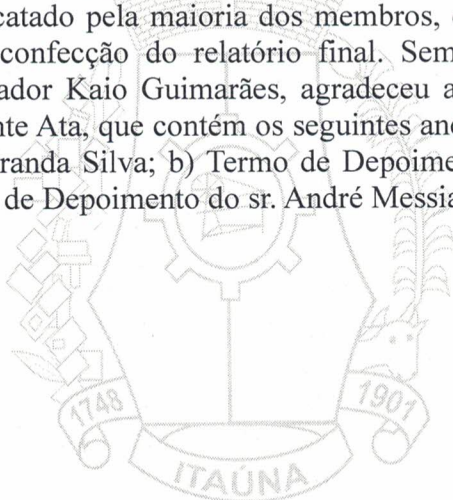
Aos 31 dias do mês de dezembro de 2025, às 11 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna (sala de reunião do térreo), reuniram-se os vereadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, regularmente nomeada pela Portaria nº 42/2025, de 19 de dezembro de 2025, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, da legislação aplicável, com objeto, finalidade especial e determinada, para investigar, por prazo certo, fato determinado consistente na apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna. Estiveram presentes os seguintes vereadores membros da Comissão: Giordane Alberto Carvalho, Guilherme Rocha, Kaio Augusto Guimarães e Márcia Cristina Silva Santos, além do Dr. André Eustáquio Silva Parreiras (advogado), do servidor Pedro de Alcântara Teixeira Júnior e os assessores Ariane Cássia Alves Miranda e Maicon Moreira Chaves. O objetivo principal da reunião foi a realização da oitava das seguintes pessoas: Exmo. Sr. Antônio de Miranda Silva (Presidente da Câmara Municipal de Itaúna), do sr. André Messias Silva Lisboa (assessor de comunicação da Câmara de Itaúna) e do proprietário do perfil de rede social (Instagram) denominado “O Itaunense” (que se fez representar pelos senhores Patrick Rafael Lourenço Barbosa, Felipe de Castro Martins e Pedro Henrique de Moura Silva). Antes de passar às oitivas, o Presidente da Comissão, Kaio Guimarães, fez a leitura do Parecer Jurídico da Procuradoria da Câmara (exarado em atendimento a solicitação feita pelo vereador Kaio Guimarães, solicitação essa que foi aprovada por unanimidade na reunião anterior, inclusive o voto do vereador Guilherme Rocha). O parecer da Procuradoria encontra-se devidamente juntado aos autos da CPI. Os membros da Comissão deliberaram que eventuais gravações de áudio e vídeo das reuniões da Comissão, bem como a divulgação de documentos atinentes à reunião, deverão omitir informações pessoais de pessoas menores de idade. O vereador Guilherme Rocha leu ofício nº 07/2025, de sua autoria, que reitera sua opinião pela ilegitimidade da constituição da CPI por “vício insanável de origem”, e pedindo o encerramento da CPI. O ofício nº 07/2025 foi devidamente incluído nos autos da CPI. O vereador Guilherme Rocha solicitou que os depoentes intimados para a presente reunião não ouvissem os depoimentos dos demais. O pedido foi atendido pelos demais membros da CPI. // O Presidente Kaio Guimarães passou, então, à oitiva das três pessoas intimadas para depor na presente reunião. O primeiro a ser ouvido foi o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itaúna, vereador Antônio de Miranda Silva (cujo depoimento segue anexo e é parte integrante desta Ata). Em seguida, foram ouvidos os representantes da página de internet “O Itaunense” (cujo depoimento também segue anexo e é parte integrante desta Ata). O vereador Guilherme Rocha também solicitou que constasse, na ata, a manifestação do sr. Pedro Henrique de Moura Silva (representante da empresa “O Betinense / O Itaunense”) em vídeo publicado na página de redes sociais “Instagram”. O Presidente Kaio Guimarães decidiu por fazer constar, na presente ata, o link para acesso ao vídeo, como segue: <https://www.instagram.com/reel/DS73stYjSSg/?igsh=enFka3VncGpoNnJr> / Antes da oitiva



do sr. André Messias, o vereador Gustavo Barbosa, vice-presidente da Câmara de Itaúna, compareceu à reunião (que no momento encontrava-se paralisada a pedido do presidente Kaio Guimarães) e pediu a palavra (no que foi atendido) para expor o seguinte: *"Com licença, venho me dirigir aos vereadores Kaio, Márcia, Giordane e Guilherme... Quando eu fiz e publiquei a Portaria, nomeei, para dar assessoria 'jurídica' (sic), eu indiquei três pessoas efetivas da Câmara, altamente gabaritadas: A Gisele, o Pedro e o Ramon. Então, a presença do advogado do vereador Guilherme, numa reunião da Câmara (porque a CPI não é uma 'CPI do vereador Guilherme', é uma CPI institucional), não sei se isso é legal, não se se é ético. Inclusive, na minha Portaria, eu fiz questão de tirar os dois procuradores, que são cargos comissionados do Presidente, para colocar três efetivos (Pedro, Gisele e Ramon). No meu ponto de vista, quem deveria estar assessorando o vereador Guilherme e os demais vereadores são esses três servidores, que têm competência para assessorar. Então, venho aqui falar pra vocês que isso abre um precedente pra Câmara; em outras CPIs também, os vereadores vão trazer pessoas de confiança. Acredito eu que o advogado dele (Guilherme) não faz parte do corpo técnico da Câmara pra assessorá-lo numa reunião de CPI. Eu estava acompanhando a live do Itaunense, e gostaria que o Presidente da Comissão se atentasse pra essa questão que estou levantando aqui agora. Nomeei a Portaria também com base o Artigo 30, com dois integrantes da maioria, dois da minoria, todos vereadores desimpedidos; não consta, no requerimento de abertura de CPI encabeçado pelo Guilherme, que algum de vocês estaria impedido de participar da CPI. Fiz questão de informar o vereador Guilherme sobre seus questionamentos, o mais rápido possível. Então, isso abre um precedente na Câmara Municipal. Eu fui presidente de uma Comissão Processante, e foi contratada uma assessoria jurídica pela Câmara. Então, numa CPI, eu vou trazer o meu advogado, o meu assessor de confiança?? Ficaria parecendo que a Câmara não tem pessoas de confiança! (...) Eu nomeei três servidores pra assessorar vocês, e o vereador Guilherme trouxe um advogado particular! Isso abre um precedente... E até onde me consta, Gisele, Pedro e Ramon são servidores efetivos, capacitados, e sem nenhum questionamento em sua conduta aqui. Renovo, vereador Guilherme, o respeito que tenho por V. Exa. e pelo seu advogado, embora eu não o conheça. E essa presença dele aqui vai ser informada num mandado de segurança, que você colocou aqui, eu vou informar o Judiciário da presença dele aqui na reunião. Eu não estou dizendo se está certo ou se está errado, estou fazendo um questionamento, porque abre um precedente na Câmara Municipal. Esta não é uma 'CPI do vereador Guilherme', é uma CPI do Poder Legislativo, e inclusive eu fiz questão de assinar, e gostaria que todos os fatos fossem apurados".* - Em seguida, o Presidente Kaio Guimarães procedeu à oitiva do Chefe de Comunicação da Câmara de Itaúna, sr. André Messias Silva Lisboa, cujo depoimento segue anexo à presente Ata. - Após as oitivas, o vereador Guilherme Rocha apresentou, com auxílio de um tablet, possíveis provas (em materiais audiovisuais) de irregularidades cometidas pelo chefe de comunicação da Câmara, sr. André Messias, no exercício de suas funções, e também apresentou possíveis provas de que, segundo ele, evidenciam suposto vínculo pessoal estreito entre o vereador Kaio Guimarães, presidente da CPI, e o sr. André Messias, um dos investigados pela Comissão, o que baseia seu argumento para não reconhecer a legitimidade da constituição da CPI. O Presidente Kaio solicitou que as possíveis provas apresentadas nesta reunião sejam encaminhadas para que os membros analisem o material e para que o Relator da Comissão possa emitir o relatório final. O presidente Kaio Guimarães argumentou que nenhum ato seu como presidente da Comissão foi maculado por suposto vínculo pessoal,



e argumentou que o vereador Guilherme Rocha teria “tacitamente” concordado com decisões tomadas no andamento dos trabalhos da CPI. Kaio asseverou que, caso sua suspeição venha a ser declarada judicialmente, não vê problema em ser substituído, pois estava trabalhando até mesmo em dias de ponto facultativo. Kaio ressaltou, entretanto, que não se enxerga “suspeito”. A vereadora Márcia Cristina S. Santos comentou que, caso o vereador Guilherme tivesse apresentado, no início dos trabalhos, as possíveis evidências do envolvimento pessoal do vereador Kaio com o sr. André Messias, a composição da CPI poderia ter sido alterada em tempo hábil, evitando-se desperdício de trabalho e de tempo. O vereador Guilherme informou que já está providenciando Mandado de Segurança por entender que o vereador Kaio Guimarães teria de ser impedido de compor a comissão por motivo de suspeição (proximidade pessoal com o investigado). A vereadora Márcia Cristina perguntou ao vereador Guilherme se este pretende apresentar futuramente outras possíveis provas além das que apresentou na presente reunião, salientando que data deliberada para a apresentação delas seria dia vinte e seis de dezembro do ano corrente, conforme aprovado na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. O vereador Guilherme respondeu dizendo que não e comentou que não haveria mais necessidade dos trabalhos da presente Comissão. Mediante a fala do vereador Guilherme Rocha, o Presidente Kaio Guimarães colocou em votação o encerramento da fase instrutória dos trabalhos, que foi acatado pela maioria dos membros, e encaminhou os autos ao relator Giordane Alberto para confecção do relatório final. Sem mais nada havendo a tratar, o presidente da CPI, vereador Kaio Guimarães, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que contém os seguintes anexos: a) Termo de Depoimento do vereador Antônio de Miranda Silva; b) Termo de Depoimento dos representantes da página “O Itaunense”; c) Termo de Depoimento do sr. André Messias Silva Lisboa.



[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

Termo de Depoimento

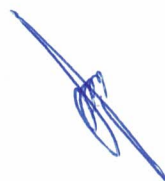
Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – Portaria nº 42/2025

Depoente: vereador Antônio de Miranda Silva
31 de dezembro de 2025

Primeiro eu quero agradecer, pra mim um momento único... Essa vida toda eu nunca passei por um momento desse, então não vou falar que é um momento confortável, mas ao mesmo tempo fico feliz porque fiz questão de assinar o requerimento, embora o meu entendimento não existe fato terminado, isso é um conceito próprio, sentimento próprio, até que me provem o contrário... Mas mesmo assim, eu assinei o requerimento e pedi a transparência. Omissão por parte da Mesa Diretora, e mais especificamente no meu caso, porque eu sou o Presidente, eu deixo muito bem claro que não houve omissão. E não só nesse caso, como em caso nenhum que tenha chegado pra mim enquanto gestor dessa Casa. Fui visitado por dois vereadores que eu me lembro, alertando de uma possível atuação no chefe de comunicação em atos que não seriam o procedimento normal da Comunicação... Mas chegou de maneira informal, foi tipo uma reclamação. O primeiro e único requerimento que teve, formal, e que eu assinei, nós de imediato tomamos a atitude. Quanto ao setor de comunicação, setor institucional de comunicação da Câmara, eu precisó dizer aqui, basta cada um de vocês consultá-lo, para ver se tem algo lá que foi direcionado em favor da minha pessoa. E se tiver, e me apontar, é o que eu falei pra esses dois vereadores que me procuraram, e o que eu falei no plenário: tomarei a atitude, então eu preciso de algo concreto. Enfim, diante desta... dessas dois vereadores que fizeram lá, eu chamei o próprio chefe de comunicação, conversei, questionei, ele disse que não tem nada diferente. E aí a gente começou a perceber, pela nossa rede institucional que é a que eu tenho acesso, é dessa que eu tenho que cuidar, essa seguiu plenamente... Até, diga-se de passagem, a orientação foi, por exemplo... quando ele convidou os vereadores pra reunião na Câmara, deu chance pra todo mundo que quisesse gravar (vídeos para serem publicados no perfil institucional da Câmara); só não gravou quem não quis. Eu fui o que menos gravou, até mesmo porque eu estava em tratamento de saúde. Mas depois que eu voltei, não tive nem mais uma gravação pra convidar nem nada. Então, pra quem reclamar, o André é o nosso diretor, e deu acesso pra todos. As indicações, que são divulgadas também, no perfil institucional da Câmara no Instagram, você pode ver que não tem nenhum link meu porque eu não sou muito de fazer indicação oficial, já começa por aí... Então tem vereador que tem muito mais do que eu - mas repito: tenho dado oportunidade pra todos!" Antônio de Miranda ressaltou que perguntou ao gerente institucional da Câmara (sr. Jardel) se o sr. André Messias estaria realizando algum trabalho particular ou para terceiros dentro do horário de expediente, na Câmara, e o sr. Jardel respondera que não. O vereador Kaio Guimarães perguntou se todos os vereadores "estão" na página da Câmara no Instagram. Antônio respondeu afirmando que orientou o setor de comunicação a dar oportunidade a todos os vereadores, e o perfil do Instagram da Câmara só não publica materiais dos vereadores que não querem publicar. O vereador Guilherme Rocha fez as seguintes perguntas: - "O senhor reconhece que deve agir com impessoalidade na instalação de CPI?" Antônio respondeu: "Com certeza". - Guilherme: "O senhor reconhece que a CPI é instrumento de fiscalização, inclusive da Presidência?" Antônio: "Sim, quando ela vem com um mínimo de provas, qualquer membro, até mesmo o presidente". Guilherme: "O senhor confirma que realizou



indicações de cargos na Câmara?” Antônio: “Não.” Guilherme: “O senhor confirma que indicou o gerente de comunicação por sugestão do vereador Kaio?” Antônio: “Não.” Guilherme: “O senhor mantém relação política próxima com o vereador Kaio?” Antônio: “Sim, assim como mantenho com todos os vereadores.” Guilherme: “O senhor considera o vereador Kaio seu aliado político?” Antônio: “Até então, não tenho nenhum aqui na Câmara que não seja meu aliado, tenho com todos a mesma consideração. Até porque, no meu entendimento, aliado é quando você tem o mesmo objetivo, na aprovação de um projeto, numa disputa; a que tive, na última, todos os vereadores votaram em mim, então considero todos como aliados.” Guilherme: “O senhor tem ciência da atuação pública da página ‘O Itaunense’?” Antônio: “Não, eu acompanho pouco o Instagram.” Guilherme: “O senhor tomou alguma providência para investigar o uso indevido da estrutura da Câmara?” Antônio: “Sim, como expliquei no começo, tão logo chegaram as reclamações de alguns vereadores, já convoquei o chefe de comunicação e em seguida o gerente institucional, e nada foi declarado, nada que fosse feito que não fosse assunto exclusivo para o perfil institucional da Câmara no Instagram”. Guilherme: “O senhor tomou providências das denúncias sobre André Messias e as páginas a partir das denúncias de vereadores ocorridas em julho, setembro e novembro?” Antônio: “Foi o que eu acabei de dizer: tão logo os dois vereadores chegaram pra mim, antes da CPI ser formalizada, eu cobrei do chefe de comunicação e do gerente, e nada apuraram a respeito de possível má utilização da comunicação institucional da Casa.” Guilherme: “O senhor participou da definição dos membros da CPI?” Antônio: “Dessa que está ocorrendo aqui? Não.” Guilherme: “Quem realiza a gravação dos vídeos publicados nas redes sociais do senhor?” Antônio: “Eu faço, minha enteada faz também, meu futuro genro, e ultimamente o Serginho (ex-assessor do vereador Aristides Ribeiro).” Guilherme: “Vários vídeos seus, bem produzidos, foram gravados dentro das dependências da Câmara, utilizando da estrutura pública, em horário de expediente, mas postados nas suas redes sociais particulares. O sr. André Messias presta esses serviços nessas circunstâncias?” Antônio: “Não. E meus vídeos gravados nas dependências da Câmara são todos relacionados ao meu trabalho como vereador.” Guilherme: “Se o sr. André não presta esses serviços, quem dos seus assessores realiza esse trabalho de gravação dos seus vídeos exclusivamente na Câmara?” Antônio: “O Márcio, a Shirley, e o Nilson às vezes.” Guilherme: “Quem edita seus vídeos?” Antônio: “Minha enteada.” Guilherme: “Quem posta seus vídeos nas suas redes sociais?” Antônio: “Eu mesmo.” Guilherme: “Os vídeos são editados no seu celular ou no celular de terceiros?” Antônio: “No dela, e ela passa pra mim. Ora no dela, ora no meu, mas mais no celular dela.” Guilherme: “Você recebe esses vídeos editados e enviados pela sua enteada no seu Whatsapp?” Antônio: “Sim.” Guilherme: “Suas redes sociais estão logadas no celular de outra pessoa?” Antônio: “A partir da última sexta-feira (26/12/2025) pra cá, contratei o Serginho pra me ajudar, mas antes disso não.” Guilherme: “O senhor confirma que André Messias possui formação técnica e experiência em produção audiovisual?” Antônio: “Pra atender ao que a Câmara precisa, ele faz muito bem.” Guilherme: “O senhor já solicitou ou recebeu ajuda do sr. André Messias para gravação ou edição de seus vídeos pessoais em algum momento?” Antônio: “Não.” Guilherme: “Durante o recesso de fim de ano, quando os servidores estavam afastados, o senhor publicou vídeos com qualidade de imagem e edição muito inferiores à das suas redes sociais. Isso aconteceu pela contratação do Sérgio?” Antônio: “Não. O Sérgio está fazendo um trabalho agora só de me ajudar, de atualizar o Instagram pra patrocinar. São as mesmas pessoas.” Guilherme: “O senhor tinha conhecimento de que a página ‘O Itaunense’



divulgou conteúdos favoráveis à sua pessoa e a alguns vereadores?” Antônio: “Favoráveis a minha pessoa eu não lembro não. Desfavoráveis a outros, o assunto veio até pro plenário, se tornou assunto público...” Guilherme: “Algum vídeo, foto ou fala do senhor já foi divulgado ou impulsionado pela página ‘O Itaunense’?” Antônio: “Não. Com meu conhecimento, meu pedido, minha autorização, não.” Guilherme: “Sobre os vídeos impulsionados, temos um anúncio do senhor. O senhor solicitou ou teve ciência prévia dessas divulgações, do anúncio do seu carro na página ‘O Itaunense’?” Antônio: “Sobre o anúncio do meu carro, eu mandei pra mais de duas mil pessoas no meu whatsapp. Inclusive pro vereador Guilherme, pedi pra colocar na página dele... Fiz no meu Instagram, no meu Whatsapp, e pedi pros colegas vereadores que me replicassem, assim como foi replicado em centenas de grupos pela cidade afora. Nada mais do que isso.” Guilherme: “Então, não houve pagamento pelo serviço de publicação do anúncio de seu veículo na página ‘O Itaunense’?” Antônio: “Não.” Guilherme: “Então, o senhor nunca teve contato com essa página?” Antônio: “Não.” Guilherme: “O senhor tem ideia de quem fez o anúncio?” Antônio: “Não. Pode ser que seja algum desses dois mil whatsapp...” Guilherme: “Então, o senhor afirma que não interferiu direta ou indiretamente na composição desta CPI?” Antônio: “Nessa aqui, não, foi o Vice-Presidente.” Guilherme: “Sobre publicidades como a do Rocha Podcast, quem define essas publicidades é o presidente da Mesa Diretora ou o chefe de comunicação?” Antônio: “É o setor de comunicação, com a agência de publicidade contratada, mas sempre com a aprovação do Presidente. Temos uma agência contratada para fazer a veiculação de conteúdos institucionais nas mídias. Mas o assunto Rocha News foi assunto que já foi arquivado pelo Ministério Público, e não tem nada a ver com o assunto desta CPI.” O vereador Giordane Alberto Carvalho perguntou: “Assim como os demais órgãos de imprensa nessa cidade, ‘O Itaunense’ tem algum vínculo financeiro, recebe algum valor da Câmara Municipal?” Antônio: “Não. A Câmara não tem nenhum centavo destinado à página ‘O Itaunense’, nenhum recurso público, nenhum centavo da Câmara nessa página.” Ao final, Antônio manifestou-se: “Pra finalizar, eu jamais sou contra a divulgação, essas coisas têm que ser claras e transparentes. O motivo da não divulgação não partiu de mim. O que eu quero é que todos sejam responsáveis ao divulgar assuntos como esse, da CPI, que o façam sem cortes, sem edições, com o nexo da frase ou da situação, e divulguem o contexto geral, para as pessoas entenderem com clareza a realidade dos fatos.” ///// Fim do depoimento. /////



Termo de Depoimento

Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – Portaria nº 42/2025

Depoentes: Patrick Rafael Lourenço Barbosa, Felipe de Castro Martins e Pedro Henrique de Moura Silva (representantes da página "O Itaunense")
31 de dezembro de 2025

O Presidente Kaio Guimarães perguntou quem é o proprietário da página "O Itaunense". O sr. Felipe de Castro Martins informou que ele é o proprietário e administrador da página. O sr. Pedro Henrique de Moura Silva fez um relato da atuação política e social da página "O Betinense", da qual a página "O Itaunense" é um "braço". Pedro Henrique ressaltou que o chefe de comunicação da Câmara, sr. André Messias Silva Lisboa, fazia parte do grupo, tendo sido inclusive candidato a vereador em Betim. Pedro informou que, após a eleição, André recebeu e aceitou convite para trabalhar na Câmara de Itaúna, e por isso foi instado a não mais compor o grupo do "O Betinense". O sr. Pedro Henrique alegou que os representantes do portal "O Itaunense" só irão continuar participando da reunião caso o sr. André Eustáquio (advogado do sr. Guilherme) se retire da reunião. O sr. Felipe de Castro afirmou que a página "O Itaunense" não tem vínculo contratual com a Câmara, e não recebe "um tostão" da Câmara. O advogado do vereador Guilherme Rocha, sr. André Eustáquio (que se recusou a informar seu registro na OAB), orientou Guilherme a solicitar que dois dos três representantes do "O Itaunense" se retirassem da reunião. Durante vários momentos da reunião, o presidente Kaio Guimarães pediu ao advogado (Dr. André Eustáquio) que não se manifestasse, para não interferir nos trabalhos da Comissão. O presidente Kaio Guimarães colocou em votação o pedido feito pelos representantes da empresa "O Betinense / O Itaunense", solicitando fornecimento das imagens e vídeos gravados pelo equipamento do vereador Guilherme Rocha na presente reunião. O pedido foi aprovado. O sr. Pedro Henrique ressaltou que a pessoa menor de idade citada pelo vereador Guilherme Rocha em um vídeo publicado nas redes sociais trabalhava nas páginas do grupo "O Betinense / O Itaunense", e afirmou que essa menor de idade deixou de trabalhar por problemas de depressão e ansiedade, quadro que se agravou após a citação de seu nome em rede social pelo vereador Guilherme Rocha. // O vereador Guilherme Rocha fez as seguintes perguntas (que não foram respondidas): - Quem criou a página "O Itaunense"? - Em que data ela foi criada? - Foi criada em Itaúna ou Betim? - Quem administra atualmente a página? - O senhor afirmou publicamente que você e Pedro administram a página. Confirma? - Por que inicialmente o senhor Felipe disse que era o dono (embora nunca confirmou identidade), mas de ontem para hoje anunciou mais um responsável? - Qual é o vínculo de Pedro Betinense e do ecossistema de páginas com o vereador Kaio Guimarães? - Porque qual motivo a página O Itaunense foi criada, qual é a vantagem disso? - Pedro Betinense, você confirma sua candidatura a deputado estadual no mesmo partido e mesma construção política com o Kaio Guimarães? - Há alguma ligação ou conexão entre o comportamento da página com as pretensões políticas de vocês dois? - Pedro Betinense, porque o senhor Gabriel se colocou como dono da página sendo que trabalha como barbeiro e apenas no dia 06/12 apareceu no portal Betinense como "repórter"? - Algum conteúdo foi produzido ou editado dentro da Câmara? - Alguma vez utilizaram a internet da Câmara para postar conteúdo? - Os senhores já estiveram na Câmara municipal antes ou é a primeira vez? - Caso já tenham vindo à câmara no passado, quem autorizou sua presença na



câmara e por qual motivo estiveram aqui? - A página possui anunciantes? - Para qual conta bancária os anunciantes realizam pagamentos? - Por que os pagamentos não são feitos em nome dos administradores declarados da página? - Quem define os valores cobrados? - Por que a página ataca reiteradamente vereadores específicos? - Por que a página favorece reiteradamente outros vereadores? - Porque alguns vereadores são restringidos de interações na página? - Alguém solicitou ou sugeriu ataques a determinados vereadores? - O senhor já recebeu orientação política sobre o conteúdo da página? - O senhor afirma que nunca recebeu orientação, apoio técnico, estrutura da Câmara e informações para operar a página? // Para todas as perguntas acima, a resposta do(s) depoente(s) foi a mesma: “Reservo-me o direito de ficar calado”. ///// Fim do depoimento. /////



12/12/17

Termo de Depoimento

Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – Portaria nº 42/2025

Depoente: André Messias Silva Lisboa
31 de dezembro de 2025

O sr. André Messias Silva Lisboa, chefe de comunicação da Câmara de Itaúna leu, primeiramente, o seguinte pronunciamento: “Eu, André Messias Silva Lisboa, Chefe de Comunicação da Câmara Municipal de Itaúna/MG, na qualidade de pessoa ouvida no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pela Portaria nº 42/2025, venho prestar a presente declaração nos termos que se seguem: I – Fundamentação Regimental da CPI - Conforme dispõe o art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, ‘a Câmara, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos, além de outros poderes previstos em lei e neste Regimento’. Tendo em vista essa previsão regimental, respondo às questões formuladas e presto os esclarecimentos compulsórios sob compromisso de dizer a verdade. II – Esclarecimentos prestados - 1. Sobre conhecimento de quem era responsável pela página ‘O Itaunense’. Declaro que conhecia a pessoa apontada como responsável pela página ‘O Itaunense’ na época em que esta estava relacionada ao ‘Betinense’, mas não havia qualquer dever funcional, institucional ou legal de revelar ou formalizar quem era o proprietário da página, de modo que nunca me manifestei oficialmente sobre isso. 2. Sobre eventual afirmação de que eu seria dono da página. Declaro que desconheço e nunca fiz qualquer afirmação, verbal ou escrita, de que eu seria o proprietário, administrador ou responsável pela página ‘O Itaunense’. Não sou o dono dessa página. 3. Sobre vínculo familiar com quem trabalha na página: Declaro que sei que minha irmã trabalha com a pessoa apontada como responsável pela página, em função de sua atividade anterior vinculada ao ‘Betinense’. Contudo, esse vínculo familiar não me confere participação, responsabilidade ou ingerência sobre a referida página, sua administração ou suas publicações. 4. É importante salientar que através do Instagram oficial da Câmara eu consigo demonstrar minha atuação atendendo a todos os vereadores. III - Observância aos princípios constitucionais e administrativos - No exercício do cargo público que ocupo, sempre observei e respeito Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal), não tendo utilizado qualquer estrutura, recurso ou funcionário da Câmara para benefício pessoal, favorecimento de agentes públicos ou prejuízo a qualquer vereador. A presente oitiva segue os parâmetros legais do devido processo de investigação parlamentar. No mais, me reservo o direito de ficar calado”. O vereador Guilherme Rocha apresentou as seguintes perguntas (que não foram respondidas pelo sr. André Messias): - Confirme seu cargo, data de nomeação e quem formalmente o indicou. - Se ninguém lhe indicou, como se deu sua nomeação e porque? - Quais são exatamente suas atribuições como Gerente de Comunicação da Câmara? - O senhor é responsável pela gestão da rede de internet, computadores e acesso digital do setor? - Existe controle de login e senha individual nos computadores da Comunicação? - O senhor possui acesso administrativo ou privilegiado à rede da Câmara? - O senhor conhece a página “O

André Messias

André

Guilherme

André

Itaunense”? - Desde quando tem conhecimento da existência dessa página? - O senhor já conversou pessoalmente ou por mensagem com alguém que administre essa página? - O senhor tem ao longo do ano registros de mensagens de instagram e celular particular seu para a página como destinatária? - O senhor confirma que conhece Pedro Betinense? - Qual a natureza da sua relação com Pedro Betinense? - É permitido que servidores usem a internet da Câmara para administrar páginas políticas não oficiais? - O senhor já utilizou a internet da Câmara para acessar redes sociais pessoais? - O senhor confirma que postagens da página “O Itaunense” ocorreram em horários de expediente da Câmara? - Se caso o senhor não tenha postado, quem então teria acesso físico e digital dentro da câmara naquele momento? - O senhor confirma que, como gestor, é responsável por impedir esse tipo de uso indevido? - O senhor conhece Felipe de Castro Martins? - Desde quando conhece Felipe? - O senhor sabe quem administra financeiramente a página “O Itaunense”? - O senhor tem conhecimento de anunciantes que pagam por PIX para conta vinculada a familiares de administradores? - O senhor confirma que não recebe, direta ou indiretamente, qualquer benefício financeiro relacionado a essa página? - O senhor considera compatível com seu cargo que ataques a vereadores partam da estrutura da Câmara? - O senhor recebeu orientação de algum vereador ou do Presidente para “não interferir” ou “interferir” nessa página? - O senhor comunicou formalmente à Presidência qualquer suspeita de uso indevido da estrutura? - O senhor e o vereador Kaio Guimarães mantem relações partidárias, de amizade e de colaboração mútua em suas comunicações? - O vereador Kaio Guimarães já lhe solicitou, direta ou indiretamente: produção de conteúdo, orientação de narrativa, edição de vídeos, ou apoio técnico relacionado à sua imagem pública? - O senhor já recebeu mensagens, áudios ou ligações do vereador Kaio Guimarães tratando de temas políticos sensíveis envolvendo outros vereadores ou a Mesa Diretora? - O senhor confirma que nunca houve, entre o senhor e o vereador Kaio Guimarães, qualquer alinhamento prévio de narrativa política ou comunicação paralela fora dos canais institucionais? - O senhor confirma que a proximidade pessoal ou política com o vereador Kaio Guimarães nunca influenciou: sua atuação como gerente de comunicação, suas decisões técnicas, nem sua postura institucional dentro da Câmara? - O senhor tem ciência de que, caso exista convergência entre: atuação institucional, relações pessoais, e ataques políticos externos, isso pode configurar conflito de interesses funcional? - O senhor afirma, sob compromisso legal, que nunca utilizou estrutura da Câmara para operar ou auxiliar a página “O Itaunense”? / Para todas as perguntas acima, a resposta do sr. André Messias foi a mesma, qual seja: “Reservo-me o direito de ficar calado”. ///// Fim do depoimento. /////

André Messias



Senhores parlamentares,

Reitero para todos os fins, que não reconhece a legitimidade da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Portaria nº 42/2025. A ilegitimidade decorre de vício insanável de composição, resultante do descumprimento de ato jurídico perfeito praticado em plenário, consistente no acatamento formal das questões de ordem relativas à formação da CPI, ocorrido em 18 de dezembro de 2025.

Os fatos e documentos que serão apresentados neste momento demonstram, de forma inequívoca, que não subsiste qualquer alegação de ausência ou desconhecimento de provas, especialmente no que se refere ao vínculo existente entre o senhor André Messias e o vereador Kaio Augusto, atual presidente desta comissão.

As provas que ora se apresentam são objetivas, concretas e verificáveis. Elas evidenciam uma relação que extrapola conjecturas ou ilações genéricas, revelando convergência de interesses, proximidade política e circunstâncias fáticas relevantes, diretamente relacionadas ao objeto desta investigação.

Para que conste em ata: a partir deste momento, não há como se sustentar, por qualquer membro desta comissão, eventual alegação de desconhecimento acerca da existência desse vínculo. Os elementos estão sendo apresentados de forma expressa, ilustrada e fundamentada, e passam a integrar, de maneira incontornável, o acervo informativo desta Câmara de Vereadores.

Esse cenário impõe a todos os membros desta comissão um ônus institucional ainda maior, no sentido de enfrentar os fatos apresentados com rigor, seriedade e responsabilidade, sob pena de se verificar afrontamento ao comando inescapável do ordenamento jurídico concernente a que atos administrativos sejam éticos, probos, transparentes e educativos, não se limitando à legalidade formal, mas à conduta de boa-fé, responsável por afastar favorecimentos e corrupção. Registro a advertência que

qualquer agente público que se incline neste afrontamento está sujeito a responder por suas atitudes em sede própria.



Afirmo portanto, de forma categórica: o vínculo entre o senhor André Messias e o vereador Kaio Augusto está demonstrado, possui relevância direta para o objeto desta investigação e não pode ser desconsiderado sem grave afronta aos fatos ora expostos. Esta manifestação não busca legitimar os trabalhos desta comissão, mas assegurar que a verdade dos fatos seja registrada, que as provas existentes sejam devidamente reconhecidas e que qualquer deliberação futura seja tomada à luz da realidade fática apresentada, e não sob o manto de alegações genéricas que já não se sustentam.

CASO TENTEM DIZER QUE AS PROVAS APRESENTADAS NÃO POSSUAM VALOR

Senhor Presidente,

Apenas para fins de esclarecimento e para que conste em ata: não se está diante de ausência de provas, tampouco de provas ilegítimas. O que foi apresentado aqui são elementos objetivos, verificáveis e diretamente relacionados aos fatos investigados.

Eventual discordância quanto à interpretação desses elementos não se confunde com inexistência de prova. Divergir da conclusão não autoriza negar a existência dos fatos demonstrados.

As provas apresentadas evidenciam, de forma clara, o vínculo entre o senhor André Messias e o vereador Kaio Augusto, vínculo este que possui relevância direta para o objeto da investigação. Trata-se de constatação fática, e não de juízo subjetivo ou construção retórica.

Reitero, portanto: as provas existem, foram formalmente apresentadas e passam a integrar o acervo informativo desta Câmara de Vereadores. Qualquer posicionamento que pretenda desconsiderá-las deve fazê-lo de forma expressa, fundamentada e assumindo integralmente essa responsabilidade.

Era isso, senhor Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Itaúna 05 de Janeiro 2026

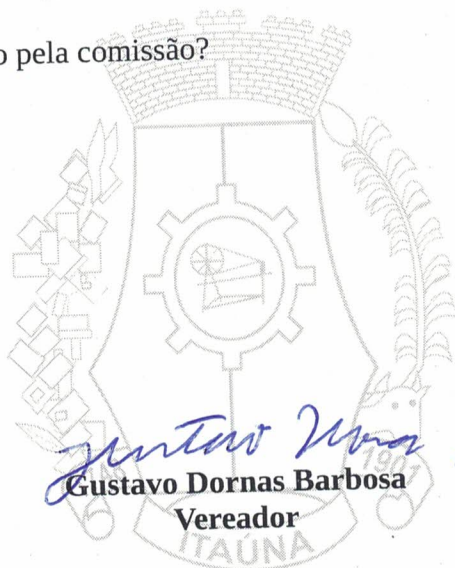
Aos membros da CPI designada pela portaria 42/2025



Solicito copia integral dos trabalhos da CPI, principalmente copia do parecer jurídico emitido pela procuradoria da Câmara Municipal de Itaúna conforme noticiado pelo jornal Folha do Povo, segue em anexo xerox da referida publicação feita pelo jornal.

O referido parecer foi deliberado pela comissão?

Atenciosamente:



Gustavo Dornas Barbosa
Gustavo Dornas Barbosa
Vereador

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO

Nº

Data:

Horário:

5716
05/01/2026
10:00

Secretaria Legislativa



ITAPARK

11 3040-2020 / 11 3040-2022 / 11 3040-2024

Itaúna, Sábado, 08 de janeiro de 2026 | Ano 90 | Edição nº 1008 | 19 páginas
Fundado por Kenilton Gonçalves Pacheco, em 1º de janeiro de 1896

POVOItaúna.com

"CPI DO COMPADRIO"

Censura?!

Esquema para deixar população sem informações é montado. FOLHA tenta registrar reunião de comissão e ela é suspensa pelo presidente, vereador Kaio Guimarães. Comissão resolve marcar novo encontro para a antevéspera do Ano Novo, em uma quarta-feira, feriado legislativo, reúne todos os acusados para depor no mesmo dia e a Procuradoria da Câmara autoriza gravação para o portal O Itaunense. É mesmo a CPI do Compadrio

PÁGINA 3

A RESTAURAÇÃO MAIS AGUARDADA EM ITAÚNA



Prédio do "Hospital Velho" vai voltar a funcionar em 2026

Reconstruir a história e recontar os fatos ocorridos e construir um futuro melhor para os que chegam. Essa máxima nos mostra que o futuro só se projeta a partir das bases construídas no passado e que nos dão sustentação para caminhar. E é o que está acontecendo com o prédio do "Hospital Velho" de Itaúna. Há mais de 90 anos que o prédio, construído no início do século passado, para abrigar o Hospital de Itaúna, era denominado como "as ruínas do

Hospital". Hoje, após uma ação do Município, na década de 1980, quando o prédio já estava abandonado, parte do prédio que ali existia. Mas o sonho dos itaunenses de reverter "Hospital Velho" restaurado está sendo realizado. O arquiteto Samuel Nicomedes, responsável técnico por este trabalho, falou à reportagem sobre os detalhes da restauração do prédio, contou o encontro com um artista da construção civil que foi lá para trabalhar e está refazendo os motivos

fiorado da fachada, sobre os cuidados para que a essência original do acesso ao prédio seja refletida assim como era quando o prédio funcionava o hospital. Falou sobre a data de inauguração da capela, reconstruída com toda a originalidade dos anos 1900, cada detalhe da obra, inclusive, os investimentos, que chegam a quase R\$ 1,5 milhão. Convoca a realização desse sonho dos itaunenses, que conta com a participação de toda a comunidade, na página 4.

VIOLÊNCIA

Três assassinatos em Itaúna

PÁGINA 11

EMENDAS PARLAMENTARES

Itaúna recebeu R\$ 8,3 milhões

PÁGINA 6

DUODÉCIMO

Câmara devolve R\$ 1.450.000,00

PÁGINA 12

BOA NOTÍCIA!

Hospital Regional funciona em 2026

PÁGINA 9

Jóias delicadas como o vento,
sólidas como a tradição.

MARLENE
JÓIAS

Ofício



Itaúna 05 de Janeiro 2025

Resposta ao ofício nº7 de 31 de Dezembro de 2025 do Vereador Guilherme Rocha.

Venho responder o item II-B
Insegurança jurídica por ausência de suporte técnico

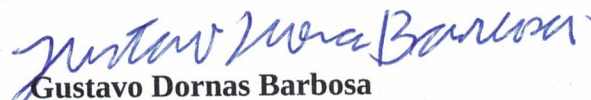
Na minha opinião este fato não procede pois de acordo com documentação extraída da CPI designada pela portaria 42/2025 conforme folha 115 a CPI solicita parecer jurídico para gravação e divulgação das reuniões da CPI, este parecer foi deliberado conforme a folha em anexo de maneira unânime.

Segue em anexo o teor do parecer jurídico, folhas 116 á 119, comprovando o suporte técnico jurídico quando solicitado.

Ressalto ao Vereador Guilherme Rocha e aos membros da CPI nomeados pela portaria 42/2025 que todos os setores da Câmara Municipal dentro de suas atribuições estão a disposição para suporte técnico caso necessário.

Em momento oportuno respondo outras colocações do Vereador Guilherme Rocha direcionadas a este vereador através do ofício nº7.

Atenciosamente:


Gustavo Dornas Barbosa
Vereador

Câmara Municipal de Itaúna/MG
PROTOCOLO
Nº 5720
Data: 05 / 01 / 2026
Horário: 17 : 05
Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

OFÍCIO - CPI - SOLICITAÇÃO DE PARECER À PROCURADORIA GERAL

Assunto: Solicitação de parecer jurídico – gravação e divulgação das reuniões da CPI

Destinatário: Procuradoria Geral do Legislativo


Câmara Municipal de Itaúna
FI 115
Visto


Câmara Municipal de Itaúna
FI 140
Visto

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, por deliberação unânime de seus membros presentes na reunião realizada em 29 de dezembro de 2025, vem respeitosamente SOLICITAR a emissão de parecer jurídico acerca da legalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI, especialmente diante da deliberação colegiada que estabeleceu regime de sigilo parcial em razão da possível participação de menor de idade nos fatos apurados.

Solicita-se, ainda, que o parecer aborde os limites da publicidade dos atos da Comissão, a incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente e do artigo 227 da Constituição Federal, bem como eventuais consequências jurídicas decorrentes do descumprimento das deliberações colegiadas da CPI.

Itaúna/MG, 29 de dezembro de 2025.


Vereador Kaio Augusto Honório Alves Guimarães
Presidente da CPI

RECEBI NESTA DATA
29/12/25




CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROTOCOLADO

Nº 5714

Data: 30/12/20

Horário: 08:30

PARECER JURÍDICO

Interessada: Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025.
Assunto: Legalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI. Limites da publicidade dos atos parlamentares. Sigilo parcial. Proteção integral da criança e do adolescente. Consequências jurídicas do descumprimento das deliberações colegiadas.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação formulada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025, a qual, por deliberação unânime de seus membros na reunião realizada em 29 de dezembro de 2025, requer a emissão de parecer jurídico acerca: a. Da legalidade ou ilegalidade da gravação e divulgação de áudio e vídeo das reuniões da CPI; b. Dos limites da publicidade dos atos da Comissão, especialmente diante de deliberação colegiada que estabeleceu regime de sigilo parcial, em razão da possível participação de menor de idade nos fatos sob apuração; c. Da incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e do artigo 227 da Constituição Federal; d. Das eventuais consequências jurídicas decorrentes do descumprimento das deliberações colegiadas da CPI.

A solicitação vem acompanhada das atas da primeira e da segunda reuniões da CPI, bem como de protesto formal apresentado pelo Vereador Guilherme Rocha, no qual sustenta a obrigatoriedade de registro audiovisual dos trabalhos, o princípio da transparência procedimental e o acompanhamento da imprensa local.

É, em apertada síntese, o relatório.

II – PRELIMINARMENTE:

Ressalta-se que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

“O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.”
(Acórdão TCU 1492/21).

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico.

Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

O presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não acolhê-lo ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Por último, cumpre registrar que o presente parecer não substitui ou vincula eventuais pareceres das Comissões Permanentes.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

III.1 – Da natureza jurídica da CPI e do princípio da publicidade

As Comissões Parlamentares de Inquérito, inclusive no âmbito municipal, constituem instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo, dotadas de poderes investigatórios próprios, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, aplicável aos Municípios por simetria.

O princípio da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, rege a atuação da Administração Pública e, por extensão, os atos do Poder Legislativo no exercício de sua função administrativa e fiscalizatória. Tal princípio visa assegurar a transparência, o controle social e a legitimidade dos atos estatais.

Todavia, a publicidade não possui caráter absoluto, admitindo restrições quando houver fundamento constitucional ou legal idôneo, especialmente para a tutela de outros direitos fundamentais de igual ou superior relevo.

III.2 – Da possibilidade de gravação e divulgação das reuniões da CPI

Em regra, as reuniões das CPIs são públicas, sendo juridicamente possível o registro por meio de áudio e vídeo, bem como a divulgação dos trabalhos, inclusive com acompanhamento da imprensa, como expressão dos princípios da publicidade e da transparência.

Entretanto, a própria Constituição Federal e a legislação infraconstitucional autorizam a mitigação da publicidade quando necessária à proteção da intimidade, da honra, da imagem, da vida privada e, de modo ainda mais rigoroso, dos direitos de crianças e adolescentes.

Assim, a gravação e a divulgação irrestrita de áudio e vídeo das reuniões da CPI não configuram direito absoluto, devendo observar os limites impostos pelo ordenamento jurídico e pelas deliberações colegiadas regularmente aprovadas pela Comissão.

III.3 – Do sigilo parcial deliberado pela CPI e sua legalidade

No caso concreto, consta das atas que a CPI, por deliberação da maioria de seus membros, instituiu regime de sigilo parcial, motivado pela possível participação de menor de idade nos fatos investigados.

Tal deliberação encontra amparo jurídico expresso:

- No art. 227 da Constituição Federal, que consagra o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, impondo ao Estado, à família e à sociedade o dever de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- No Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), especialmente nos arts. 17 e 143, que asseguram o direito à preservação da imagem, da identidade e da dignidade da criança e do adolescente, vedando a divulgação de atos que permitam sua identificação em procedimentos investigatórios ou judiciais.

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que a proteção da criança e do adolescente prevalece sobre o princípio da publicidade, legitimando a decretação de sigilo, ainda que parcial, em procedimentos administrativos, investigatórios ou legislativos.

Desse modo, a deliberação da CPI que restringe a publicidade dos atos é legal, constitucional, razoável e proporcional, não configurando qualquer afronta aos princípios da transparência ou da liberdade de imprensa.

III.4 – Dos limites da publicidade e da compatibilização com a transparência

O sigilo parcial não implica supressão total da publicidade, mas sim sua adequação. É juridicamente possível – e recomendável – que a CPI:

- Realize reuniões reservadas ou com restrição de gravação audiovisual quando houver risco de exposição direta ou indireta de menor;
- Autorize a divulgação de informações gerais, relatórios, conclusões e atos formais que não permitam a identificação do menor;
- Mantenha registros oficiais internos (atas, termos, gravações sob custódia da Comissão), preservados para fins institucionais e probatórios.

Tal compatibilização atende simultaneamente ao interesse público na fiscalização parlamentar e ao dever constitucional de proteção integral.

III.5 – Do protesto do vereador e da obrigatoriedade (ou não) de registro audiovisual

O protesto formal apresentado pelo Vereador Guilherme Rocha, no sentido de que haveria obrigatoriedade de registro audiovisual integral e irrestrito dos trabalhos, não encontra respaldo jurídico absoluto.

Não há norma constitucional ou legal que imponha à CPI o dever de gravação e divulgação integral de suas reuniões, sobretudo quando tal medida colide com direitos fundamentais de terceiros, notadamente de crianças e adolescentes.

As deliberações colegiadas da CPI, tomadas de forma regular e motivada, vinculam seus membros, inclusive os que tenham registrado discordância, prevalecendo a decisão da maioria ou, no caso, da unanimidade.

III.6 – Das consequências jurídicas do descumprimento das deliberações colegiadas

O eventual descumprimento das deliberações da CPI, especialmente aquelas que instituem regime de sigilo parcial, pode ensejar consequências jurídicas relevantes, tais como:

- Responsabilização administrativa ou político-disciplinar do parlamentar ou servidor que violar deliberação formal da Comissão;
- Responsabilização civil, caso da divulgação indevida resulte dano moral ou material, especialmente à criança ou ao adolescente envolvido;
- Responsabilização penal, a depender do caso concreto, com fundamento, por exemplo, no art. 247 do ECA ou em outros tipos penais aplicáveis;
- Eventual caracterização de abuso de direito ou desvio de finalidade no exercício da função parlamentar.

Ressalte-se que a inviolabilidade parlamentar não protege atos manifestamente ilegais ou praticados em desconformidade com normas constitucionais de proteção integral.

IV – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral do Legislativo opina:

- a) Pela possibilidade jurídica da gravação e divulgação das reuniões da CPI apenas como regra geral abstrata, esclarecendo-se que tal hipótese não se aplica, de forma automática ao caso concreto, o qual se encontra legitimamente submetido a regime de sigilo parcial, nos termos das deliberações colegiadas regularmente aprovadas;
- b) Pela legalidade e constitucionalidade da deliberação colegiada que instituiu regime de sigilo parcial, em razão da possível participação de menor de idade nos fatos investigados;
- c) Pelo reconhecimento de que o princípio da publicidade não é absoluto, devendo ceder diante do art. 227 da Constituição Federal e das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- d) Pela inexistência de obrigatoriedade jurídica de registro audiovisual irrestrito dos trabalhos da CPI, especialmente quando houver risco de violação de direitos fundamentais;
- e) Pela advertência de que o descumprimento das deliberações colegiadas da CPI pode ensejar responsabilidades administrativas, civis e, conforme o caso, penais.

Reiteramos que a presente manifestação é meramente opinativa e não vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaúna 30 de dezembro de 2025. LUIS FERNANDO
MOREIRA

MENDES: 71177771000

Luis Fernando Moreira Mendes
Procurador Geral do Legislativo

Assinado de forma digital por
LUIS FERNANDO MOREIRA
MENDES: 74497774600
Data: 2025.12.30 13:13:11
-03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO



Eu Jean Carlos Teles, Gerente da Unidade Administrativa da Câmara Municipal de Itaúna, declaro que, à Pedido Presidente da Comissão Kaio Augusto Honório Guimarães, conforme Portaria 42/2025, entrei em contato com Vereador Guilherme Rocha e membro da referida Comissão, via Whatsapp, solicitando do mesmo o protocolo de um vídeo, feito por ele na reunião do dia 31/12/2025, que foi deliberado em ata do mesmo dia e, ao contactá-lo, ele informou que não iria protocolar, por após consulta ao seu advogado, este lhe informou que o mesmo não seria obrigado a fazê-lo.

Itaúna, 06 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,



Jean Carlos Teles
Gerente Legislativo
Câmara Municipal de Itaúna/ MG





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA – MG COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PORTARIA Nº 42/2025

RELATÓRIO FINAL

Relator: Vereador Giordane Alberto Carvalho

Primeiro Signatário do Requerimento: Vereador Guilherme Campos da Rocha

Objeto: Apuração de supostas irregularidades na utilização da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna, envolvendo o Chefe de Comunicação da Casa e eventual omissão do Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itaúna – MG

Ano: 2026

SUMÁRIO

I – Introdução

II – Da Instauração e da Legalidade dos Trabalhos

III – Dos Fatos Determinados Constantes do Requerimento

IV – Da Análise Crítica, Fundamentada e Individualizada dos Depoimentos e Oitivas Realizadas

V - Dos Trabalhos da Comissão e da Regularidade das Atas

VI – Da Ampla Oportunidade de Produção de Provas e da Inércia Probatória

VII – Da Análise Jurídica e Probatória Conclusiva

VIII – Quadro-Resumo de Fundamentos Jurídicos

IX – Da Impossibilidade de Prosseguimento da CPI

X – Do Voto do Relator

I – INTRODUÇÃO

O presente **Relatório Final** é elaborado pelo Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Vereador **Giordane Alberto Carvalho**, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela

Portaria nº 42/2025, com fundamento no Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, na Constituição Federal e na legislação aplicável.

Ressalte-se, desde logo, que **o presente relatório reflete a análise técnica, jurídica e fática do Relator**, não se confundindo com eventual deliberação colegiada, a qual será oportunamente apreciada pelos demais membros da Comissão e, se for o caso, pelo Plenário da Câmara Municipal.

O trabalho ora apresentado resulta da análise criteriosa dos autos administrativos da CPI, das **Atas da Primeira e Segunda Reuniões**, dos **requerimentos protocolados**, das **manifestações formais**, bem como dos **pronunciamentos realizados em sessão**, especialmente aqueles consignados em ata e devidamente registrados.

II – DA INSTAURAÇÃO E DA LEGALIDADE DOS TRABALHOS

A CPI foi regularmente instaurada, com observância aos princípios da legalidade, motivação, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, inexistindo nulidade ou vício procedimental.

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para apurar **fato determinado**, consistente na investigação de **possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna**, conforme descrito no requerimento inicial que fundamentou a sua criação.

Conforme consta expressamente na **Ata da Primeira Reunião**, realizada em 23 de dezembro de 2025, a CPI foi instalada “**em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, da legislação aplicável e do Parecer da Procuradoria Geral da Câmara Municipal**”.

Ainda na reunião de instalação, procedeu-se à eleição do Presidente e do Relator, sendo este último subscritor eleito para conduzir a relatoria dos trabalhos.

III – DOS FATOS DETERMINADOS CONSTANTES DO REQUERIMENTO

As alegações constantes do requerimento inicial não vieram acompanhadas de indícios mínimos de materialidade, não se comprovando a existência de justa causa para responsabilização administrativa ou política.

Nos termos do artigo 31, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve se restringir à apuração de **fato determinado**, o que impõe ao Relator o dever de examinar **cada fato apontado no requerimento inaugural**, à luz das provas efetivamente trazidas aos autos.

Passa-se, portanto, à análise individualizada.

III.1 – Alegação de utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal

O requerimento inicial sustenta, de forma genérica, a existência de **uso indevido da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal**, sem, contudo, especificar **ato administrativo concreto, ordem funcional, determinação formal, documento institucional, registro de acesso, autorização expressa ou ato de comando** que demonstre a vinculação direta entre a estrutura oficial da Casa Legislativa e o conteúdo supostamente irregular.

Do ponto de vista jurídico-administrativo, **não se presume desvio de finalidade**. A jurisprudência administrativa exige **demonstração objetiva do nexo entre o agente, o meio institucional e o resultado**.

No caso concreto:

- não foi juntado contrato;
- não foi juntada ordem de serviço;
- não foi juntado despacho administrativo;
- não foi juntado log de sistema institucional;
- não foi juntado documento que demonstre uso de equipamentos oficiais.

Assim, **não se comprovou o elemento objetivo do fato determinado**, inviabilizando o reconhecimento de irregularidade administrativa.

III.2 – Alegação de produção ou disseminação de conteúdo institucional fora dos canais oficiais

O requerente sustenta que conteúdos teriam sido produzidos ou divulgados fora dos canais oficiais da Câmara Municipal, utilizando-se, supostamente, de sua estrutura.

Entretanto, conforme certificado nos autos:

“Nem na Ouvidoria, nem na Secretaria Legislativa, foram protocoladas quaisquer provas ou denúncias relacionadas ao objeto da CPI.”

Além disso, o próprio documento apresentado pelo requerente reconhece que:

“O rol limita-se à indicação de existência, localização e custódia de documentos, sem juízo conclusivo quanto ao conteúdo.”

Tal reconhecimento inviabiliza, sob o prisma técnico, qualquer juízo de certeza ou probabilidade qualificada.

Do ponto de vista jurídico:

- **a produção de conteúdo fora do canal oficial, por si só, não caracteriza irregularidade**, se não demonstrado o uso de meios públicos;
- a presunção de legitimidade do ato administrativo somente cede diante de prova robusta, inexistente nos autos.

III.3 – Alegação de vínculo pessoal ou político entre agentes públicos e terceiros

O requerimento e os pronunciamentos posteriores apontam a existência de vínculo pessoal ou político entre agentes públicos e terceiros, como elemento relevante para a investigação.

Cumprе esclarecer, tecnicamente, que:

- **vínculo pessoal ou político não é ilícito em si mesmo;**
- a Constituição não proíbe relações pessoais entre agentes públicos;
- o que se veda é o uso da função pública para favorecimento indevido, o que exige **prova do ato e do favorecimento.**

No caso em análise, **não foi demonstrado:**

- ato funcional praticado;
- decisão administrativa favorecedora;
- nexo causal entre eventual relação pessoal e uso da estrutura institucional.

A mera existência de relação ou proximidade **não configura fato administrativo típico**, tampouco supre a exigência constitucional de fato determinado.

III.4 – Alegação de conhecimento prévio ou ciência institucional dos fatos

Sustenta-se que determinados agentes teriam conhecimento prévio dos fatos ou das supostas irregularidades.

Todavia, o conhecimento, isoladamente, **não é fato típico** nem gera responsabilidade administrativa automática. A responsabilização exige:

1. dever jurídico de agir;
2. possibilidade concreta de agir;
3. omissão dolosa ou culposa;

4. resultado lesivo comprovado.

Nenhum desses elementos foi comprovado de forma isolada ou cumulativa nos autos.

III.5 – Alegação de omissão institucional da Câmara Municipal

O requerimento sugere eventual omissão institucional da Câmara Municipal diante dos fatos narrados.

Contudo, restou comprovado que:

- a CPI foi instalada;
- houve deliberações formais;
- houve solicitação de documentos;
- houve convocação de oitivas;
- houve acompanhamento pela Procuradoria Legislativa, inclusive com parecer técnico exarado, conforme consta dos autos do processo da CPI.

Portanto, **não se sustenta a tese de omissão**, sob pena de contradição lógica com os próprios atos praticados.

IV – DA ANÁLISE CRÍTICA, FUNDAMENTADA E INDIVIDUALIZADA DOS DEPOIMENTOS E OITIVAS REALIZADAS

A fase instrutória da Comissão Parlamentar de Inquérito incluiu a realização de oitivas formais, regularmente convocadas, com o objetivo de esclarecer os fatos determinados constantes do requerimento inicial. Cabe ao Relator proceder à análise técnica, crítica e fundamentada de cada depoimento colhido, avaliando sua coerência interna, aderência ao objeto da CPI e eventual corroboração ou fragilização das alegações apresentadas.

Ressalte-se, desde logo, que depoimentos, por si sós, não constituem prova plena, devendo ser analisados à luz do conjunto probatório e dos princípios do direito administrativo

sancionador, notadamente os da presunção de inocência, da legalidade estrita e da necessidade de prova robusta para qualquer imputação.

IV.1 – Da oitiva do Presidente da Câmara Municipal de Itaúna – Vereador Antônio de Miranda Silva

O Presidente da Câmara Municipal, vereador Antônio de Miranda Silva, foi ouvido na condição de depoente, tendo prestado esclarecimentos acerca de sua atuação institucional, da estrutura de comunicação da Casa e de sua eventual relação com os fatos investigados.

Em seu depoimento, o vereador afirmou, de forma expressa, que não houve omissão da Presidência da Câmara, destacando que, ao tomar conhecimento informal de reclamações sobre a atuação do setor de comunicação, adotou providências imediatas, consistentes em diálogo com o chefe de comunicação e com o gerente institucional. Conforme consignado em ata, declarou:

“O primeiro e único requerimento formal que teve, e que eu assinei, nós de imediato tomamos a atitude.”

Tal afirmação encontra respaldo nos autos, não havendo qualquer elemento que demonstre inércia dolosa ou culposa da Presidência. Do ponto de vista jurídico-administrativo, a responsabilidade por omissão exige a comprovação de um dever jurídico específico de agir e da deliberada inércia diante de situação comprovadamente irregular, o que não se evidenciou.

O depoente também afirmou que a comunicação institucional sempre foi orientada a atender todos os vereadores de forma igualitária, declarando que o perfil institucional da Câmara “só não publica materiais dos vereadores que não querem publicar”. Tal afirmação, ainda que passível de divergência política, não foi infirmada por qualquer prova documental em sentido contrário.

Quanto à alegação de eventual favorecimento pessoal ou uso da estrutura da Câmara para fins privados, o depoente foi categórico ao afirmar:

“Não houve utilização da estrutura da Câmara para fins pessoais.”

O Relator observa que, embora o vereador Guilherme Rocha tenha formulado extensa série de perguntas, especialmente relacionadas à produção e divulgação de vídeos pessoais, não foi demonstrado o nexo entre tais produções e o uso indevido da estrutura institucional, elemento essencial para caracterização do fato determinado investigado.

Assim, o depoimento do Presidente da Câmara, analisado criticamente, não confirma os fatos imputados no requerimento inicial, nem foi contraditado por provas materiais aptas a infirmá-lo.

IV.2 – Da oitiva dos representantes da página “O Itaunense”

Foram ouvidos os representantes da página denominada “O Itaunense”, que compareceram à CPI na condição de representantes do referido perfil em rede social. O depoimento teve por finalidade esclarecer eventual vínculo institucional, financeiro ou operacional entre a página e a Câmara Municipal de Itaúna.

Dos depoimentos prestados, extrai-se que não foi comprovado qualquer vínculo financeiro com a Câmara, tampouco contrato, repasse de recursos públicos ou relação formal com o setor de comunicação institucional.

Importante destacar que a existência de páginas privadas, ainda que com conteúdo político, não caracteriza, por si só, irregularidade administrativa, sendo imprescindível demonstrar que tais páginas operaram com recursos, equipamentos ou pessoal da Câmara Municipal.

Embora tenham sido mencionadas relações profissionais pretéritas entre integrantes da página e terceiros, tais circunstâncias não se confundem com utilização indevida da estrutura pública, inexistindo prova de que servidores tenham operado ou alimentado a página durante o expediente ou com meios institucionais.

Do ponto de vista jurídico, o depoimento dos representantes da página não comprovou os fatos determinados, limitando-se a esclarecer a natureza privada da atuação do perfil.

IV.3 – Da Oitiva do Chefe de Comunicação da Câmara – Sr. André Messias Silva Lisboa

A oitiva do sr. André Messias Silva Lisboa merece análise específica, em razão de sua centralidade nas alegações constantes do requerimento inicial.

O depoente iniciou sua manifestação com declaração formal, na qual destacou a observância aos princípios constitucionais da administração pública, afirmando expressamente:

“Sempre observei e respeito os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, não tendo utilizado qualquer estrutura, recurso ou funcionário da Câmara para benefício pessoal ou favorecimento de agentes públicos.”

No curso da oitiva, o depoente exerceu o direito constitucional ao silêncio diante das perguntas formuladas pelo vereador Guilherme Rocha. Tal conduta, longe de configurar presunção de culpa, encontra amparo direto no artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal, sendo vedada qualquer interpretação desfavorável ao exercício desse direito.

Do ponto de vista técnico-jurídico, a opção pelo silêncio não supre a ausência de prova, tampouco transfere ao depoente o ônus de demonstrar sua inocência, que permanece sob responsabilidade de quem alega.

Ressalte-se que, apesar da extensa lista de perguntas formuladas, não foram apresentados, concomitantemente, registros técnicos, logs de acesso, documentos administrativos, ordens superiores, provas digitais ou perícias que sustentassem as suspeitas levantadas.

Assim, a oitiva do sr. André Messias, analisada com rigor técnico, não produziu elementos objetivos aptos a comprovar a utilização indevida da estrutura da Câmara, permanecendo as alegações no campo da suposição.

IV.4 – Da manifestação do Primeiro Signatário - Vereador Guilherme Rocha durante as oitivas

Durante os trabalhos, o vereador Guilherme Rocha realizou diversas manifestações, leituras de ofícios e apresentações de supostos elementos audiovisuais. Contudo, conforme registrado em ata, os materiais apresentados não foram formalmente juntados como

prova técnica periciada, tendo o próprio Presidente da CPI solicitado o encaminhamento posterior para análise.

Além disso, o próprio vereador afirmou, em determinado momento, que não pretendia apresentar novas provas, circunstância que reforça a conclusão de que a instrução não logrou êxito em produzir elementos materiais suficientes.

As reiteradas alegações de ilegitimidade da CPI, embora registradas, não interferem na análise do mérito dos fatos investigados, especialmente porque a Comissão funcionou regularmente até eventual decisão judicial em sentido contrário, inexistente até o encerramento dos trabalhos.

IV.5 – Conclusão específica sobre os depoimentos e oitivas

Da análise conjunta, crítica e fundamentada de todos os depoimentos colhidos, conclui-se que:

- a) Nenhuma oitiva confirmou, de forma objetiva e comprovada, a utilização indevida da estrutura de comunicação da Câmara;
- b) Não foram produzidas provas técnicas ou documentais que corroborassem as alegações iniciais;
- c) O exercício do direito ao silêncio não pode ser interpretado como prova de irregularidade;
- d) As declarações prestadas, ainda que divergentes em narrativa política, não se converteram em prova administrativa robusta.

Dessa forma, os depoimentos e oitivas, embora relevantes para esclarecimento institucional, não sustentam juridicamente os fatos determinados descritos no requerimento inicial, reforçando a conclusão pelo arquivamento.

V – DOS TRABALHOS DA COMISSÃO E DA REGULARIDADE DAS ATAS

O presente capítulo tem por finalidade analisar, de forma sistemática, técnica e juridicamente fundamentada, a **regularidade dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria nº 42/2025**, bem como a **validade formal e material das atas que documentaram cada uma das reuniões realizadas**, à luz da

Constituição Federal, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, da legislação aplicável e da jurisprudência consolidada sobre o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito no âmbito do Poder Legislativo.

Tal análise se faz necessária diante das alegações reiteradas de nulidade, ilegitimidade e vícios procedimentais suscitadas ao longo dos trabalhos, especialmente por um dos membros da Comissão, o vereador Guilherme Rocha, devendo ser enfrentadas de maneira objetiva, fundamentada e desvinculada de juízos políticos.

Os trabalhos foram formalmente registrados em atas, assegurando ampla ciência ao Primeiro Signatário e pleno acesso aos autos, inexistindo cerceamento de defesa.

V.2 – Da regularidade da instauração da CPI e da observância ao fato determinado e ao prazo certo

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi regularmente instituída por meio da **Portaria nº 42/2025**, em atendimento a requerimento subscrito por número suficiente de vereadores, contendo **fato determinado** e **prazo certo**, em consonância com o artigo 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna.

O fato determinado foi claramente delimitado como a **apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna**, não havendo ampliação indevida do objeto investigativo ao longo dos trabalhos.

Registre-se que eventuais divergências quanto à suficiência ou consistência do fato determinado **não invalidam a instauração da CPI**, uma vez que a análise da procedência das alegações se dá no mérito, e não no plano da admissibilidade formal, conforme entendimento reiterado dos Tribunais Superiores:

“Agravo de instrumento. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Requisitos. Art. 58, parágrafo 3º da CF.

Observância. Investigação de fato determinado. Recurso conhecido e desprovido. Conforme consistente jurisprudência do STF, a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) depende, unicamente do preenchimento de três requisitos previstos no Art. 58, parágrafo 3º da CF. (Tribunal de Justiça do Ceará TJ-CE-Agravo de Instrumento - <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-ce/2184879804>)

V.3 – Da composição da Comissão e da inexistência de vício insanável

A composição da CPI observou os critérios regimentais e o princípio da proporcionalidade partidária, não havendo, nos autos, qualquer decisão judicial que tenha reconhecido vício insanável em sua formação.

As alegações de impedimento, suspeição ou ilegitimidade de membros da Comissão, embora registradas em ata por força do princípio da publicidade e da ampla manifestação parlamentar, **não produzem nulidade automática**, sobretudo quando desacompanhadas de decisão judicial que assim o declare.

A jurisprudência é firme no sentido de que **a CPI possui presunção de legitimidade**, e seus atos somente podem ser invalidados mediante demonstração inequívoca de prejuízo concreto, o que não se verificou:

“A apelante teve assegurado o acesso aos autos e cópias integrais, conforme atos administrativos, razão pela qual prevalece a presunção de legitimidade diante da ausência de prova em contrário. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Apelação Cível – Contraditório e Ampla Defesa assegurados – poderes instrutórios da CPI – Atos

do Presidente da Comissão – Ausência de nulidade.

<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/5339861287>)”

V.4 – Da condução dos trabalhos, deliberações colegiadas e observância ao devido processo legislativo investigativo

Os trabalhos da CPI foram conduzidos sob a direção do Presidente eleito pelos próprios membros, com observância às regras de convocação, quórum, votação e deliberação colegiada.

Todas as decisões relevantes — tais como eleição da Mesa da CPI, definição de datas de reuniões, deliberação sobre gravação das sessões, juntada de documentos, admissibilidade de provas e convocação de oitivas — foram tomadas **de forma colegiada**, com registro expreso em ata, respeitando-se a regra da maioria.

Eventuais discordâncias individuais, inclusive manifestações contrárias às deliberações, foram **integralmente consignadas nas atas**, o que reforça a regularidade procedimental e a transparência dos trabalhos, não configurando vício, mas sim exercício legítimo da função parlamentar.

V.5 – Da regularidade das atas como instrumentos formais de documentação dos trabalhos

As atas lavradas ao longo das reuniões da CPI constituem **instrumentos oficiais de documentação dos atos da Comissão**, possuindo presunção de veracidade e legitimidade, enquanto não infirmadas por prova robusta em sentido contrário.

Observa-se que as atas:

- a) Identificam corretamente data, horário e local das reuniões;
- b) Registram nominalmente os presentes e ausentes;
- c) Descrevem de forma pormenorizada as deliberações adotadas;

- d) Consignam manifestações relevantes, inclusive divergentes;
- e) Indicam os fundamentos das decisões tomadas;
- f) Registram suspensões, retomadas e encerramentos dos trabalhos.

A eventual discordância quanto ao conteúdo das atas **não configura nulidade**, sobretudo quando inexistente impugnação formal acompanhada de prova de falsidade material ou ideológica, o que não ocorreu.

V.6 – Da questão da gravação das reuniões e do sigilo parcial deliberado

A deliberação sobre a **não autorização de gravação de áudio e vídeo das reuniões**, bem como a adoção de **sigilo parcial**, foi tomada de forma colegiada e fundamentada, especialmente diante da possível existência de menor de idade envolvido nos fatos, em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao artigo 227 da Constituição Federal.

Tal deliberação não implicou supressão da publicidade dos atos, uma vez que:

- a) As atas foram integralmente lavradas e publicadas;
- b) Os atos decisórios permaneceram acessíveis;
- c) O sigilo adotado foi pontual, específico e proporcional.

A jurisprudência admite a mitigação da publicidade quando necessária à proteção de direitos fundamentais, inexistindo qualquer nulidade decorrente dessa decisão:

“Responsabilidade Civil. Excesso do direito de informação configurado. Menor de Idade. Processo sigiloso. Dano Moral. Da notícia veiculada, evidencia-se o excesso por parte do jornal eletrônico que foi além do direito de informação assumindo postura difamatória ao publicar... Indenização por dano moral. (TJ-RO

Apelação

Cível

<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-ro/762547292>)”

Ademais, após parecer da Procuradoria, foi dada a possibilidade de gravação pontual das reuniões que não tratassem da menor relacionada no requerimento, com responsabilidade para a pessoa que gravar ou divulgar os temas das reuniões.

V.7 – Do direito de manifestação, contraditório político e inexistência de cerceamento

Todos os membros da Comissão tiveram assegurado o direito de manifestação, inclusive para registrar protestos, discordâncias, requerimentos e ressalvas de não reconhecimento de legitimidade.

Não houve cerceamento de fala, supressão de requerimentos ou impedimento arbitrário de manifestações, sendo certo que o contraditório, no âmbito das CPIs, **possui natureza política e institucional**, e não processual estrita.

A ampla consignação das falas em ata reforça a regularidade dos trabalhos e afasta qualquer alegação de nulidade por violação ao devido processo legislativo investigativo.

V.8 – Da inexistência de prejuízo concreto e da aplicação do princípio do *pas de nullité sans grief*

Ainda que se admitisse, em tese, alguma imperfeição formal — o que não se reconhece —, não foi demonstrado qualquer **prejuízo concreto** capaz de justificar a nulidade dos trabalhos.

Aplica-se, ao caso, o princípio do ***pas de nullité sans grief***, segundo o qual não há nulidade sem demonstração efetiva de dano, princípio amplamente reconhecido no direito administrativo e no controle dos atos legislativos.

Cite-se:

“Aplica-se por analogia o princípio do art. 563 do CPP (pas de nullité sans grief), segundo o qual não há nulidade sem a demonstração de prejuízo efetivo. TJ-PA - <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pa/4952791882/inteiro-teor-4952791912>”

V.9 – Conclusão sobre o Trabalho da Comissão e Registro das Atas

Diante de todo o exposto, conclui-se que:

- a) A Comissão Parlamentar de Inquérito foi regularmente instaurada;
- b) Sua composição observou os critérios regimentais;
- c) Os trabalhos foram conduzidos de forma colegiada, transparente e fundamentada;
- d) As atas refletem fielmente os atos praticados e as deliberações tomadas;
- e) Não há vício formal ou material apto a macular os trabalhos ou invalidar os atos praticados.

Assim, **reconhece-se a plena regularidade dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e a validade jurídica das atas lavradas**, inexistindo fundamento legal para sua nulidade ou desconsideração.

VI – DA AMPLA OPORTUNIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS E DA INÉRCIA PROBATÓRIA

O presente capítulo tem por objetivo analisar, de forma detalhada e fundamentada, a ampla oportunidade de produção de provas assegurada aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e a consequente inércia probatória em relação às alegações iniciais, conforme consignado no requerimento do vereador Guilherme Rocha e nos autos da CPI, incluindo as atas das reuniões, depoimentos e documentos juntados.

A análise se ancora nos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e da publicidade dos atos parlamentares, na legislação municipal aplicável, no

Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna e na jurisprudência consolidada sobre atuação de CPIs.

VI.1 – Da ampla oportunidade de produção de provas

Nos termos do art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, a CPI possui poderes de:

- Determinar diligências;
- Convocar autoridades e servidores;
- Requisitar informações e documentos;
- Ouvir indiciados e testemunhas;
- Receber quaisquer elementos probatórios que contribuam para a investigação.

O exercício desses poderes, por todos os membros, foi plena e reiteradamente assegurado, conforme registrado nas atas das reuniões:

1. Primeira Reunião (23/12/2025):
 - A deliberação para solicitação de documentos à Secretaria Legislativa e ao vereador Guilherme Rocha, inclusive sobre mídias e registros relacionados ao fato determinado, evidencia a garantia formal de acesso a provas e diligências complementares (Ata, item 3).
 - O prazo definido até 26/12/2025 para juntada de provas demonstrou a existência de oportunidade real e concreta para instrução da CPI.
2. Segunda Reunião (29/12/2025):
 - Durante a análise dos documentos apresentados pelo vereador Guilherme Rocha, a Comissão deliberou sobre a admissibilidade das provas e a juntada formal aos autos, destacando que não foram encontradas provas contundentes, mas que todo material apresentado foi incorporado para análise do Relator (Ata, item 3).
 - A convocação de oitivas do proprietário da página “O Itaunense”, do servidor André Messias e do Presidente da Câmara evidenciou a abertura completa para produção de prova oral e documental (Ata, item 4).

3. Terceira Reunião (31/12/2025):

- A oitiva de todos os depoentes intimados, com ampla oportunidade de questionamento pelo vereador Guilherme Rocha e demais membros, confirma que não houve qualquer obstáculo à manifestação ou ao esclarecimento de fatos.

- As perguntas formuladas pelo vereador Guilherme Rocha aos depoentes, inclusive aquelas que não foram respondidas pelo sr. André Messias, não implicaram restrição ao direito de produção de provas, apenas demonstraram escolha do depoente por exercer o direito constitucional de permanecer em silêncio (Ata, depoimentos).

Fundamento jurídico: A ampla oportunidade de produção de provas encontra respaldo nos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, CF/88), aplicáveis às CPIs por força do princípio da simetria legislativa no entendimento de que a CPI deve assegurar a todos os seus membros e aos investigados pleno acesso a provas e informações que subsidiem o exercício de fiscalização.

VI.2 – Da inércia probatória em relação aos fatos alegados

Apesar da ampla oportunidade de produção de provas assegurada, constata-se a inércia probatória relativa aos fatos determinados, conforme narrado nas atas e nos depoimentos:

1. Ausência de provas documentais ou eletrônicas:

- As certidões emitidas pela Secretaria Legislativa e pela Ouvidoria confirmaram que não houve protocolamento de documentos, mídias, áudios, vídeos ou registros que comprovassem irregularidades na utilização da comunicação institucional da Câmara (Ata da segunda reunião, item 3).

2. Depoimentos que refutam alegações iniciais:

- O Presidente da Câmara, Antônio de Miranda Silva, esclareceu detalhadamente que não houve uso indevido da estrutura institucional para benefícios pessoais e que as postagens realizadas foram administrativas e institucionais (Ata, terceira reunião, depoimento).
- O Chefe de Comunicação, André Messias, declarou, sob compromisso legal, que não utilizou a estrutura da Câmara para operar ou auxiliar a página “O Itaunense” e que todas

as ações técnicas realizadas respeitaram princípios de legalidade e impessoalidade (Ata, depoimento).

3. Documentação apresentada pelo vereador requerente:

- O material audiovisual apresentado pelo vereador Guilherme Rocha consistiu, majoritariamente, em provas indiretas ou de mera conjectura, sem demonstração de vínculo direto entre os fatos investigados e atos ilícitos praticados pelos investigados.
- A Comissão analisou os documentos e reconheceu a falta de evidência concreta, mas assegurou a juntada para compor o relatório final.

Fundamento jurídico: Nos termos da teoria do ônus da prova, cabe a quem alega a prática de irregularidade apresentar elementos idôneos para comprovar seus fatos. A ausência de provas contundentes não caracteriza nulidade do processo investigativo, mas evidencia que as alegações iniciais não se sustentam.

As CPIs não podem ser invalidas simplesmente por ausência de prova material, sendo suficiente que tenham garantido a todos os membros a possibilidade plena de produção de provas e que tenham seguido rigorosamente os trâmites regimentais.

VI.3 – Da conjugação entre ampla oportunidade e ausência de comprovação

A conjugação entre a ampla oportunidade de produção de provas, formalmente assegurada e regularmente documentada, e a inércia probatória dos fatos alegados, permite concluir que:

- A CPI não cerceou o direito de qualquer membro de apresentar provas;
- Os investigados tiveram plena oportunidade de apresentar esclarecimentos;
- As atas registraram todas as diligências, oitivas, juntadas de documentos e manifestações;
- A ausência de comprovação concreta reafirma que os fatos determinados, conforme alegado inicialmente, não foram demonstrados.

Essa análise é essencial para o relatório final, pois reforça a regularidade formal, material e jurídica dos atos da CPI, além de demonstrar a inexistência de elementos para desconstituir a Comissão ou invalidar suas conclusões.

VI.4 – Conclusão Específica sobre a Ampla Oportunidade de Produção de Provas e da Inércia Probatória

Diante do exposto, conclui-se que:

1. Todos os membros da CPI tiveram plena, formal e efetiva oportunidade de produzir provas, sem qualquer restrição material ou formal;
2. A documentação juntada, incluindo atas, depoimentos e ofícios, confirma a transparência e regularidade das diligências;
3. A ausência de provas contundentes que sustentem as alegações iniciais caracteriza inércia probatória do requerente, e não irregularidade procedimental;
4. O trabalho da Comissão observou rigorosamente os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa, publicidade e legalidade, assegurando a legitimidade dos atos e das conclusões a serem adotadas pelo Relator.

Portanto, a análise evidencia que a CPI cumpriu integralmente sua função investigativa, proporcionando ampla oportunidade de produção de provas, ao mesmo tempo em que os fatos alegados pelo requerente não foram comprovados, não havendo nulidade ou irregularidade processual que macule os trabalhos realizados. As manifestações do Primeiro Signatário limitaram-se a alegações políticas desacompanhadas de prova idônea, insuficientes para fundamentar responsabilização.

VII – DA ANÁLISE JURÍDICA E PROBATÓRIA CONCLUSIVA

O presente capítulo tem por finalidade realizar uma **análise jurídica e probatória conclusiva** acerca dos fatos determinados que ensejaram a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI –, com base nos documentos, depoimentos, atas das reuniões e demais elementos produzidos durante os trabalhos legislativos.

A análise objetiva avaliar a **regularidade dos atos da CPI**, a **admissibilidade e suficiência das provas apresentadas**, e a **legitimidade das alegações formuladas pelo vereador requerente Guilherme Rocha**, confrontando-as com o arcabouço legal vigente, jurisprudência consolidada e os princípios constitucionais aplicáveis.

VII.1 – Do objeto da CPI e dos fatos determinados

A CPI foi instaurada para apurar **possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna**, conforme requerimento inicial protocolado pelo vereador Guilherme Rocha, com fundamento no **art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna** e no princípio constitucional da fiscalização pelo Poder Legislativo.

Os fatos determinados apresentados no requerimento incluíam:

1. Suposta utilização da estrutura de comunicação da Câmara em benefício pessoal de vereadores;
2. Produção e divulgação de conteúdos em mídias digitais, em horários de expediente;
3. Suposta existência de vínculos pessoais entre o presidente da Câmara Municipal de Itaúna e servidores envolvidos na comunicação;
4. Possível direcionamento de informações institucionais para fins particulares.

Tais fatos serviram de base para a instauração da Comissão, permitindo a realização de **diligências, oitivas e análise documental**.

VII.2 – Da regularidade jurídica da instauração e condução dos trabalhos

A instauração da CPI, conforme Portaria nº 42/2025, atendeu rigorosamente aos dispositivos legais e regimentais:

1. **Constituição Federal e Regimento Interno:**

- Art. 31 do Regimento Interno prevê a instauração de CPI por requerimento de 1/3 dos vereadores para apuração de fato determinado;
- As decisões colegiadas da comissão foram formalmente registradas em atas, respeitando **princípios constitucionais da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência (CF, art. 37).**

2. **Princípio do devido processo legislativo:**

- Todos os membros tiveram ampla oportunidade de participação, inclusive para apresentação de quesitos, documentos e manifestação sobre diligências;
- O vereador requerente, Guilherme Rocha, protocolou ofícios e apresentou rol sintético de documentos e mídias, que foram analisados e juntados aos autos (Ata segunda reunião, item 3).

3. **Decisões colegiadas e fundamentadas:**

- Deliberações sobre gravação de reuniões e sigilo parcial foram motivadas por **razão legal concreta** (proteção de menor, ECA arts. 17 e 18; CF art. 227) e registradas de forma detalhada (Ata segunda reunião, p. 3-5).

Fundamento jurídico: a **regularidade formal de CPIs** não é invalidada por alegações subjetivas de membros isolados, desde que observadas ampla oportunidade de manifestação e formalização dos atos.

VII.3 – Da análise probatória

A análise probatória abrangeu **oitivas, documentos, mídias digitais e rol sintético apresentado pelo vereador requerente. Na própria peça probatória apresentada pelo Primeiro Signatário rezou que** “O presente rol limita-se à indicação de existência, localização e custódia de documentos, mídias e registros, sem juízo conclusivo quanto ao seu

conteúdo.” Ademais, nem na Ouvidoria, nem na Secretaria Legislativa, foram protocoladas quaisquer provas, nem denúncias referentes ao objeto da presente CPI. Diante disso nos permitiu uma avaliação detalhada dos fatos da seguinte forma:

1. Oitivas e depoimentos:

- **Antônio de Miranda Silva (Presidente da Câmara):** confirmou que não houve uso indevido de estrutura pública, esclarecendo que **todos os vereadores tiveram oportunidade de veicular conteúdos institucionais** e que a gestão da comunicação ocorreu de forma impessoal e transparente (Ata terceira reunião, depoimento).
- **André Messias (Chefe de Comunicação):** esclareceu que nunca utilizou recursos da Câmara para favorecer terceiros, não sendo responsável pela administração da página “O Itaunense”, mantendo independência funcional (Ata terceira reunião, depoimento).
- **Representantes da página “O Itaunense”:** apresentaram informações sobre o funcionamento da página, sem comprovar envolvimento da estrutura da Câmara ou de qualquer servidor no direcionamento de conteúdos (Ata terceira reunião).

2. Documentos e rol de provas:

- Os documentos apresentados pelo requerente consistiam em **indicações de existência e custódia de registros**, sem juízo conclusivo sobre o conteúdo;
- Nenhuma prova direta ou indireta demonstrou utilização da comunicação institucional para fins particulares, nem favorecimento a qualquer vereador;
- **Não se comprovou materialidade de dano, utilização de horário impróprio, nexos causal inexistente, ou qualquer despesa pública ou**

ato administrativo irregular, o que evidencia a inexistência de ilícito ou irregularidade administrativa.

3. Análise da inércia probatória:

- A ausência de evidências materiais indica que as alegações carecem de base fática sólida, reforçando a **insuficiência probatória**.
- Do ponto de vista técnico-instrutório, cumpre consignar que **a mera indicação abstrata da existência de provas**, desacompanhada de seu conteúdo material, **não permite aferição objetiva**, nem análise de pertinência, autenticidade ou relação direta com o fato determinado.
- O entendimento já mencionado neste relatório é de que CPIs não podem ser invalidadas por falta de provas, desde que a comissão tenha oferecido **ampla oportunidade de produção de provas e diligências**.

VII.4 – Da insuficiência das alegações do requerente

Após a análise dos depoimentos e documentos, observa-se:

1. Fatos alegados pelo vereador Guilherme Rocha não encontram comprovação:

- Nenhuma prova concreta demonstrou favorecimento ou uso indevido da estrutura da Câmara;
- Os depoimentos de Antônio de Miranda Silva e André Messias desconstroem qualquer alegação de direcionamento de conteúdo ou favorecimento;
- **Não foi constatada qualquer despesa pública irregular, uso indevido de recursos, ou violação de horários de expediente**, nem nexo causal entre atos administrativos e suposto benefício pessoal.

2. Fundamentação jurídica:

- Exigência de comprovação dos fatos alegados;
- Alegações isoladas e sem lastro probatório não podem desconstituir atos legislativos regulares.

3. Regularidade procedimental e colegiada da CPI:

- Todas as deliberações foram registradas, fundamentadas e aprovadas por maioria;
- O direito de manifestação, contestação e protocolização de documentos foi assegurado, **respeitando o contraditório e ampla defesa (CF, art. 5º, LV).**

VII.5 – Conclusão probatória e jurídica

Diante da análise:

- **Os atos da CPI foram conduzidos de forma regular, legal e transparente**, com ampla oportunidade de produção de provas por todos os membros;
- **Os depoimentos e documentos analisados não comprovam irregularidades**, indicando que as alegações iniciais do requerente carecem de fundamento probatório;
- O pronunciamento de 30/12/2025 e demais reuniões demonstram que a CPI **observou rigorosamente os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e ampla defesa**;
- **Não se comprovou materialidade de dano, horário impróprio, nexos causal inexistente, qualquer despesa pública ou ato administrativo irregular**;
- A inércia probatória decorre da inexistência de fatos e não de restrições à produção de provas;

- Por fim, **não há elementos que justifiquem nulidade dos atos ou da própria CPI**, confirmando sua legitimidade e regularidade.

Assim, conclui-se que a **Comissão Parlamentar de Inquérito atuou plenamente dentro dos limites legais**, garantindo a segurança jurídica, transparência e validade dos procedimentos legislativos, e que **os fatos determinados apontados no requerimento inicial do vereador não se comprovaram**, sendo juridicamente infundados.

VIII – QUADRO-RESUMO DE FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Para fundamentação dos nossos posicionamentos foram aplicados vários fundamentos jurídicos e princípio que tratam do tema CPI a nível nacional.

Dentre eles:

- Exigência de fatos determinados e limites da CPI;
- Submissão das CPIs ao devido processo legal e à motivação;
- Vedação a investigações genéricas;
- Inviabilização da investigação parlamentar em face da ausência de justa causa;
- Princípio do *pas de nullité sans grief*.
- O ônus mínimo da prova incumbe ao requerente – Primeiro Signatário.
- Necessidade de materialidade, dano ao erário e nexo causal para responsabilização.

IX – DA IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA CPI

O presente capítulo visa analisar, sob perspectiva jurídica e probatória, a impossibilidade de prosseguimento da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI –, considerando:

1. Os fatos determinados inicialmente apontados pelo vereador requerente Guilherme Rocha;

2. A ausência de comprovação de materialidade, dolo ou nexo causal; 3. A regularidade dos atos administrativos e da utilização da estrutura institucional da Câmara;

4. O princípio da economia processual e da função fiscalizatória da CPI; 5.

A insuficiência de provas documentais e testemunhais que justifiquem a continuidade dos trabalhos.

A análise é baseada em preceitos constitucionais, legais e regimentais, bem como na jurisprudência consolidada sobre o tema.

IX.1 – Da inexistência de fatos comprovados e da insuficiência probatória

A continuidade de uma CPI pressupõe, necessariamente, a existência de fatos concretos e indicativos mínimos de irregularidade a justificar a investigação. No caso em exame, observa-se:

1. Depoimentos das partes envolvidas:

- Antônio de Miranda Silva (Presidente da Câmara) afirmou expressamente que todos os vereadores tiveram oportunidades iguais de veicular conteúdos institucionais, sem favorecimento pessoal, e que não houve utilização indevida de recursos públicos ou horários impróprios (Ata terceira reunião, p. 28-32);
- André Messias (Chefe de Comunicação) reservou-se o direito de permanecer calado em diversos questionamentos, mas não houve qualquer prova direta de atuação irregular, favorecimento ou uso de estrutura pública para fins particulares (Ata terceira reunião, p. 34-37);
- Representantes da página “O Itaunense” confirmaram que a administração da página é independente e não possui vínculo institucional com a Câmara.

2. Documentos apresentados pelo requerente:

- Foram limitados à indicação de existência de registros e mídias, sem comprovar materialidade de dano, horário impróprio ou nexos causais;
- Não há qualquer prova de despesa pública irregular ou de ato administrativo que configure irregularidade.

3. Fundamento jurídico:

- De acordo com o art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, a CPI deve apurar fato determinado;
- O art. 371 do Código de Processo Civil impõe que o julgador (ou, no caso, o colegiado) baseie suas conclusões em provas efetivamente produzidas;
- Alegações sem lastro probatório não autorizam a continuidade de investigação.

IX.3 – Da regularidade administrativa e da ausência de irregularidades

A impossibilidade de prosseguimento da CPI decorre da ausência de indícios mínimos de irregularidade, observados nos atos administrativos e na utilização da comunicação institucional:

1. Regularidade dos atos administrativos:

- Todos os procedimentos foram formalmente registrados em atas, com deliberações fundamentadas e aprovadas por maioria, em conformidade com o Regimento Interno e a legislação aplicável;
- O princípio da legalidade e impessoalidade (CF, art. 37) foi observado em todas as fases, inclusive na convocação de depoentes e juntada de documentos.

2. Uso da estrutura pública e horário de expediente:

- Não se verificou qualquer utilização indevida de recursos ou pessoal da Câmara;
- Os depoimentos confirmam que todos os vídeos e publicações institucionais ocorreram dentro de parâmetros legais, sem favorecimento a vereador ou grupo específico;

- Não houve comprovação de negligência, dolo ou ato ilícito, inviabilizando a caracterização de irregularidade funcional.

3. Inexistência de nexa causal:

- Não se verificou conexão entre atos administrativos e suposto benefício pessoal, configurando ausência de nexa causal, requisito essencial para prosseguimento de qualquer investigação.

IX.4 – Do princípio da economia processual e da função fiscalizatória

1. Economia processual:

- A continuidade de investigações sem comprovação de irregularidades configura desperdício de recursos públicos e desvio de função legislativa;
- A jurisprudência administrativa reforça que CPI deve cessar quando não há lastro probatório suficiente, evitando sobrecarga administrativa e judicial.

2. Função fiscalizatória:

- A CPI cumpre função de controle, mas esta não pode se tornar instrumento de perseguição política ou investigação baseada em conjecturas;
- No presente caso, a apuração demonstrou ausência de irregularidade, tornando a função fiscalizatória satisfeita pelo levantamento de fatos e oitivas colhidas.

IX.5 – Da insuficiência das alegações iniciais

O requerimento inicial do vereador Guilherme Rocha apresentou supostos fatos determinados, que, após análise das provas e oitivas, revelaram-se infundados ou insuficientes:

1. Alegações de favorecimento, vínculo pessoal ou uso indevido da estrutura: não comprovadas;

2. Suposta manipulação da comunicação institucional: desmentida pelos depoimentos e documentos;

3. Suposto prejuízo à administração ou desvio de recursos: inexistente, não se comprovando materialidade, dano, horário impróprio ou nexo causal;

4. Documentos e mídias apresentados pelo requerente não constituem prova concreta, apenas indicações de existência de registros.

Fundamento jurídico: CF, art. 5º, LV – contraditório e ampla defesa; decisão fundamentada em provas e ausência de lastro probatório, o que inviabiliza prosseguimento de investigação.

IX.6 – Conclusão Específica sobre a Impossibilidade de Prosseguimento da CPI

Diante do exposto, conclui-se que:

1. Não há comprovação de irregularidade administrativa, uso indevido de estrutura, favorecimento de vereador ou ato ilícito;

2. Não se comprovou materialidade de dano, horário ou nexo causal;

3. As alegações iniciais do requerente se mostraram insuficientes e infundadas;

4. A CPI atingiu plenamente sua função fiscalizatória, por meio da análise documental, oitivas e levantamento de provas, não havendo necessidade de prosseguimento;

5. A continuidade dos trabalhos configuraria desperdício de recursos públicos e violação ao princípio da eficiência (CF, art. 37);

6. Portanto, torna-se juridicamente impossível o prosseguimento da CPI, com base em inexistência de fatos, insuficiência probatória e regularidade dos atos administrativos

X – DO VOTO DO RELATOR

Em cumprimento às atribuições conferidas pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna (Portaria nº 42/2025)**, o Relator desta Comissão Parlamentar

de Inquérito – CPI –, vereador Giordane Alberto Carvalho, apresenta o presente **voto conclusivo**, fundamentado na análise de todos os fatos apurados, documentos juntados, depoimentos colhidos e princípios constitucionais e legais aplicáveis.

O voto do Relator objetiva oferecer um **juízo técnico, jurídico e imparcial** sobre a validade, regularidade e necessidade de continuidade dos trabalhos da CPI, garantindo a transparência e a segurança jurídica dos atos legislativos.

X.1 – Do exame dos fatos determinados

1. Alegações iniciais do requerente Guilherme Rocha:

- O requerente apontou supostos fatos consistentes em:
 - a) uso indevido da estrutura de comunicação institucional;
 - b) favorecimento de determinados vereadores;
 - c) existência de vínculos pessoais que comprometeriam a imparcialidade do Presidente da CPI;
 - d) possíveis irregularidades na veiculação de conteúdos em redes sociais.

2. Análise probatória:

- Conforme registrado nas atas da **segunda e terceira reuniões da CPI**, foram ouvidas as seguintes pessoas:
 - **Antônio de Miranda Silva**, Presidente da Câmara, que esclareceu a regularidade dos procedimentos e a ausência de favorecimento ou utilização indevida de recursos;
 - **André Messias Silva Lisboa**, chefe de comunicação, que se reservou ao direito de permanecer calado em determinados questionamentos, mas não apresentou indícios de irregularidade;
 - **Representantes da página “O Itaunense”**, que confirmaram a independência da página e ausência de qualquer vínculo funcional com a Câmara;

- A documentação apresentada pelo requerente consistiu em **rol sintético de registros, mídias e documentos**, sem comprovação de materialidade de dano, nexos causal ou qualquer despesa pública irregular.

Fundamento jurídico: **Regimento Interno da Câmara**, art. 31 – A CPI só se justifica para apuração de **fato determinado e por prazo certo**; as conclusões devem ser baseadas em provas; **Constituição Federal, art. 37** – princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência; ausência de prova de ilícito inviabiliza a continuidade da investigação.

X.2 – Da regularidade dos atos da CPI

O Relator observa que todos os atos da Comissão foram praticados **em conformidade com a lei e com o Regimento Interno**, incluindo:

- Convocação de depoentes de forma regular;
- Lavratura e aprovação das atas;
- Juntada de documentos;
- Respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa;
- Observância do sigilo parcial quando necessário, especialmente em relação a menores, conforme Ata da segunda reunião;
- Garantia de ampla oportunidade de produção de provas, sem restrições à participação dos membros da CPI.

Fundamentos: atos de investigação sem lastro probatório não podem gerar consequências administrativas; a continuidade de investigação depende da demonstração de fatos mínimos que justifiquem o prosseguimento.

X.3 – Da análise jurídica das alegações

1. **Uso indevido da estrutura de comunicação:**

- Não se verificou qualquer ato administrativo irregular, despesa pública irregular ou favorecimento.
- Não há prova de que funcionários tenham desviado recursos ou horários para atender interesses pessoais.

2. **Suposto favorecimento do Presidente da CPI:**

- Os depoimentos demonstram que todas as oportunidades de divulgação institucional foram oferecidas a todos os vereadores igualmente.
- A alegação de vínculo pessoal com o chefe de comunicação não apresenta nexos causal com qualquer ato irregular.

3. **Irregularidades na veiculação de conteúdos:**

- Nenhum vídeo ou postagem foi produzido por servidores públicos para fins particulares, tampouco houve direcionamento irregular de conteúdo em redes sociais.

Fundamento jurídico:

- **Princípio do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV e LV):** ausência de provas impede responsabilização;
- **Princípio da impessoalidade (CF, art. 37, caput):** não se comprovaram atos que configurassem favorecimento ou benefício pessoal;
- **Regimento Interno da Câmara:** atos regulares de fiscalização não caracterizam irregularidade por si só.

X.4 – Da conclusão do Relator

Diante da análise detalhada dos **autos da CPI**, das oitivas, da documentação e das provas apresentadas, **o Relator conclui que:**

1. **Não houve comprovação de fatos que justificassem a continuidade da CPI;**
2. **Não se verificou materialidade de dano, irregularidade administrativa, despesa pública indevida ou nexos causal** entre atos e supostos ilícitos;
3. **Todos os procedimentos foram conduzidos regularmente**, em observância ao Regimento Interno e à legislação vigente;
4. **As alegações do requerente não foram comprovadas**, revelando-se insuficientes para sustentar investigação adicional;
5. **A função fiscalizatória da CPI foi plenamente atendida**, com ampla oportunidade de produção de provas e oitivas de todos os envolvidos.

VOTO DO RELATOR:

Por todo o exposto, **voto pela impossibilidade de prosseguimento da CPI**, considerando a inexistência de fatos comprovados, insuficiência de provas, regularidade administrativa dos atos e respeito aos princípios constitucionais e regimentais aplicáveis.

Recomendamos, pois, o **arquivamento dos autos da CPI**, com ciência formal ao requerente e aos demais membros da Comissão.

Itaúna/MG, 09 de janeiro de 2025.



Vereador Giordane Alberto Carvalho
Relator da CPI

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA – MG

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI – PORTARIA 42/2025

ATA DA QUARTA REUNIÃO

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2026, às 07 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Itaúna (Secretaria Legislativa), reuniram-se os vereadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, regularmente nomeada pela Portaria nº 42/2025, de 19 de dezembro de 2025, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, da legislação aplicável, com objeto, finalidade especial e determinada, para investigar, por prazo certo, fato determinado consistente na apuração de possíveis irregularidades na utilização indevida da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna. Estiveram presentes os seguintes vereadores membros da Comissão: Giordane Alberto Carvalho, Guilherme Rocha, Leonardo Alves dos Santos, Kaio Augusto Guimarães e Márcia Cristina Silva Santos. O objetivo principal da reunião foi a votação do Relatório emitido pelo relator da Comissão, vereador Giordane Alberto Carvalho. // O Presidente solicitou a leitura do Relatório, cujo voto final foi pela impossibilidade de prosseguimento da CPI, por inexistência de fatos comprovados, insuficiência de provas, regularidade administrativa dos atos e respeito aos princípios constitucionais e regimentais aplicáveis, e pelo consequente arquivamento dos autos da CPI. // Após a leitura, o Presidente colocou em votação o Relatório Final. O Relatório Final foi aprovado, com votos favoráveis dos vereadores Giordane Alberto Carvalho, Márcia Cristina Silva Santos e Leonardo Alves dos Santos, e abstenção do vereador Guilherme Rocha. // O vereador Giordane Alberto Carvalho sugeriu que os autos fossem encaminhados ao vice-presidente da Mesa Diretora, vereador Gustavo Barbosa, e posteriormente ao Ministério Público da Comarca de Itaúna, para conhecimento. // Sem mais nada havendo a tratar, o Presidente Kaio Augusto Guimarães determinou o encerramento dos trabalhos da CPI, e encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.



Câmara Municipal de Itaúna
181
flam
Voto



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Getúlio Vargas, 800 - Centro - Itaúna / MG - 35.680-037 - Tel.: (37) 3249-2050
camara@cmitauna.mg.gov.br - www.cmitauna.mg.gov.br

Câmara Municipal de
Itaúna
Confere com o original
Itaúna

Câmara Municipal de
Itaúna
Pelo
Poder Legislativo
182
Visto

Comissão Parlamentar de Inquérito nomeada pela Portaria 42/2025

Este envelope contém 1 (um) disco DVD contendo documentos (prints de tela e vídeos) apresentados, no dia 31 de dezembro de 2025, pelo vereador Guilherme Rocha, como possíveis "provas" para instrução da presente CPI.

Os arquivos gravados estão também disponíveis para download nos links abaixo:

1 – Endereço:

<https://tinyurl.com/4t4khyys>

2 – QR-Code:

